

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Júlia Gomes de Menezes

Capitalismo na crise ambiental: um estudo a partir de Nancy Fraser e Maristella
Svampa

Juiz de Fora
2024

Júlia Gomes de Menezes

Capitalismo na crise ambiental: um estudo a partir de Nancy Fraser e Maristella Svampa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Menezes, Júlia Gomes de .

Capitalismo na crise ambiental : um estudo a partir de Nancy Fraser e Maristella Svampa / Júlia Gomes de Menezes. -- 2024.
104 p.

Orientador: Felipe Maia Guimaraes da Silva
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. crise ambiental. 2. antropoceno. 3. capitalismo. 4. ecopolítica.
5. diagnósticos de época. I. Silva, Felipe Maia Guimaraes da , orient.
II. Título.

Júlia Gomes de Menezes

Capitalismo na crise ambiental: um estudo a partir de Nancy Fraser e Maristella Svampa

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
Ciências Sociais
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de mestre em
Ciências Sociais.
Área de
concentração:
Cultura, Poder e
Instituições.

Aprovada em 3 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Felipe Maia Guimarães da Silva - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Luzimar Paulo Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco

Juiz de Fora, 22/08/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Maia Guimaraes da Silva, Professor(a)**, em 10/09/2024, às 07:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Usuário Externo**, em 10/09/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luzimar Paulo Pereira, Professor(a)**, em 23/09/2024, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1939958** e o código CRC **52444963**.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, gostaria de agradecer à UFJF e a todo o PPGCSO por me proporcionarem a oportunidade de realizar o meu sonho de cursar um mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Felipe Maia, por todo o aprendizado, apoio e orientação. Obrigada também por ser sempre tão gentil e organizado.

Ao Victor, meu maior apoiador, que leu tanto estas palavras que provavelmente é o engenheiro que mais entende do tema desta dissertação. Obrigada por existir e por estar sempre ao meu lado.

À minha mãe, Ana, por sempre apoiar meus sonhos e desejar para mim apenas a minha felicidade. Esse é o amor mais leve que já senti. Obrigada por cuidar da nossa família e ser minha maior inspiração para fazer o mestrado.

Aos meus irmãos, Letícia e Henrique, vocês são o melhor de mim. Obrigada por estarem ao meu lado o tempo todo. Sinto-me a pessoa mais sortuda do mundo por encontrar meus melhores amigos na minha própria família.

Aos amigos que o mestrado me deu, pela companhia nas aulas e nas caminhadas de ida e volta para a UFJF. Obrigada por viverem o mestrado comigo. É sempre mais fácil quando temos amigos ao nosso lado.

RESUMO

A dissertação analisa as perspectivas de Nancy Fraser e Maristella Svampa sobre a crise ambiental no contexto do antropoceno, indissociável do capitalismo. Reconhecendo a importância de diagnósticos de época para orientação em períodos de crise, a pesquisa investiga como essas duas autoras abordam o meio ambiente em suas análises, sem buscar uma comparação direta, mas evidenciando as diferentes interpretações e propostas de saída que apresentam. Nancy Fraser, que recentemente incorporou o meio ambiente em suas análises, destaca-o como um pano de fundo não econômico essencial para a sobrevivência do capitalismo, propondo uma ecopolítica anticapitalista e transambiental. Em contraste, Maristella Svampa, com uma perspectiva latino-americana, sempre tratou do meio ambiente, dividindo sua análise histórica em três consensos: Washington, Commodities e Descarbonização. A pesquisa utiliza um método de análise teórica comparativa, examinando obras chave das autoras para identificar suas abordagens à crise ambiental e suas propostas de solução. As conclusões apontam que, embora ambas sejam anticapitalistas, suas interpretações da crise e as soluções propostas diferem significativamente. Fraser enfatiza a superação do capitalismo como condição necessária para a solução da crise ambiental, enquanto Svampa valoriza a transformação dos modelos de desenvolvimento e a expansão de iniciativas locais, sem necessariamente considerar a superação do capitalismo como única solução. A dissertação contribui para uma compreensão mais rica e nuançada das diferentes formas de interpretar e abordar a crise ambiental no contexto do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: crise ambiental; antropoceno; capitalismo; ecopolítica; diagnósticos de época.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the perspectives of Nancy Fraser and Maristella Svampa on the environmental crisis in the context of the Anthropocene, inseparable from capitalism. Recognizing the importance of period diagnostics for guidance in times of crisis, the research investigates how these two authors address the environment in their analyses, not aiming for a direct comparison but highlighting the different interpretations and proposed solutions they present. Nancy Fraser, who recently incorporated the environment into her analyses, emphasizes it as a non-economic background essential for the survival of capitalism, proposing an anti-capitalist and trans-environmental eco-politics. In contrast, Maristella Svampa, with a Latin American perspective, has always addressed the environment, dividing her historical analysis into three consensuses: Washington, Commodities, and Decarbonization. The research employs a method of comparative theoretical analysis, examining key works of the authors to identify their approaches to the environmental crisis and their proposed solutions. The conclusions indicate that, although both are anti-capitalist, their interpretations of the crisis and proposed solutions differ significantly. Fraser emphasizes the overcoming of capitalism as a necessary condition for resolving the environmental crisis, while Svampa values the transformation of development models and the expansion of local initiatives without necessarily considering the overcoming of capitalism as the sole solution. The dissertation contributes to a richer and more nuanced understanding of different ways to interpret and address the environmental crisis in the context of contemporary capitalism.

Keywords: environmental crisis; Anthropocene; capitalism; eco-politics; period diagnoses.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESENVOLVIMENTO	22
2.1. NANCY FRASER.....	22
2.1.1. Um terceiro pano de fundo: a acumulação por exploração - expropriação	29
2.1.2. O pano de fundo ambiental	34
2.1.2.1. <i>Argumento estrutural</i>	35
2.1.2.2. <i>Argumento histórico</i>	37
2.1.2.2.1. Capitalismo Mercantil	37
2.1.2.2.2. Capitalismo liberal-colonial	39
2.1.2.2.3. Capitalismo administrado pelo Estado.....	40
2.1.2.2.4. Capitalismo Financeiro	41
2.1.2.3. <i>Argumento Político</i>	43
2.1.2.4. <i>O futuro ambiental e a criação de uma ecopolítica anticapitalista e transambiental</i>	44
2.1.3. A importância das lutas de fronteira para Fraser	45
2.1.4. Possibilidades para o futuro	48
2.2. MARISTELLA SVAMPA	52
2.2.1. A linha do tempo dos Consensos	54
2.2.1.1. <i>Consenso de Washington</i>	55
2.2.1.2. <i>Consenso das commodities</i>	58
2.2.1.2.1. Fase da Positividade	61
2.2.1.2.2. Fase da Multiplicação dos Megaprojetos e das Resistências Sociais 61	
2.2.1.2.3. Fase da Exacerbação do Neoextrativismo	62
2.2.1.3. <i>Consenso da descarbonização</i>	64
2.2.1.3.1. Imperialismo Ecológico	66
2.2.1.3.2. Zonas de sacrifício.....	68
2.2.1.3.3. Colonialismo energético	69

2.2.2. Saídas para a crise	72
2.2.2.1. <i>Feminismo ecoterritorial</i>	73
2.2.2.2. <i>Decrescimento e pós-extrativismo</i>	76
2.2.2.3. <i>Dívida ecológica</i>	80
2.2.2.4. <i>Pacto Ecosocial e Intercultural del Sur.....</i>	82
3. CONCLUSÃO	84
3.1. DE ONDE PARTEM?	85
3.2. O IMPACTO DA COVID	88
3.3. O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES E DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS	91
3.4. O QUE FAZER PARA SAIR DA CRISE?.....	94
REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

A era contemporânea é caracterizada por constantes transformações e desafios complexos em que o diagnóstico de crise permeia diversos aspectos da sociedade. As crises são fenômenos que desafiam estruturas, testam resiliências e revelam fragilidades antes ocultas. Não se limitam a uma única dimensão, mas abrangem aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais, criando uma teia intrincada de causas e efeitos que necessitam de análise profunda e interdisciplinar.

Ao longo da história, a humanidade enfrentou crises de diversas naturezas, desde guerras e revoluções até colapsos econômicos e desastres naturais. Cada crise traz consigo uma série de questionamentos e exige respostas que frequentemente redefinem o curso da sociedade. As crises contemporâneas se distinguem por sua complexidade e interconexão, muitas vezes exacerbadas pela globalização e pelas mudanças aceleradas nos modos de vida. A crise ambiental, em particular, destacou-se nas últimas décadas como um dos desafios mais urgentes e abrangentes do tempo presente, e a pandemia de COVID-19 serviu como um poderoso lembrete da vulnerabilidade das sociedades e da interdependência entre a saúde humana e a saúde do planeta.

Dessa forma, em um cenário marcado pela proliferação de diagnósticos de crise em diversos campos do conhecimento, torna-se crucial que qualquer trabalho que se proponha a abordar uma dessas áreas em crise defina com clareza o conceito de crise e como este será utilizado ao longo do texto. Essa definição se torna ainda mais relevante diante da multiplicidade de interpretações que o termo "crise" pode assumir, as quais, por sua vez, influenciam diretamente a compreensão das causas, dos responsáveis, das soluções e até mesmo do próprio entendimento da crise em questão.

Neste trabalho, a crise é compreendida como a manifestação de um problema real e político, passível de múltiplas interpretações. Essas interpretações, por sua vez, determinam a compreensão das causas da crise, a identificação dos responsáveis, a busca por soluções ou, em última instância, a mera contribuição para o seu entendimento de forma aprofundada. Ao se deparar com uma crise em uma determinada área do conhecimento, torna-se fundamental questionar quais os fatores que contribuíram para o seu surgimento, quem são os agentes sociais envolvidos e/ou quais as medidas que podem ser tomadas para solucioná-la ou, ao menos, mitigá-la.

De acordo com Koselleck e Richter (2006, p. 359-360), a origem do sentido atual de crise, onde se manifestava em duas vertentes distintas. A primeira, utilizada no âmbito dos julgamentos, carregava a ideia de uma decisão legal crucial, um momento de virada determinante no curso de um processo. Já a segunda vertente, presente no campo da medicina, referia-se a um evento observável no curso de uma doença, um ponto de inflexão que determinaria o destino do paciente, seja para a cura ou para o falecimento.

Embora a noção de crise já estivesse presente na Grécia Antiga, foi apenas em 1627 que ela se expandiu para o âmbito do corpo político, em um contexto histórico marcado por turbulências e instabilidades. Durante o parlamento inglês daquele ano, um dos membros proferiu a frase "o parlamento está em crise" (KOSELLECK e RICHTER, 2006, p. 362), marcando um momento crucial na história do conceito e abrindo caminho para sua utilização em diferentes esferas da sociedade.

A partir de sua utilização ampliada no século XIX, o conceito de crise se consolidou como um elemento central na análise econômica, especialmente na caracterização das crises econômicas e financeiras. Nesse contexto, Marx e Engels se destacaram na aplicação do termo "crise" em suas análises históricas e políticas, por volta de 1844. Para os autores marxistas, as crises representavam momentos de profunda instabilidade no sistema capitalista, que se afundava em seus próprios problemas de forma cíclica (KOSELLECK e RICHTER, 2006, p. 393-394).

O século XIX testemunhou uma popularização do termo "crise", sem que houvesse uma definição precisa e consensual de seu significado. Essa multiplicidade de interpretações levou alguns autores a afirmar que, se a utilização do termo de fato indicasse a existência de crises, a modernidade seria caracterizada como a era das crises, tornando o termo uma mera "*catchword*" (KOSELLECK e RICHTER, 2006, p. 397-399).

Koselleck e Richter (2006, p. 397-399) identificam dois usos majoritários do termo "crise" no contexto da modernidade. O primeiro uso seria para demonstrar um estágio transitório entre dois pontos, onde o futuro é incerto e a direção a ser tomada é indefinida. O segundo uso é aquele apropriado pela mídia, esse uso explora a imprecisão do termo "crise" para gerar impacto e audiência. A ampla utilização do termo, nesse caso, pode ser vista como algo positivo, pois deixa em aberto a possibilidade de diferentes interpretações e soluções para os problemas em questão.

A análise de Koselleck e Richter (2006, p. 399) destaca o uso do diagnóstico de crise como um instrumento de combate político, instigando a questionar se a utilização do termo carrega interesses específicos por parte de quem o utiliza, argumentando que a crise é frequentemente usada como um diagnóstico que revela momentos de decisão e mudança crucial, onde as estruturas existentes são questionadas e novas direções são possíveis. Eles sublinham que a crise é uma ferramenta de combate político, utilizada para mobilizar e legitimar ações políticas. Em outras palavras, chamar algo de "crise" não seria apenas uma descrição neutra, mas um ato que pode influenciar a percepção pública e direcionar políticas e ações.

Essa visão é aprofundada por Milstein (2014, p. 142-143), que defende a natureza intrinsecamente política das crises, reconhecendo-as como oportunidades para contestar estruturas sociais e buscar mudanças políticas. Para Milstein, a crise não se configura como um mero rótulo impreciso, mas sim como um evento real com efeitos e causalidades específicas. O autor destaca que a crise, por si só, já indica um estado de emergência e a necessidade de ação imediata para evitar consequências catastróficas (MILSTEIN, 2014, p. 146).

Milstein (2014, p. 147) vai além da mera constatação da imprecisão do termo "crise", utilização comum apontada por Koselleck, e destaca o papel ativo dos indivíduos na definição da própria crise. Para o autor, os participantes de uma crise, aqueles que possuem agência, também contribuem para a construção do significado da crise, ou seja, depende da capacidade das pessoas de identificar uma situação como crise e tomar ação sobre ela para que a crise se configure como tal. Nesse sentido, a definição da interpretação da crise se torna um território em disputa, onde diferentes grupos e indivíduos competem por seus próprios entendimentos e agendas.

Em consonância com a perspectiva de Milstein e Koselleck, este trabalho parte do pressuposto de que os diagnósticos de crise, embora representem a indicação de problemas reais, são passíveis de múltiplas interpretações. Essa diversidade de interpretações reflete a complexa natureza das crises, que envolvem diferentes fatores sociais, políticos, econômicos e culturais.

A partir disso, entende que ao abordarmos uma crise, é crucial ter em mente uma perspectiva abrangente que integre o passado e o presente. O passado serve como um ponto de partida fundamental, oferecendo-nos informações e interpretações de eventos anteriores, além do conhecimento acumulado ao longo do tempo. Já o presente, por ser o momento real da crise, exige um diagnóstico preciso, que, por sua

vez, depende de uma compreensão profunda da época em que a crise se desenrola (MAIA, 2020, p. 13).

É importante destacar que, ao contrário do que se pode supor, as crises não se limitam a descrições negativas ou reclamações da realidade social, política ou ambiental. Via de regra, caracterizam-se por momentos de incerteza e instabilidade, permeados por conflitos e lutas pela interpretação e pelo enfrentamento da crise em si (MAIA, 2020, p. 09). Essa disputa se manifesta na definição pública do que está em crise, dos recursos a serem utilizados e das normativas a serem implementadas, tornando-se um campo de batalha política (MAIA, 2020, p. 10).

Em um mundo marcado por diversas crises, a ambiental se destaca como uma das mais urgentes e ameaçadoras, com potencial para gerar consequências catastróficas para a humanidade caso não seja mitigada. Para compreender a gravidade da situação e os desafios que nos cercam, é fundamental partirmos de dois conceitos cruciais: os limites planetários e o Antropoceno.

A questão da crise ambiental não se resume a um debate sobre sua existência, pois diversos estudos já comprovaram sua realidade. O foco atual reside em determinar nossa posição atual e até onde o meio ambiente pode ser alterado sem comprometer a sustentabilidade do planeta. Nesse contexto, o estudo dos limites planetários, realizado por Rockström *et al.* em 2009, assume papel fundamental. Através de um mapeamento detalhado, os autores identificaram variáveis críticas que, se ultrapassadas, podem levar o planeta a um ponto de não retorno. O estudo também estabelece limites aceitáveis para cada variável, considerando um nível de resiliência da espécie humana.

No estudo de Rockström *et al.* (2009), os autores propuseram um marco na análise da crise ambiental: a identificação de nove variáveis críticas, denominadas limites planetários, que, se ultrapassadas, poderiam levar o planeta a um ponto de não retorno. Essas variáveis englobam desde as mudanças climáticas e a acidificação oceânica até a depleção do ozônio estratosférico e a alteração do ciclo do nitrogênio e do fósforo. Em 2009, os autores estimaram que três desses limites já haviam sido ultrapassados: mudanças climáticas, perda de biodiversidade e desequilíbrio do ciclo do nitrogênio.

Seis anos depois, em 2015, Steffen *et al.* realizaram uma atualização abrangente do estudo, incorporando pesquisas mais recentes e reavaliando a posição da Terra em relação aos limites planetários. Nessa nova atualização se revelou um

cenário ainda mais preocupante: três limites continuavam ultrapassados – mudanças climáticas, perda de biodiversidade e desequilíbrio do ciclo do nitrogênio – e outros se aproximavam perigosamente da zona de atenção: ciclo do nitrogênio e do fósforo, uso da terra, diversidade genética e mudança climática.

Ao analisarmos os indicadores dos limites planetários, como uso da terra, quantidade de nitrogênio reativo, concentração de carbono na atmosfera e acidificação oceânica, torna-se evidente que as mudanças que estamos presenciando não são cíclicas ou naturais da Terra. Elas são fruto da ação humana, um marco crucial na história do nosso planeta: o Antropoceno.

Para compreendermos a magnitude do Antropoceno, é fundamental compará-lo com seu período antecedente: o Holoceno. Nos últimos 11 mil anos, o Sistema-Terra viveu sob a influência do Holoceno, um período interglacial caracterizado por temperaturas mais amenas em comparação à média histórica. Essa relativa estabilidade climática, somada à órbita terrestre estável, proporcionou um clima mais previsível e favorável ao desenvolvimento da vida.

Embora a humanidade não tenha surgido no Holoceno (estudos indicam que o ser humano surgiu há cerca de 29 mil anos), foi nesse período que a sociedade humana se desenvolveu e floresceu. É importante ressaltar que, considerando as capacidades limitadas de resiliência e adaptabilidade do corpo humano, a estabilidade climática do Holoceno provavelmente foi um fator crucial para o desenvolvimento da civilização como a conhecemos.

Ao analisarmos o passado recente, começou a surgir um crescente corpo de estudos que questionava a estabilidade do Holoceno. Variações climáticas inexplicáveis por fatores naturais chamaram a atenção dos cientistas, impulsionando a busca por respostas para o que se denominaria "crise ambiental". Nesse contexto, surge o conceito de Antropoceno, que propõe uma ruptura paradigmática: o impacto da sociedade humana na Terra se tornou tão intenso que ameaça a estabilidade do Holoceno.

Segundo Delanty (2020, p. 116 e p. 146), a catástrofe ecológica que enfrentamos não se configura como uma mera crise geológica, mas sim como uma crise profunda na relação entre a sociedade humana e o planeta. Essa crise assume dimensões culturais e políticas, exigindo uma profunda reflexão sobre nossos valores, modelos de desenvolvimento e modos de vida.

O termo "Antropoceno", que remonta ao século XVIII, ganhou força na literatura científica no início do século XXI, com sua primeira aparição na revista *Nature* em 2002. Em 2016, o Grupo de Trabalho do Antropoceno, um conjunto de 34 cientistas dedicados ao estudo da era humana, oficializou o reconhecimento do Antropoceno como uma época geológica distinta. Esse marco histórico é definido pelo início da "grande aceleração", período a partir de 1950 marcado por um crescimento exponencial em diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais.

O termo "grande aceleração" foi cunhado na Conferência de Dahlem em 2005, buscando capturar a complexa interconexão entre as esferas biofísicas e socioeconômicas que moldaram o meio ambiente desde meados do século XX. A representação gráfica mais conhecida da grande aceleração (Figura 1), presente na obra de Stephen *et al.* (2015, p. 82), demonstra essa mudança abrupta através de curvas ascendentes que ilustram o crescimento exponencial de indicadores como população, uso da terra, combustíveis fósseis, fertilizantes e água.

Os gráficos que ilustram a "grande aceleração" revelam um marco crucial na história da humanidade: o início da era do Antropoceno, por volta de 1950. Nesse período, diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais, que já demonstravam um crescimento gradual, experimentaram um salto exponencial em suas taxas de incremento. Essa mudança abrupta representa a intensificação da influência humana sobre o planeta, elevando-a a um patamar sem precedentes.

Em termos matemáticos, o crescimento exponencial se caracteriza pela elevação de um número a um valor constante, resultando em um aumento descontrolado e tendente ao infinito. Essa dinâmica se observa em diversos indicadores que definem o Antropoceno, como o que ocorreu (e ainda ocorre) com o aumento populacional, o uso da terra, uso de combustíveis fósseis, uso de fertilizante, uso da água, entre diversos outros.

Socio-economic trends

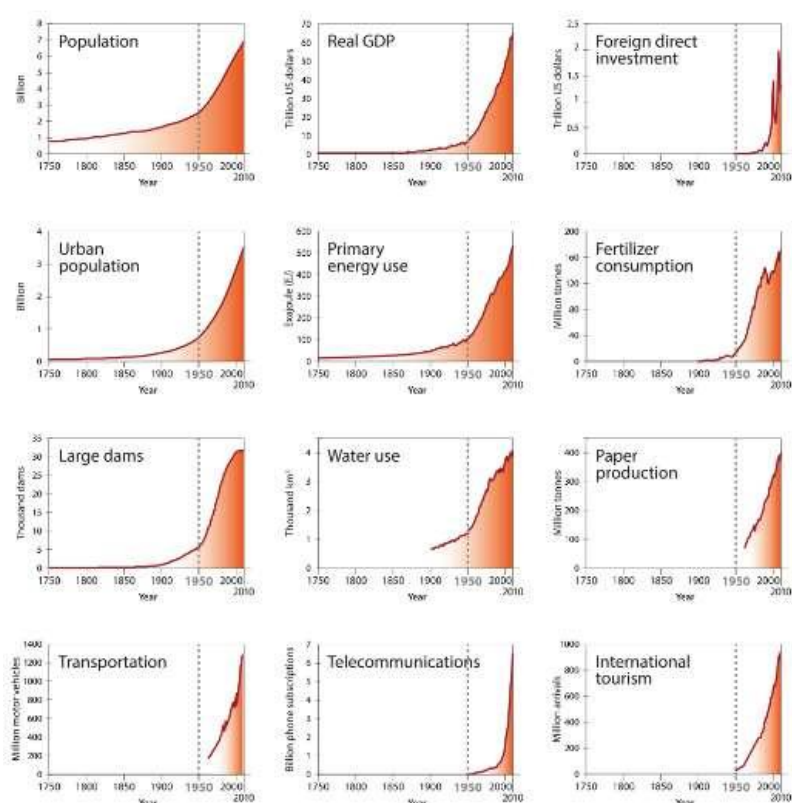


Figura 1 – Tendências sócio-econômicas

Fonte: IGBD, Global Change and the Earth System 2004, p. 259

Para o meio-ambiente e para a crise ambiental de forma geral, um crescimento exponencial significa que a tendência de utilização dos recursos advindos da natureza, como combustíveis fósseis, água, terra, entre outros, só aumenta, com fim apenas no seu esgotamento.

A questão é que por muito tempo, a crença predominante entre os economistas era de que o crescimento econômico, medido pelo aumento do PIB, poderia ser infinito, sem que isso gerasse impactos negativos no meio ambiente. Essa visão, no entanto, ignorava os limites físicos do planeta e os processos ecológicos essenciais para a vida humana. A realidade, porém, é bem diferente. A Terra possui recursos finitos e, se continuarmos a ser explorada no ritmo atual, chegará a um ponto de esgotamento. Além disso, mesmo antes de chegar a esse limite extremo, a exploração desenfreada de recursos naturais pode desestabilizar sistemas ecológicos essenciais, como o clima, a qualidade do ar e da água e a biodiversidade. Sobre isso:

O conceito de Antropoceno torna-se então, para além da designação geológica, um conceito crítico, em que a descrição da era geológica está atrelada à percepção normativa dos riscos que a grande aceleração apresenta para a vida no planeta, bem como de condições radicalmente

alteradas de vida. Ele aguça uma consciência de crise em que a lógica dos problemas de controle não pode ser pensada apenas pela ideia de domínio técnico dos humanos sobre a natureza (MAIA, 2020, p. 27).

A percepção de que a ação humana não é a única responsável pelo Antropoceno nos convida a problematizar as estruturas e processos sociais que contribuem para a crise ambiental. O capitalismo, com sua lógica de acumulação desenfreada, exploração da natureza e priorização do lucro sobre o bem-estar social e ambiental, é um dos principais motores dessa crise. Ao problematizar essas estruturas e processos sociais, reconhecemos que a crise ambiental não é um problema meramente técnico ou científico, mas sim um desafio político, social e ético.

É por isso que a escolha do termo "Antropoceno" para designar a era geológica atual suscita debates acalorados até os dias de hoje. Autores e áreas do conhecimento divergem sobre qual termo melhor representa a complexa relação entre as atividades humanas e as mudanças geológicas. A utilização de termos alternativos ao Antropoceno, como Capitaloceno, Plasticeno e Homogoceno, enriquece a análise da crise ambiental, oferecendo lentes analíticas distintas para compreendê-la.

O termo "Capitaloceno" enfatiza o papel central do sistema capitalista, com sua lógica de acumulação desenfreada e priorização do lucro sobre o bem-estar social e ambiental, na geração da crise. Já o termo "Plasticeno" destaca o plástico, um material derivado de combustíveis fósseis e símbolo do consumo desenfreado, como um dos principais marcadores geológicos da era atual. Por fim, o termo "Homogoceno" (ou homogoceno) que propõe que a homogeneização da fauna e flora da Terra pela ação humana, com consequências ecológicas e econômicas negativas,

A utilização de diferentes termos apresenta diversos argumentos a seu favor. Cada termo captura um aspecto crucial da crise ambiental, oferecendo lentes analíticas distintas para compreendê-la. O termo "Capitaloceno", por exemplo, é frequentemente utilizado nas Ciências Sociais para analisar a relação entre o sistema capitalista e a degradação ambiental. Porém, o presente trabalho não pretende entrar no mérito de qual nomenclatura seria mais adequada, isso por acreditar que todas as narrativas são complementares, e a utilização de uma em detrimento das demais não significa negar o antropoceno enquanto época geológica ou negar focos e responsabilidades pela crise ambiental

Em termos de Direito Ambiental Internacional, tem-se um panorama complexo e, por vezes, frustrante na luta contra a crise ambiental. Instrumentos como a

Declaração de Estocolmo (1972), a Declaração do Rio (1992) e o Acordo de Paris (2015) demonstram a busca por soluções internacionais para um problema global. No entanto, a natureza de tais instrumentos, classificados como "*soft law*", levanta questionamentos sobre sua efetividade na mitigação dos impactos ambientais.

O *soft law* se caracteriza pela flexibilidade e rapidez na negociação e aprovação, características que facilitam a adesão de um número significativo de países. No entanto, essa flexibilidade tem um preço: a ausência de status de norma jurídica coercitiva. Ou seja, os compromissos assumidos pelos Estados signatários não possuem força jurídica obrigatória, configurando-se mais como obrigações morais. Essa falta de coercibilidade gera diversos desafios na implementação dos acordos. A ausência de sanções diretas para o caso de descumprimento torna os instrumentos ineficazes na contenção dos países que mais poluem, como os Estados Unidos, que detêm grande poder político e econômico. A diplomacia e as sanções econômicas, mecanismos frequentemente utilizados para pressionar o cumprimento de acordos, podem ser ineficazes frente à resistência de países poderosos.

Além disso, o movimento ambiental critica a ineficácia do *soft law*, questionando a suficiência das metas estabelecidas e a falta de questionamento ao sistema econômico, muitas vezes apontado como principal responsável pela crise ambiental. A ausência de medidas punitivas diretas para os infratores, somada à morosidade dos processos internacionais, gera frustração e mina a confiança na capacidade do DAI de promover mudanças reais. Isso reforça ainda mais a necessidade de um estudo conjunto do meio ambiente com o capitalismo, considerando que o sistema de produção global, além de ser amplamente reconhecido como o principal causador da crise climática, também impede a implementação de uma solução global efetiva.

Fato é que o meio ambiente e, principalmente, a crise ambiental, é objeto de estudo predominantemente das ciências naturais, que buscam entender, medir e frear as mudanças físicas e químicas que vêm ocorrendo no meio ambiente. Entretanto, como visto, a crise ambiental não é uma crise apenas ambiental, "já que os processos sociais têm primazia causal no sistema" (MAIA, 2020, p. 26). Sendo assim, passa a ser necessário o seu estudo também pelas ciências sociais, que buscam entender quais os mecanismos de poder relacionados à exploração da natureza e como eles afetam a sociedade. De fato:

A interpretação do problema centrada na técnica pode ainda secundarizar as necessidades de pensar a crise em termos de

estruturas políticas e sociais, que alteram o sentido e a seletividade do emprego das tecnologias. É preciso então pensar em termos "sócio-ecológicos", evitando a separação natureza - sociedade, desafio imenso à teoria social tal como a concebemos (MAIA, 2020, p. 27)

Porém, tratar do meio ambiente nas ciências sociais é um grande desafio, pois historicamente essa área de estudo não considerava o meio ambiente como uma questão relevante, principalmente para aqueles autores menos próximos da antropologia. No início da história das ciências sociais, o foco estava predominantemente nas interações humanas e nas estruturas sociais, sem atenção significativa aos impactos socioeconômicos da interação com o meio ambiente, até porque dados que demonstrassem esses impactos eram escassos ou inexistentes. No entanto, mesmo naquela época, havia autores clássicos que não ignoravam completamente o papel do meio ambiente na economia e na formação social, reconhecendo, ainda que de maneira incipiente, a importância das interações entre o ambiente natural e as dinâmicas sociais e econômicas.

Com o passar do tempo, mais autores passaram a incorporar temas ambientais em seus pensamentos, reconhecendo que as ciências sociais não poderiam mais operar com a epistemologia da cegueira para a natureza, como se essa fosse distante do domínio social e humano (DELANTY, 2020, p. 154). No entanto, cada autor abordou o meio ambiente de maneira distinta, utilizando conceitos novos ou já existentes para desenvolver seu entendimento. A ideia do Antropoceno surgiu como uma categoria interpretativa significativa, permitindo que as sociedades refletissem sobre si mesmas e utilizassem a imaginação para conceber alternativas para seu lugar e espaço (DELANTY, 2020, p. 144).

A pandemia de COVID-19, evento de proporções globais e disruptivas, impulsionou um novo olhar para a relação entre sociedade e meio ambiente. Fatores como o aumento da consciência ambiental, a intensificação das desigualdades socioambientais e as falhas do modelo de desenvolvimento atual contribuíram para essa convergência. A pandemia provocou uma reflexão sobre a fragilidade da vida humana e a interdependência com o meio ambiente, evidenciando os riscos da exploração desenfreada da natureza. As disparidades sociais e ambientais se agravaram com a crise sanitária, expondo as intersecções entre pobreza, saúde e meio ambiente. A necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento predominante, baseado no consumismo e na exploração predatória dos recursos naturais, se tornou mais evidente.

Diante dessa conjuntura, as ciências sociais assumem um papel ainda mais crucial na análise crítica da relação entre sociedade, meio ambiente e saúde. A sociologia, em particular, por contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais que moldam os problemas ambientais, das desigualdades socioambientais e dos desafios para a construção de um futuro mais sustentável.

Peter Wagner parte do entendimento de que a Sociologia é sempre uma tentativa de entender a sociedade moderna (1997, p. 11). É o que se pretende fazer aqui, pois, em meio ao surgimento de tantas pesquisas que buscam entender e criar conceitos relacionados à crise ambiental os pensamentos de Nancy Fraser e Maristella Svampa se destacam pela profundidade e abrangência com que abordam as crises contemporâneas. Ambas as autoras, reconhecidas por suas contribuições críticas e teóricas, oferecem perspectivas valiosas para entender os desafios ambientais exacerbados pela pandemia. Fraser, com sua expansão do conceito de capitalismo para incluir o meio ambiente como um pano de fundo essencial, e Svampa, com seu foco constante nos temas ambientais e na crítica ao neoextrativismo, proporcionam ferramentas teóricas robustas para analisar a crise ambiental de maneira integrada.

Nancy Fraser, renomada teórica crítica, tem ampliado seu escopo de análise para incluir o meio ambiente como um dos elementos centrais na compreensão das dinâmicas capitalistas. Em sua obra, Fraser argumenta que o capitalismo não só explora o trabalho e a política, mas também depende e degrada os recursos naturais. Sua abordagem holística é essencial para entender como as crises econômicas, políticas e ambientais estão interligadas.

Maristella Svampa, por outro lado, sempre incorporou questões ambientais em sua análise crítica da América Latina. Sua crítica ao modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo e seu conceito de "Consenso das Commodities" destacam a exploração contínua dos recursos naturais da região e os impactos sociais e ambientais resultantes. Svampa argumenta que a crise ambiental não pode ser separada das questões de justiça social e política, uma perspectiva que se torna ainda mais relevante após o contexto da pandemia COVID-19, que expôs e exacerbou as desigualdades existentes e a fez adicionar um novo conceito ao seu pensamento, o "Consenso da Descarbonização".

A escolha de trabalhar com as teorias de Nancy Fraser e Maristella Svampa se justifica pela necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar para entender

a crise ambiental contemporânea. Ambas as autoras oferecem visões que transcendem a análise econômica tradicional, incorporando elementos sociais, políticos e ambientais. Este trabalho se propõe a explorar como essas pensadoras contribuem para um entendimento mais profundo das crises que enfrentamos hoje, sem realizar uma comparação entre o pensamento de ambas, e sim como uma forma de ver como cada uma observou e trabalhou com o tema.

Dessa forma, este estudo irá analisar, na primeira seção, o desenvolvimento do pensamento atual de Nancy Fraser, com ênfase em suas recentes contribuições para a crítica ambiental. Na segunda seção, será examinada a trajetória intelectual de Maristella Svampa, destacando seu enfoque nas questões de crises ambientais e as mudanças em seu pensamento no contexto pós-pandemia.

A metodologia empregada neste trabalho fundamenta-se em uma abordagem teórica, com o objetivo de explorar e analisar criticamente as contribuições de Nancy Fraser e Maristella Svampa no campo da crítica ambiental e social. Esta abordagem permite uma compreensão aprofundada dos conceitos e das argumentações desenvolvidas pelas autoras, bem como a articulação das suas perspectivas em relação às crises contemporâneas.

Para fundamentar esta abordagem, é pertinente considerar as definições de teoria apresentadas por Abend, que identifica sete possíveis significados para o termo¹. Em particular, o quarto significado refere-se ao estudo de autores, onde se reconhece que pensadores como Marx, Weber, Durkheim, entre outros, possuem escritos complexos que exigem interpretação, análise e crítica para serem compreendidos em sua totalidade. Abend (2008, p. 178) enfatiza a necessidade de estudos detalhados para destrinchar essas obras e entender como elas se relacionam com seus antecedentes e contemporâneos. Neste contexto, o presente trabalho insere-se no esforço de destrinchar e sistematizar os pensamentos de Nancy Fraser e Maristella Svampa, com o intuito de compreender plenamente seus conceitos e contribuições. A partir dessa sistematização, busca-se oferecer uma análise robusta

¹ De forma resumida, temos que - Teoria 01: é uma proposição geral ou um sistema de proposições gerais que estabelecem uma relação entre duas ou mais variáveis. Teoria 02: é uma explicação sobre um fenômeno social específico. Teoria 03: é uma interpretação original de certa parte do mundo empírico. Teoria 04: é o estudo dos escritos de autores. Teoria 05: é uma perspectiva geral de onde alguém vê e interpreta o mundo, porém com foco em conceitos e linguística. Teoria 06: é para se referir a situações que possuem um componente normativo fundamental. Teoria 07: é o estudo de problemas sociais que a sociologia se deparou (ABEND, 2008 p.177 -181)

das suas teorias e de como estas se aplicam à análise das crises contemporâneas, especialmente no que tange às questões ambientais e sociais.

Outro autor que aborda a teoria e a condução de trabalhos teóricos é Swedberg (2014, p. 28), que conceitua a teoria como uma declaração sobre a explicação de um fenômeno, enquanto teorizar seria o processo pelo qual a teoria é produzida. Swedberg (2014, p. 25-26) também destaca a importância de se realizar um trabalho teórico dentro das ciências sociais na atualidade, pois, segundo ele, existem duas tendências negativas predominantes. A primeira tendência é a de continuar avançando com métodos empíricos, relegando a teoria a um papel secundário, sendo ela adicionada apenas ao final do trabalho como uma forma de sumarizar padrões e estruturas derivadas do empirismo. A segunda tendência é a de desenvolver uma teoria totalmente abstrata, sem qualquer conexão com a realidade empírica, utilizando os dados apenas como ilustrações para a teoria, rejeitando a observação da realidade.

Este trabalho, portanto, alinha-se com as diretrizes de teoria estabelecidas por Swedberg, pois não se abstém de observar a realidade. Pelo contrário, parte de informações e observações sobre a emergência climática, buscando compreender o que a teoria tem a dizer sobre esses fenômenos e quais aspectos ela considera relevantes. Ao adotar essa abordagem, o estudo visa evitar as duas tendências negativas apontadas por Swedberg, equilibrando a análise teórica com uma base empírica sólida, garantindo que a teoria desenvolvida esteja em diálogo constante com a realidade observada.

Como parte central da metodologia, a revisão bibliográfica é fundamental para o levantamento e a análise das obras mais significativas de Fraser e Svampa. Este processo envolve a identificação, seleção e exame de livros, artigos e outros escritos que delineiam suas respectivas teorias.

Por fim, ao explorar as contribuições de Nancy Fraser e Maristella Svampa no contexto da crise ambiental contemporânea, este trabalho almeja oferecer uma análise que amplie nossa compreensão sobre as complexas interações entre sociedade, economia e meio ambiente. Por meio de uma abordagem teórica fundamentada na revisão bibliográfica e na análise conceitual, busca-se não apenas destrinchar e sistematizar o pensamento dessas autoras, mas também promover um diálogo entre suas perspectivas e com a realidade.

A análise proposta visa não apenas a compreensão das teorias de Fraser e Svampa, mas também a reflexão sobre sua relevância para os desafios ambientais e

sociais contemporâneos. Ao adotar uma postura crítica e contextualizada, este trabalho pretende contribuir para o debate acadêmico sobre as formas pelas quais podemos enfrentar e superar as crises que ameaçam nosso planeta e nossa sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. NANCY FRASER

Nancy Fraser é uma renomada filósofa política e teórica social, cujas contribuições significativas para o debate contemporâneo abrangem questões cruciais de justiça social, feminismo e teoria crítica. Nascida em 1947, nos Estados Unidos, Fraser emergiu como uma figura proeminente no campo da teoria crítica feminista e da política radical, fornecendo insights profundos sobre uma ampla gama de temas, incluindo teoria feminista, teoria crítica, estudos de gênero, justiça social e políticas de reconhecimento. No entanto, é importante notar que, embora tenha se destacado em várias áreas, os temas relativos ao meio ambiente nunca foram uma área central ou amplamente discutida em seus trabalhos.

Ela é reconhecida por sua abordagem única que destaca a interconexão entre redistribuição e reconhecimento como elementos essenciais para uma teoria abrangente de justiça social. Para Fraser, a redistribuição refere-se à distribuição equitativa de recursos materiais e econômicos na sociedade, visando combater as desigualdades econômicas e promover a igualdade de oportunidades. Por outro lado, o reconhecimento refere-se ao respeito e valorização das identidades (culturais, de gênero, étnicas, entre outras), o que seria essencial para realização de fato de qualquer justiça social.

Além disso, Fraser é reconhecida por seu trabalho no campo da teoria crítica, especialmente por sua análise crítica do capitalismo contemporâneo e suas propostas para alternativas socialistas. Em obras como "Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis", de 2013, e "Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world", de 2009, Fraser examina as contradições inerentes ao capitalismo neoliberal, bem como as possibilidades de uma ordem social alternativa baseada na justiça, democracia participativa e sustentabilidade. Essa linha de pesquisa reflete seu compromisso com uma análise crítica das estruturas de poder dominantes e sua busca por formas mais equitativas de organização social.

Entretanto houve uma virada na teoria crítica de Fraser, o que representa uma evolução significativa em seu pensamento, sem necessariamente contradizer ou negar suas ideias anteriores. Ela passou a desenvolver uma nova abordagem, mais abrangente, que visa oferecer uma compreensão mais profunda do funcionamento do

capitalismo como um todo. Essa nova fase de seu trabalho foi especialmente delineada em dois livros fundamentais: "Capitalismo em Debate" (2018), co-escrito com Rahel Jaeggi, onde ambas apresentam suas teorias críticas e as desenvolvem por meio de questionamentos mútuos, e em "Cannibal Capitalism" (2022), onde Fraser aprofunda de forma mais individual cada um dos temas relevantes em sua nova teoria. Essas obras fornecem a base para a análise empreendida no presente trabalho.

Outros artigos, como "Behind Marx's Hidden Abode: for an expanded conception of capitalism" (2017), nos quais a autora desenvolve sua visão expandida de capitalismo, que é fundamental para a análise realizada aqui, acabaram por ser incorporados aos livros mais recentes. Já trabalhos como "Contradictions of Capital and Care" (2016), que não abordam a dimensão ambiental do pensamento de Fraser e se concentram em outros planos de fundo não econômicos, também não foram explorados em detalhes neste contexto.

De acordo com a autora, o capitalismo voltou a ser objeto de debate não apenas entre os marxistas (2022, p. 18), como vinha sendo nos últimos anos, mas agora estaria sendo discutido por um espectro mais amplo de pessoas e correntes. Isso se deveria à percepção de que a crise atual do capitalismo seria diferente das crises anteriores, e nenhuma teoria crítica herdada seria capaz de abordar todos os aspectos necessários para lidar com essa crise. Além das questões financeiras e econômicas tradicionais, a crise atual também envolveria temas como cuidado, política e meio ambiente, exigindo uma nova teoria crítica que possa abranger essa complexidade.

Fraser (2022, p. 19) acredita que até então as teorias críticas existentes falharam em incorporar os insights trazidos pelo feminismo, pelo ecologismo, pelo pensamento anticolonial e pelo antirracismo em relação ao capitalismo. Por isso, ela busca criar uma teoria que, embora se baseie em Marx para entender o capitalismo, vá além, explorando o que está por trás dele e lançando luz sobre questões antigas que podem justificar uma crise geral do capitalismo hoje (2022, p. 19). Isso aprofunda sua crença de que o capitalismo abriga tendências à crise, um aspecto que ela não havia explorado a fundo até o momento.

sempre insisti numa abordagem 'ambos/e' – ambos, classe e status, redistribuição e reconhecimento. Pela mesma razão, insisti que não podemos simplesmente retornar a uma antiga crítica da economia política. Temos de complicar, aprofundar e enriquecer essa crítica incorporando os insights do pensamento feminista, da teoria cultural e do pós-estruturalismo, do pensamento pós-colonial e da ecologia (FRASER E JAEGLI, 2018, p. 19-20)

Ela vê a necessidade de incorporar todas essas contribuições porque entende que o problema não é puramente econômico, não se resume apenas à distribuição de riqueza, mas sim à forma como essa riqueza é produzida, como o trabalho é organizado e quais demandas ele impõe às pessoas hoje em dia, para isso ela também utiliza muito dos textos de Karl Polanyi. Sua abordagem difere de simplesmente atribuir toda e qualquer questão social negativa ao capitalismo, e também não busca romantizar sociedades pré-capitalistas. O objetivo dela é ir além das críticas meramente funcionalistas, morais ou éticas, e criar uma teoria crítica mais abrangente, capaz de lidar com diversas frentes.

Considerando a perspectiva de Nancy Fraser sobre a natureza histórica do capitalismo (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 79-80), isto é, sua convicção de que o sistema possui características transitórias que variam conforme a época em que vigora, a autora sustenta a ideia de que uma teoria crítica sólida não deve limitar-se exclusivamente a essas características não-permanentes. Desse modo, para uma compreensão abrangente de sua teoria crítica, torna-se imperativo explorar sua conceitualização do capitalismo, a qual se desdobra em dois pontos: a visão ortodoxa (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 29-30), que segue de perto a perspectiva de Marx, e, posteriormente, a inclusão dos denominados "planos de fundo" do capitalismo. Esse acréscimo representa uma expansão significativa em sua análise, sendo um dos principais pontos para compreender sua teoria e a inclusão do meio ambiente em seu trabalho, isso porque enquanto Marx teria focado em entender o que teria por trás da produção, Fraser busca entender quais são as condições de possibilidade da produção.

Assim sendo, a visão ortodoxa delinea três elementos fundamentais do capitalismo: a existência da propriedade privada dos meios de produção, a presença de um mercado de trabalho livre, a dinâmica intrínseca de acumulação de capital característica desse sistema e a centralidade dos mercados.

A noção de propriedade privada dos meios de produção aborda a criação de uma divisão social entre aqueles que detêm os meios de produção e os que não possuem nada além da sua própria força de trabalho, sendo compelidos a ingressar no mercado de trabalho para assegurar sua subsistência e de sua família. Ao postular tal divisão como elemento fundamental do capitalismo, Fraser não nega a existência de outras divisões sociais criadas pelo capitalismo, mas ela se refere à esta divisão como uma grande conquista histórica do capitalismo (2018, p. 29) pois a caracteriza

como totalmente “antinatural”, bizarra e historicamente anômala e específica (2018, p. 30).

A instituição de um mercado de trabalho livre (FRASER E JAEGLI, 2018, p. 30), conforme propagado pelo próprio capitalismo, sugere a criação de um grupo de trabalhadores considerados livres e iguais, onde um indivíduo é livre para vender sua força de trabalho por meio de um contrato para um empregador. De forma geral, essa característica é interpretada como um progresso social do capitalismo, que, em teoria teria rejeitado a escravidão. No entanto, Fraser introduz dois acréscimos cruciais a este elemento fundamental.

Em primeiro lugar, ela concorda com a visão de Marx sobre a liberdade em duplo sentido do trabalhador (FRASER E JAEGLI, 2018, p. 30). Sob o primeiro sentido, os trabalhadores são livres juridicamente, não sendo considerados escravos. Porém, o segundo sentido revela que eles também são livres do acesso aos meios de subsistência e de produção, e desprovidos dos direitos de uso das terras e ferramentas, ou seja, são “livres” para morrer de fome. O segundo adendo diz respeito a como a ideia de trabalhador livre diz respeito apenas a uma faceta da história, já que não inclui de fato todos os trabalhadores (como as mulheres que trabalham com a reprodução social) e também não garante a liberdade a todos, como evidenciado pela longa história de escravidão no assim chamado Novo Mundo. Nesse contexto, Nancy Fraser sustenta a visão de que o capitalismo adota uma interpretação limitada e liberal do conceito de liberdade e igualdade (FRASER E JAEGLI, 2018, p. 30). Ao fazê-lo, o sistema não apenas oferece uma abordagem superficial desses princípios, mas também nega a viabilidade de interpretações mais profundas e abrangentes (FRASER E JAEGLI, 2018, p. 31).

O terceiro elemento que caracteriza o capitalismo nesta visão inicial ortodoxa é a dinâmica de acumulação do capital, manifestada na incessante necessidade dos proprietários de valorizarem seus capitais. Recorrendo às análises de Marx, Fraser concorda que é o momento em que o Capital se torna o Sujeito insaciável, onde os seres humanos são compelidos a alimentar essa fera (2018, p. 32)

Por fim, o último elemento é a centralidade dos mercados na sociedade capitalista, porém, ressaltando que não trata o mercado em si como uma característica específica do capitalismo, uma vez que a ideia de mercado também existe em sociedades não capitalistas. A questão crucial, portanto, reside nas especificidades dos mercados nas sociedades capitalistas.

Para compreender essas especificidades ressaltadas por Fraser, é essencial distinguir entre mercados de distribuição e mercados de alocação. Os mercados para distribuição administram os bens para consumo pessoal utilizando mecanismos não mercadológicos, como um planejamento democrático, com objetivos exclusivamente alocativos. O capitalismo faz uso dos mercados de distribuição, porém também faz uso dos mercados de alocação, onde determina como a sociedade utiliza suas riquezas e energia, bem como o excedente social, a partir de mecanismo mercadológicos (FRASER, 2022, p. 21-22).

Esse seria, portanto, o diferencial do capitalismo, pois ele teria mercantilizado todos os insumos da produção, inclusive a força de trabalho humana, materiais e crédito. Para Fraser, essa é uma das características mais perversas do capitalismo: a submissão dos assuntos humanos mais importantes ao mercado. Isso implica que a sociedade não pode decidir autonomamente onde alocar sua energia e determinar o que é prioritário por meio de decisões coletivas, pois é o mercado que assume essa prerrogativa. Em suas palavras: “mercados existem há tempos, porém em muitas sociedades eles são periféricos, circunscritos e confinados às margens da vida social. Eles não estruturam a forma de vida internamente. Com o capitalismo, no entanto, eles começam a fazer isso” (2018, p. 41) e (2022, p. 21-22)

Ao analisar as críticas e as adições que Nancy Fraser faz à conceitualização ortodoxa do capitalismo, ela cria o conceito e o entendimento do capitalismo como uma ordem social institucionalizada (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 70), transcendendo sua definição estritamente econômica ou financeira. Para abordar essa abrangência, Fraser introduz novas camadas em sua conceitualização, denominada por ela como "planos de fundo" do capitalismo, que contrastariam com o primeiro plano econômico.

Esses elementos não apresentam uma conexão óbvia com características centrais do capitalismo, como o mercado de trabalho ou a acumulação de capital. No entanto, segundo a autora (FRASER E JARGGI, 2018, p. 66), são igualmente necessários, sendo também condições de possibilidade para a existência e funcionamento do sistema capitalista. Essa nova perspectiva revela que por mais que o capitalismo tente se apresentar como um fenômeno exclusivamente econômico, ele é intrinsecamente dependente de setores não econômicos.

As quatro mudanças epistêmicas essenciais para a completa concepção do capitalismo são identificadas como: a reprodução social, a dimensão política, a expropriação-exploração e o meio ambiente. Tais mudanças seriam epistêmicas pois

se referem a transformações fundamentais na maneira como conhecemos e interpretamos o capitalismo, aqui no caso por identificá-lo não apenas como uma ordem econômica, e sim uma ordem social institucionalizada.

Inicialmente, no âmbito da reprodução social (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 48), um conceito derivado das teorias feministas, refere-se às formas de fornecimento de cuidado, como socialização, criação de comunidade, cuidado das crianças, afeto e alimentação. No contexto capitalista, grande parte dessas atividades ocorre fora do mercado e não se configura como trabalho assalariado. No entanto, a reprodução social seria crucial para viabilizar a existência do trabalho assalariado, a acumulação de mais-valia e, em última instância, a sustentação do sistema capitalista como um todo. Isso se deve ao papel fundamental desse trabalho na garantia da continuidade da força de trabalho a ser explorada, seja por meio da criação de uma nova geração de trabalhadores ou por meio da manutenção da geração atual.

Ao contrário de muitas abordagens convencionais sobre a reprodução social, principalmente dentro da teoria marxista, Nancy Fraser adota uma compreensão mais abrangente do que pode ser considerado como tal. Sua visão não se limita apenas às atividades domésticas, abarcando também os trabalhos comunitários, as interações em vizinhanças, as associações da sociedade civil e as agências estatais. Para Fraser (2018, p. 48) a reprodução social transcende as fronteiras tradicionalmente atribuídas ao âmbito doméstico, incorporando uma variedade de esferas sociais e práticas que desempenham papéis fundamentais na sustentação da ordem social.

A autora destaca que, na sociedade capitalista, a reprodução social é institucionalizada de uma maneira sem precedentes, estabelecendo uma divisão entre a reprodução social e a produção de mercadorias. É crucial salientar que, segundo a autora (2018, p. 49), a reprodução social não é uma invenção do capitalismo, mas o que ela ressalta é a criação de um novo paradigma em que o trabalho das mulheres não é reconhecido como parte integrante do universo social. Isso resulta na ausência de remuneração para as atividades de reprodução social e, conseqüentemente, na subordinação das mulheres àqueles que recebem salários, geralmente os homens, mesmo que o seu trabalho seja intrinsecamente necessário para garantir a possibilidade de realização do trabalho assalariado. Vale ressaltar que o que é entendido como reprodução social também foi alterado com o tempo, sendo que Fraser aponta que parte do que era trabalho de reprodução social no século XX teria sido transformado em serviços ou bens públicos, da mesma forma que hoje o

capitalismo também estaria privatizando e comodificando outros trabalhos de reprodução social (FRASER, 2022, p. 25).

O segundo plano de fundo não econômico é político e nele destaca-se que as normas e estruturas políticas desempenham um papel fundamental na validação e continuidade do sistema capitalista. Argumentando que o capitalismo depende intrinsecamente de uma realidade política que legitime suas normas constitutivas. Isso inclui uma ordem política que assegure os direitos de propriedade, legitime as expropriações, reprima rebeliões, estabeleça leis trabalhistas e faça cumprir contratos (FRASER, 2022, p. 115-116). Como Fraser observa, foi o Estado que constituiu a "economia capitalista" (2018, p. 55). No entanto, é crucial reconhecer que, para entender completamente essa dinâmica, não se pode limitar o escopo dessa influência política ao âmbito do estado territorial. Esses poderes políticos se estendem além das fronteiras nacionais, abrangendo o poder geopolítico, no qual órgãos, associações e outras entidades exercem uma influência significativa sobre o capitalismo em uma escala global.

A separação entre economia e política no sistema capitalista representa uma ruptura significativa em relação ao estado feudal anterior, no qual essas esferas estavam intimamente interligadas. No entanto, no contexto atual do capitalismo, essa separação é negada, ao mesmo tempo em que há uma tensão contínua entre o poder econômico e político, resultando em fragilidade e instabilidade. Essa tensão é atribuída à dificuldade que o capitalismo impõe ao exercício do poder político, limitando sua capacidade de ação e negando a sua dependência para com ela. Por exemplo, como mencionado anteriormente ao considerar a centralidade dos mercados na concepção expandida de capitalismo, torna-se evidente que o sistema retira a possibilidade de decisões democráticas na alocação de recursos, substituindo-as por mecanismos de mercado. Para Fraser, essa dinâmica revela a natureza intrinsecamente antidemocrática do capitalismo (2022, p. 117-118).

Simultaneamente dependente e rebelde em relação ao domínio político, o capitalismo muitas vezes se rebela contra as estruturas políticas existentes em busca de maiores acumulações de capital. Essa busca incessante por lucro enfraquece ainda mais o poder político, criando tensões e crises nas fronteiras entre a economia e a política. Essa situação reflete amplamente a realidade contemporânea, evidenciando os desafios enfrentados pelo mundo atual. (FRASER, 2022, p. 118)

Os outros dois panos de fundo ainda a serem comentados são: a exploração-expropriação e a ambiental. Como a ambiental é o foco do trabalho e a exploração-expropriação é intimamente ligado ao pano de fundo ambiental, ambos serão trabalhados em tópicos específicos.

2.1.1. Um terceiro pano de fundo: a acumulação por exploração - expropriação

Como previamente abordado, uma parcela significativa da carga ambiental global recai sobre os países situados na periferia do sistema capitalista, muitos dos quais apresentam populações predominantemente racializadas e/ou economicamente desfavorecidas. Explorar as nuances da acumulação de capital nos centros e nas periferias é fundamental para compreender as implicações ambientais decorrentes desse processo.

Nesse sentido, um ponto central para compreender o pensamento de Fraser reside na distinção que a autora estabelece entre a acumulação de capital através da exploração e da expropriação, conceitos originalmente formulados por Marx, mas que adquirem uma dimensão ampliada e contemporânea nas análises de Fraser. É importante salientar que por mais que neste trabalho se destaque mais o ponto de expropriação ambiental, é impossível dissociá-lo das questões de raça, que além de ser um tópico relevante para entender a expropriação da periferia, também é trabalhado pela autora em toda a sua argumentação que visa demonstrar como o capitalismo é um sistema estruturalmente racista.

Dessa forma, a expropriação representa a forma primordial de acumulação capitalista, caracterizada pela apropriação coercitiva, dos recursos e terras existentes. Essa dinâmica manifesta-se, por exemplo, na despossessão das terras de comunidades locais, seja por meio de confisco, endividamento compulsório, entre outros métodos. A forma que ela é feita pode variar, desde a grande violência, como a escravidão, mas também pode ser velada, em forma de comércio, com empréstimos predatórios e execuções de dívidas (FRASER, 2022, p. 46). O resultado é a transformação dessas terras em propriedades a serem exploradas pelo capital, deixando os antigos proprietários destituídos de suas posses e dependentes apenas de sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

O ponto central de discordância de Fraser em relação ao conceito marxista da acumulação primitiva reside na temporalidade e na abrangência desse processo.

Enquanto Marx sugere que a acumulação primitiva teria ocorrido apenas no início da história do capitalismo, Fraser contesta essa visão ao argumentar que há locais no mundo onde a acumulação por expropriação nunca cessou (FRASER E JAEGGI, 2018, P. 61).

Outra discordância de Fraser diz respeito ao que se considera como expropriação. Enquanto para Marx parece que a expropriação gira em torno principalmente das terras e recursos, Fraser se vale da expropriação como o confisco de trabalho, terra, animais, ferramentais, depósitos minerais e de energia e também de seres humanos, inclusive das duas capacidades sexuais e reprodutivas, seus filhos e até mesmo seus órgãos. Isso porque não importa o que está sendo incorporado, e sim que seja incorporado para expandir o valor, o que normalmente coincide com comunidades racializadas (FRASER, 2022, p, 47; FRASER E JAEGGI, 2020, p. 61).

Historicamente, Fraser assinala que a expropriação é a forma predominante de acumulação nas regiões periféricas do capitalismo, o que seria determinado por questões principalmente de raça, o que estaria totalmente ligado com a exposição de tais países ou comunidades à dominação política e econômica (2022, p. 50) e (2018, p. 58). Por outro lado, a exploração concentra-se principalmente na população do centro do sistema, alinhando-se em grande medida com o conceito marxista ortodoxo, que postula a acumulação de capital por meio da apropriação do mais-valor gerado pelo trabalho.

No entanto, a autora (FRASER, 2022, p.55) destaca uma evolução contemporânea na qual as fronteiras entre exploração e expropriação tornam-se cada vez mais difusas, dando origem a uma nova lógica de subjetivação política. Esse fenômeno indica uma transformação nas dinâmicas tradicionais do capitalismo, à medida que as formas de acumulação se entrelaçam e se complexificam.

A fim de compreender como essas fronteiras passaram a se entrelaçar, é necessário observar a evolução da exploração e da expropriação dentro dos regimes de acumulação do capitalismo.

Na fase do capitalismo mercantil, Marx desenvolveu a ideia de acumulação primitiva, destacando a expropriação como o principal motor de acumulação de capital. Esse processo não se limitava apenas ao confisco e cercamentos, abrangendo também práticas como pilhagem e conquista. Fraser (2018, p. 122), observa que essa foi a época em que se forjaram subjetivações que continuam a

influenciar as relações sociais até os dias atuais, estabelecendo distinções entre nativos e europeus, pessoas livres e escravos, brancos e negros.

É crucial salientar que, embora as dinâmicas sociais e as implicações dessas diferenciações não possuíssem a carga e o estigma atual, o legado desse período persiste na estruturação das relações contemporâneas. A expropriação, como instrumento central nesse contexto, moldou as bases das sociedades capitalistas, estabelecendo divisões e hierarquias que perduram e se manifestam de diferentes maneiras ao longo do tempo (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 122).

No período do capitalismo liberal, a distinção entre exploração e expropriação se tornou mais evidente, especialmente com a consolidação das colônias, que assegurou a expropriação nas regiões periféricas e a exploração no centro. Com a industrialização massiva e a formação da massa proletária (a imagem descrita por Marx), principalmente na Europa, a acumulação por meio da exploração tornou-se a forma mais comum de acumulação nas populações centrais (FRASER e JAEGGI, 2018, p. 122). Entretanto, por mais que a exploração tenha ganhado força neste período, ela estava totalmente imbrincada com a expropriação da periferia. Isso porque era a expropriação da periferia, que garantia comida, energia, materiais e minérios de forma barata, que fazia com que a exploração dos trabalhadores no centro fosse de fato rentável. (FRASER, 2022, p. 53)

Durante essa fase, a racialização das relações sociais se acentuou, uma vez que as diferenças entre os explorados e os expropriados, embora regionalmente determinadas, eram também demarcadas marcadas pela raça, que criava uma distinção entre indivíduos livres (os explorados) e os colonizados (expropriados) (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 122). Foi nessa situação que o racismo teria encontrado uma ancora na estrutura do capitalismo (2022, p. 53). Fraser destaca que, mesmo nesse período de distinção mais clara entre exploração e expropriação, essas formas de acumulação não eram totalmente antagônicas. Tanto nas colônias havia empresas que empregavam trabalhadores assalariados quanto no centro muitos trabalhadores assalariados não conseguiam se libertar totalmente da expropriação.

No estágio do capitalismo administrado pelo estado, a fronteira entre exploração e expropriação começou a se dissipar, uma vez que essas formas de acumulação passaram a ser utilizadas mais frequentemente de maneira conjunta. No centro do capitalismo, surgiram os mercados de trabalho segmentados, nos quais trabalhadores racializados eram empregados (exploração) ao mesmo tempo em que

recebiam salários inferiores em comparação aos trabalhadores brancos, abaixo do necessário para sua reprodução social, caracterizando um novo tipo de confisco (expropriação) (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 123-124). O exemplo que Fraser apresenta como simbólico é a segregação estadunidense, onde humilhações institucionalizadas negavam a cidadania total aos americanos racializados (2022, p. 54)

Na periferia ocorriam as lutas pela descolonização, resultando na independência de alguns Estados que conseguiram se libertar da dinâmica puramente expropriatória (embora frequentemente ainda mantivessem elementos de exploração racializadas e expropriação). Contudo, a maioria desses Estados, mesmo após perderem o status de colônia, permaneceram sujeitos à força do imperialismo. A diferença residia no fato de que os agentes da expropriação não eram mais apenas os Estados estrangeiros e as grandes empresas transnacionais, mas também os Estados pós-coloniais, que passaram a expropriar principalmente suas populações indígenas e racializadas (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 125).

No capitalismo administrado pelo Estado ainda existiam locais de expropriação ou exploração puros, que eram a maioria. Entretanto, aqui surgiria uma espécie híbrida de trabalhador explorado e expropriado, que seriam os sinais dos tempos que estariam por vir (FRASER, 2022, p.55).

Na contemporaneidade do capitalismo financeirizado, essa dinâmica híbrida é ampliada. Com a industrialização de partes da periferia, como os BRICS, a exploração em larga escala passou para esta região que Fraser aponta como sendo agora uma semi-periferia do capitalismo, o que não as impediu de continuar sendo expropriadas, uma vez que, como mencionado anteriormente, a remuneração destinada à população racializada não abrange o necessário para sua reprodução (2018, p 126-127). Fraser aponta que a realidade atual da periferia são Estados endividados e com pressões constantes de organizações como o FMI para aumentar a austeridade e indivíduos cada vez mais endividados devido a contratos predatórios e empregos que não garantem sua subsistência (uberização, empregos precários) (2018, p. 127). Ela aponta que:

Praticamente todos os Estados pós-coloniais sem propriedade são expropriados via dívida de soberania, já que os estados pós-coloniais, endividados com credores internacionais e presos no aperto do "ajuste estrutural", são forçados a abandonar o desenvolvimentismo em favor de políticas liberalizantes, que transferem riqueza para o capital corporativo e as finanças globais. Longe de reduzir a dívida, além disso,

essa reestruturação apenas a agrava, fazendo a relação entre o serviço da dívida e o produto nacional bruto disparar e condenando inúmeras gerações à expropriação, algumas muito antes de nascerem, e independentemente de serem ou não também sujeitas à exploração (FRASER, 2022, p. 55-56, TRADUÇÃO NOSSA)².

No centro do capitalismo, por outro lado, a expropriação se torna mais proeminente, ameaçando o lucro por exploração na região, e manifestando-se na substituição do trabalho industrial sindicalizado por trabalhos precários, com regimes de trabalho mais exigentes e remunerações que cada vez menos cobrem os custos de reprodução. O que Fraser destaca é que o capital passou a perceber a expropriação como uma forma de superar suas crises, pois representa uma maneira de acumular mais capital, seja por meio do aumento das dívidas, empregos precários, despossessão de novas terras, entre outras estratégias (2018, p. 127).

Por fim, por mais que ainda existem regiões extremas onde se mantem apenas a exploração ou apenas a expropriação, agora no meio há uma nova figura que é formalmente livre, porém que é vulnerável, que é o trabalhador explorado e expropriado, e que passa a ser a figura que está se tornando a regra. (FRASER, 2022, p. 56-57)

Fraser identifica duas distinções fundamentais entre exploração e expropriação para compreender por inteiro seus conceitos: uma de natureza econômica e outra de caráter político. No aspecto econômico, enquanto na exploração o capital assume os custos de reposição do trabalho, proporcionando uma remuneração que abrange a sua reprodução, na expropriação, esses custos não são cobertos, resultando em uma remuneração constantemente abaixo do necessário para a reprodução. Em relação à diferença política, aqueles sujeitos à exploração são indivíduos livres, cidadãos detentores de direitos e com acesso à proteção do Estado, ao passo que, na expropriação, o sujeito é dependente, incapaz de recorrer ao poder público em busca de defesa contra a predação e a violência (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 124-125).

² No original: Virtually all non-propertied post-colonials are expropriated via sovereign debt, as postcolonial states in hock to international lenders and caught in the vise of “structural adjustment” are forced to abandon developmentalism in favor of liberalizing policies, which transfer wealth to corporate capital and global finance. Far from reducing debt, moreover, such restructuring only compounds it, sending the ratio of debt service to gross national product soaring skyward and condemning countless generations to expropriation, some long before they are born, and regardless of whether or not they are also subject to exploitation.

A exploração e a expropriação são conceitos cruciais para a compreensão da visão de Fraser sobre a questão ambiental. Pois, como será visto, ela argumenta que o capitalismo trata a natureza como uma fonte inesgotável e um depósito para resíduo, sendo a periferia do sistema o principal local para essa exploração. Desde as invasões históricas até colonizações e expropriações contemporâneas de terras indígenas, grilagem industrial e endividamento em larga escala, o capitalismo acumula e adquire terras nessas regiões por meio da expropriação. A utilização dessas terras é feita como se fossem infinitas, sem considerar a sustentabilidade ou a reposição de recursos.

2.1.2. O pano de fundo ambiental

O quarto e último plano de fundo, de particular relevância para o escopo deste trabalho, é o ambiental. E diferentemente dos anteriormente já trabalhados, Fraser acredita que o meio ambiente também age como uma limitação óbvia ao desenvolvimento capitalista, onde os seus recursos e possibilidade de renovação seriam como barreiras ao capitalismo. Por isso, ela aponta que de forma geral praticamente todos concordam que a questão climática é uma ameaça à vida na terra atualmente, e que quase todos concordam sobre a ciência por trás disso. Entretanto, é dissenso quais forças são responsáveis por guiar este processo e como mudá-la (2022, p. 81).

Isso aconteceria porque hoje viveríamos em uma crise de hegemonia, agravada pela pandemia da COVID-19, onde se passou a buscar novas formas de viver. Essa turbulência impediria o que precisa ser feito para Fraser, que é acabar com a cacofonia de opiniões e formar um novo senso comum ecológico capaz de orientar um projeto de transformação geral. Geral porque não seria ligado apenas ao capitalismo, e sim a diversos outros pontos, principalmente a estes planos de fundo do capitalismo, como a opressão de gênero, negação de direitos trabalhistas etc., que além de serem problemas atuais por si só, também estão ligados à exacerbação da crise climática (2022, p. 81-82).

Para a autora, na prática todos esses problemas atuais levam ao capitalismo. Assim, para demonstrar o porquê, ela divide seu argumento em três níveis: estrutural, histórico e político.

2.1.2.1. *Argumento estrutural*

Para Nancy Fraser, é inegável que o capitalismo desempenha um papel central na crise climática, devido às características intrínsecas de sua estrutura. No entanto, ressalta que as crises climáticas não são exclusivas do capitalismo; ela reconhece que diversas experiências não capitalistas também apresentaram desafios ambientais significativos. No entanto, argumenta que essas crises não foram determinadas pela estrutura dessas experiências não capitalistas, ao contrário do que ocorre com o capitalismo (2022, p. 84-85). Este último apresentaria uma tendência intrínseca à crise ecológica, enraizada em sua própria estrutura fundamental. Assim, a simples compreensão ou resolução da crise ambiental no capitalismo não é suficiente; sua transformação deve ser profunda e estrutural (2022, p. 85).

Conforme já destacado anteriormente, a abordagem do capitalismo neste contexto é concebida como uma ordem social institucionalizada que vai além do aspecto puramente econômico, abarcando também dimensões que sustentam a economia, tais como o meio ambiente, a reprodução social, a política e a exploração/expropriação.

No que diz respeito especificamente ao aspecto ambiental, Fraser argumenta que a relação entre o meio ambiente e o capitalismo é intrinsecamente contraditória e, portanto, propensa à crise. Essa contradição surge da dependência total do sistema capitalista em relação à natureza, que ela ilustra utilizando a metáfora da torneira e da pia: o meio ambiente é comparado a uma torneira da qual o capitalismo se utiliza para extrair recursos, e também é uma pia que recebe todos os resíduos e impactos gerados pelo sistema (2022, p. 86). Por outro lado, o capitalismo estabelece uma dicotomia entre o reino humano, associado à esfera econômica onde a ação humana gera valor, e o reino natural, composto por elementos considerados sem valor intrínseco, que se regeneram por si mesmos e estão disponíveis para serem explorados e transformados indefinidamente (2022, p. 86).

Dessa forma, o capitalismo tende a monetizar e a abstrair os verdadeiros significados da natureza, explorando-a para maximizar seus lucros, uma vez que esta é percebida como barata ou até mesmo gratuita, sem a imposição da obrigação de reparar ou recompensar os danos que são causados. É importante ressaltar essa dinâmica interrelacional entre diversos elementos, apontando que tal comportamento não se restringe apenas aos recursos naturais tradicionais, como árvores, terra e

energia, mas também se estende a áreas como transporte e trabalho, nos quais os trabalhadores muitas vezes são remunerados abaixo do necessário para sua subsistência. Assim como ocorre com o meio ambiente, o capitalismo se apropria dos custos não pagos sob o nome de lucro, transferindo os ônus ambientais para outras esferas, sejam as comunidades locais que precisam lidar com os danos ambientais em seus territórios, ou as gerações futuras que terão que enfrentar os impactos a longo prazo decorrentes dessas práticas (FRASER, 2022, p. 86).

Essa dinâmica é tão intrínseca ao capitalismo que ele cria uma classe que possui todo o incentivo e poder para controlar e organizar a produção, realizando extrações, gerando energia e, conseqüentemente, provocando danos ambientais. Essa classe não age por ambição individual ou maldade pessoal, mas sim por estar inserida em uma estrutura que a direciona a degradar a natureza em busca de lucro. Mesmo com a intervenção dos estados para mitigar os danos ambientais, não há interferência nos interesses dos causadores desses danos ou na estrutura do sistema como um todo.

Toda essa narrativa se resume às quatro letras que Fraser identifica como "D": Dependência, divisão, denegação e desestabilização. Em outras palavras, o capitalismo depende da natureza, mas cria uma divisão entre o mundo natural e o mundo humano, denegando essa dependência (2022, p. 87). O resultado disso é a desestabilização, tanto dos ecossistemas quanto do próprio sistema capitalista. É como o símbolo antigo do Ouroboros que Fraser frequentemente menciona, onde é representada uma serpente engolindo sua própria cauda, formando um círculo. É um símbolo encontrado em várias culturas ao longo da história e tem múltiplos significados a depender de quem o utiliza, mas para Fraser ele é utilizado como uma metáfora para o capitalismo, que consome suas próprias condições de existência

Trata-se de um ciclo tão arraigado que uma mudança verdadeiramente eficaz em termos ambientais requer que ele seja interrompido desde o início, redefinindo a relação entre ser humano e natureza e retirando o poder de uma classe monopolizar a forma como a natureza é utilizada. Para Fraser, isso implica em uma abordagem ecológica anticapitalista que compreenda todos esses fatores de maneira integrada, em vez de isolada (2022, p. 88-89). Isso ocorre porque as relações ambientais também refletem outras relações, como a expropriação dos países periféricos que garante o acesso à energia e materiais baratos para o capital. Uma perspectiva que

negligencia esse ponto está ignorando a estrutura subjacente que perpetua a crise ecológica.

2.1.2.2. *Argumento histórico*

Ao compreender que o capitalismo adotou características específicas ao longo das diferentes épocas históricas em que floresceu, Fraser sugere que esse mesmo princípio poderia ser aplicado à relação entre o capitalismo e o meio ambiente. Ela argumenta que as demandas do capitalismo em relação ao meio ambiente passaram por transformações ao longo do tempo, embora a constante persista na concepção deste último como uma fonte de recursos aparentemente inesgotável e como um depósito para os resíduos gerados pelo sistema. Dessa forma, Fraser concorda com vários outros autores, como Jason Moore, ao sugerir que não existe uma "Natureza" em si, mas sim "naturezas históricas" (2018, p. 111). Portanto, o objetivo é demonstrar ao longo do tempo como o capitalismo está intrinsecamente ligado a uma tendência à crise ecológica. Nesse sentido, é crucial observar a linha entre a economia e a natureza, e como essa linha é operacionalizada em diferentes momentos históricos.

Antes de adentrarmos nos regimes socioecológicos de acumulação, é fundamental compreender a concepção de Fraser, que engloba três formas distintas de se referir à natureza. Primeiramente, há a natureza enquanto objeto de estudo da ciência do clima, que se manifesta como uma entidade que reage quando os danos ambientais atingem níveis críticos, uma espécie de "natureza que morde de volta" (2022, p. 92). Em segundo lugar, temos a natureza enquanto construção capitalista, caracterizada como "o outro" destituído de valor intrínseco, visto como renovável e passível de apropriação para atender aos interesses do sistema (2022, p. 93). Por fim, a terceira forma de natureza é aquela explorada pelo materialismo histórico, que a concebe como um objeto em constante mutação, moldado por interações metabólicas entre elementos humanos e não humanos, ao mesmo tempo em que influencia e é influenciada por eles (2022, p 93-94). É essa terceira concepção de natureza que serve como foco central no argumento histórico da contradição ecológica.

Dito isso, os regimes de acumulação identificados são: capitalismo mercantil, capitalismo liberal, capitalismo administrado pelo estado e capitalismo financeirizado.

2.1.2.2.1. Capitalismo Mercantil

No estágio inicial do capitalismo mercantil, o meio ambiente desempenhava um papel central, embora com algumas restrições. Isso se devia ao fato de que tanto a agricultura quanto a manufatura dependiam principalmente do trabalho manual humano e animal, caracterizado como energia movida a músculo (FRASER, 2022, p. 96). Nesse contexto, a expansão da produção e, conseqüentemente, do próprio sistema capitalista, estava intimamente ligada à necessidade de adquirir novas terras (2022, p. 96). Para o centro do capitalismo, essa necessidade se manifestava através da prática dos cercamentos, um processo de expropriação destinado a reconfigurar áreas de terra de acordo com as demandas do capital, como a conversão dessas terras em pastagens para a criação de ovelhas, por exemplo (2022, p. 96).

No contexto do Novo Mundo, essa dinâmica se evidenciou através de invasões com o objetivo de incorporar novas populações para o trabalho e explorar extensões adicionais de terra. Isso resultou na implantação de sistemas de extrativismo socioecológico, nos quais as terras e o trabalho eram explorados até o limite, sem qualquer preocupação em repor ou remediar os danos causados (2022, p. 96). Fraser observa que houve resistência a essa exploração, algumas bem-sucedidas e outras não, especialmente em relação à utilização dos habitats naturais e à exploração do trabalho. Essas lutas, segundo a autora, poderiam ser reconhecidas hoje como movimentos ambientais, mesmo que não tenham sido identificadas como tal na época.

Neste período, marcado por uma revolução científica em curso, testemunhou-se a objetificação e externalização da natureza, a criação da natureza dois, identificada acima (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 116). Esta passou a ser percebida como oposta à humanidade, o que, na visão de Fraser, conferiu uma espécie de licença para sua violação (2022, p. 96-97). Isso porque teria sido rompido um ritmo prévio da humanidade em que os humanos faziam parte da natureza e precisavam se adaptar ao mundo natural (ciclo de colheitas e chuvas, disponibilidade de matérias-primas etc.). Tal rompimento é nomeado por Marx e acolhido por Fraser como ruptura metabólica (2018, p. 52-53).

Para Marx as rupturas metabólicas seriam a forma de relação entre capitalismo e meio ambiente. Ocorre que a divisão do trabalho entre campo e cidade, ou seja, local onde se produz e local onde se consome, gerou uma ruptura do metabolismo do solo e dos nutrientes, exaurindo as terras (MARX, 2017, p. 1053). Com isso ele quer dizer que, por exemplo, enquanto a comida era produzida no campo, os resíduos eram

produzidos na cidade e tratados como lixo, ou seja, eles não voltam para o campo para adubar e cumprir com o ciclo.

2.1.2.2.2. Capitalismo liberal-colonial

No estágio do capitalismo liberal, observou-se uma transição na matriz energética do sistema, com a crescente dependência do carvão. Teoricamente, essa mudança foi interpretada como uma libertação do capitalismo das restrições relacionadas à mão de obra e à disponibilidade de terras para seu crescimento. Além disso, essa transição também parecia libertar a produção dos limites impostos pela terra e pelo trabalho, transformando o carvão em uma mercadoria essencial (FRASER, 2022, p. 97). No entanto, a realidade revelou um deslocamento significativo da carga ambiental para a periferia do capitalismo. Nessa periferia, o carvão era extraído por meio de práticas extrativistas em terras confiscadas, apoiadas em trabalho não livre e na dependência econômica da região (FRASER E JAEGGI, 2018, p.117).

A transição para a energia fóssil também provocou mudanças significativas nas relações de produção em benefício do capitalismo (FRASER E JAEGGI, 2018, p.117). Essa mudança foi acompanhada por uma reconfiguração do cenário produtivo em direção às áreas urbanas, onde o trabalho era predominantemente realizado por um proletariado com pouco acesso a meios de subsistência próprios. Esse proletariado urbano mostrava-se mais tolerante à disciplina das fábricas, o que facilitava a exploração intensificada por parte do capitalista

Este período foi marcado por uma carga ambiental de magnitude significativa, uma vez que as jazidas de carvão, formadas ao longo de milhares de anos, eram consumidas de maneira quase instantânea para atender às demandas dos países mais industrializados (FRASER, 2022, p. 97) e (FRASER E JAEGGI, 2020, p.117). Esse processo não apenas exerceu uma pressão massiva sobre os recursos naturais, mas também gerou considerável poluição devido à queima do carvão como fonte de energia. O que de forma geral também aprofundou a ruptura metabólica, pois os nutrientes retirados do solo não retornavam; em vez disso, eram transportados para as cidades e lá descartados como lixo orgânico (2022, p. 98). Esse padrão exauriu os solos europeus, contribuindo para aumentar a contradição ecológica que já se fazia presente.

A solução encontrada para lidar com o esgotamento das terras na época é emblemática. O fertilizante mais amplamente utilizado era o Guano, extraído das costas do Peru por trabalhadores quase escravizados e transportado para a Europa. A extração do Guano marcou a história da região, sendo palco de guerras entre impérios pelo controle desse recurso vital. No entanto, à medida que os depósitos naturais de Guano começaram a diminuir, surgiu a invenção dos fertilizantes químicos. Embora tenham sido considerados uma alternativa, esses fertilizantes estão associados ao aumento da acidificação do solo, à poluição dos lençóis freáticos e ao aumento de substâncias nocivas na atmosfera, tanto para humanos quanto para animais. Como resultado, a região de extração do Guano foi abandonada, deixando para trás danos ecológicos significativos (canibal, p. 98).

O caso do Guano ilustra que a suposta independência do trabalho e da terra é uma ilusão (FRASER, 2022, p. 98). Embora no centro do capitalismo essa independência possa parecer verdadeira, a realidade é que ele permanece intrinsecamente dependente do extrativismo na periferia. O que ocorre, na verdade, é apenas um deslocamento da carga ambiental, onde os danos ecológicos são transferidos para regiões distantes enquanto os benefícios são desfrutados no centro (2022, p 99).

Fraser destaca que as lutas anti-imperialistas da época não apenas tinham como objetivo a libertação política e econômica das nações colonizadas, mas também tinham aspectos proto-ambientais, representando uma forma incipiente de ambientalismo dos pobres (2022, p. 99). Enquanto isso, nos centros do capitalismo, surgia um tipo de ambientalismo dos ricos, que se concentrava na preservação das regiões selvagens. Nesse contexto, também foi identificado o surgimento de pensamentos que poderiam ser considerados ecossocialistas para a autora, personificados por figuras como William Morris e até mesmo Engels, cujas ideias começaram a reconhecer a interdependência entre questões ambientais e sociais.

2.1.2.2.3. Capitalismo administrado pelo Estado.

No estágio do capitalismo administrado pelo Estado, a estratégia adotada foi a incorporação da natureza no domínio político por meio da regulação estatal. Durante esse período, a matriz energética estava em transição para o petróleo refinado, que havia começado a substituir o carvão como principal fonte de energia desde as fases

anteriores (FRASER, 2022, p. 100). Os Estados Unidos, com seu modelo fordista e impulsionado por motores de combustão interna, emergiram como líderes globais, sucedendo o papel outrora desempenhado pela Inglaterra. Este período foi caracterizado pelo surgimento da chamada era do automóvel, que não apenas se tornou um símbolo do consumismo, mas também desencadeou uma significativa emissão de dióxido de carbono devido à combustão de combustíveis fósseis. O consumismo promovido pelos Estados Unidos nessa era já apontava para o que hoje reconhecemos como um grave problema ambiental, uma preocupação que seria posteriormente identificada e compreendida com maior clareza.

Um ponto crucial destacado por Fraser neste período é o impulso fornecido às democracias sociais do centro do capitalismo pelo lucro das indústrias automobilísticas, que resultou em uma geração significativa de receitas fiscais utilizadas para financiar programas de bem-estar nos países desenvolvidos. Essa dinâmica sugere que a exploração privada no Sul global contribuiu para o aumento dos gastos com políticas sociais nos países do Norte global (2022, p. 100).

Neste período, começou a surgir uma demanda crescente por proteção ambiental, evidenciada pela criação de parques nacionais e reservas nos Estados Unidos, bem como pelo estabelecimento de agências governamentais, como a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, que ficou conhecida por adotar o princípio do poluidor-pagador (FRASER E JAEGGI, 2018, p.119). Embora essas iniciativas representassem um avanço na proteção ambiental, muitas vezes negligenciavam as chamadas ecoexternalidades que afetavam as comunidades pobres, tanto na periferia do capitalismo como nas comunidades não-brancas no centro do capitalismo (FRASER, 2022, p. 100-101) e (FRASER E JAEGGI, 2018, p.119).

2.1.2.2.4. Capitalismo Financeiro

O estágio do capitalismo financeirizado não representou uma ruptura completa em relação aos estágios anteriores, mas sim uma reconfiguração de suas bases. Por exemplo, enquanto anteriormente a manufatura estava concentrada principalmente nos centros do capitalismo, ela agora migrou para o sul global, enquanto o norte passou a se especializar no que Fraser identifica como a tríade pós-material (tecnologia da informação, serviços e finanças) (2018, p.119). Uma crítica significativa

a essa mudança feita pela autora reside no argumento de que o pós-materialismo no Norte está intrinsecamente ancorado e dependente da subsistência do materialismo no sul, que continua a depender de setores como mineração, agricultura e indústria (2022, p. 102).

No entanto, atualmente, o capital também se apropria de novas formas de naturezas históricas, como por exemplo o lítio, utilizado tanto em celulares quanto nas baterias dos carros elétricos, ou mesmo com as privatizações da água, e com as sementes estéreis da Monsanto, que só podem ser utilizadas uma vez, obrigando o produtor a comprá-las todo ano. O que Fraser identifica é que agora o capital nega o uso dos próprios presentes gratuitos dos quais ele sempre se apoiou, como a renovação da natureza (2022, p. 102-103).

Apesar da aparente transição para uma economia mais orientada para serviços e finanças no Norte, o Sul Global permanece fundamental para suprir as demandas materiais do mundo, mantendo uma dependência contínua de recursos como carvão, petróleo e gás natural. Isso resulta em uma carga ambiental crescente, só que agora agravada pela alta vulnerabilidade a todos os impactos das mudanças climáticas e sem recursos financeiros para se protegerem dela (FRASER E JAEGGI, 2018, p.119).

Além disso, após a fase do capitalismo administrado pelo Estado, ressurgiu no mundo a ideia do mercado como mecanismo de governança, sendo os mercados de carbono um reflexo proeminente dessa abordagem na área ambiental (FRASER E JAEGGI, 2018, p.119-120). Essa prática economiciza a natureza, mesmo quando não a transforma diretamente em mercadoria, ao mesmo tempo em que também é um instrumento para a expropriação. Isso acaba por desviar o foco necessário que deveria ser dado à desfossilização da base energética mundial (FRASER, 2022, p. 103) (FRASER E JAEGGI, 2018, p.120).

Na situação atual, Fraser entende que o movimento ambiental enfrenta divisões e enfraquecimentos. Uma parte desse movimento passou a orbitar em torno do conceito de capitalismo verde, enquanto outra parte se mantém engajada nos movimentos por justiça ambiental (2022, p. 103-104). Este último grupo inclui ativistas ambientais do sul global, movimentos negros, movimentos indígenas, o ecofeminismo e os movimentos pelo decrescimento. Além disso, estão surgindo novos movimentos com poder de influência dos Estados nacionais, como o New Ecology e o Green New Deal.

2.1.2.3. *Argumento Político*

Para orientar seu argumento político, Fraser destaca uma síntese simples: uma ecopolítica verdadeiramente capaz de salvar o planeta deve ser anticapitalista e transambiental. No âmago desse argumento político, ela busca desdobrar o porquê de ser anticapitalista e delinea as diretrizes gerais sobre como isso deve ser alcançado.

Pelo argumento histórico, pode-se inferir que qualquer impasse sociológico no centro provoca pilhagens nas periferias, tanto do centro quanto a periferia geral do capitalismo. Essas pilhagens sempre visam populações desprovidas de poder político para se defender. Superar essas crises frequentemente envolve a apropriação de novas naturezas históricas, como ocorreu com o carvão, o petróleo e agora o lítio. Assim, o ciclo se renova, com novos impasses gerando novas pilhagens e a criação de novas naturezas históricas, perpetuando a fronteira entre economia e natureza e sustentando o desenvolvimento capitalista (FRASER, 2022, p. 105).

É possível observar a utilização dos três sentidos de natureza identificados anteriormente nesse ciclo (FRASER, 2022, p.105): o capital sempre se vale da natureza enquanto construção capitalista (natureza 2), apropriando-se dela e contando com sua renovação, recriando assim a natureza histórica (natureza 3) para seu benefício, enquanto a natureza enquanto objeto de estudo científico (natureza 1) não aceita ser moldada, seguindo seu próprio ritmo, absorvendo os impactos e respondendo de forma imprevisível ou, pelo menos, incontrolável. Eventualmente, os danos ambientais convergem com outros danos não ambientais, desencadeando novas crises do capitalismo e reiniciando o ciclo para reorganizar a fronteira entre economia e natureza mais uma vez.

Entretanto, Fraser (2022, p. 106) sugere que a crise em questão não se limita ao desenvolvimento do capital, mas representa uma crise progressiva mais ampla desencadeada pela crise climática. Esta crise tem o potencial de afetar não apenas o sistema capitalista, mas até mesmo de ameaçar a existência humana como um todo. Fraser não adota uma postura alarmista e derrotista, mas reconhece a gravidade da situação e a necessidade de enfrentá-la sem contar com soluções de curto prazo oferecidas pelo capitalismo. Assim, ela sugere medidas a longo prazo que envolvem uma reorganização fundamental da relação entre economia e natureza, possivelmente

incluindo a diminuição ou até mesmo a abolição das estruturas e prerrogativas do capital.

2.1.2.4. *O futuro ambiental e a criação de uma ecopolítica anticapitalista e transambiental*

Como já discutido anteriormente, Fraser enfatiza a necessidade de uma abordagem ecopolítica que seja tanto anticapitalista quanto transambiental. Enquanto os argumentos para o anticapitalismo foram previamente delineados, ainda resta explorar porque é crucial adotar uma perspectiva transambiental.

Como observado, o capitalismo explora e expropria áreas que considera como "terras de ninguém". No entanto, esses territórios sempre representam as condições de sobrevivência de grupos específicos, que tendem a ser comunidades com recursos limitados para se defender politicamente. Além disso, essas comunidades geralmente estão situadas em locais marginalizados racialmente e economicamente, refletindo uma dinâmica na qual a injustiça socioeconômica se entrelaça com a degradação ambiental (FRASER, 2022, p. 107).

Essa realidade evidencia a impossibilidade de dissociar a luta ambiental de outras formas de resistência e luta por justiça. Por exemplo, as questões de poder político, dominação imperial, opressão racial, despossessão indígena e reprodução social estão intrinsecamente ligadas à destruição ambiental e à exploração de recursos naturais. Portanto, uma abordagem eficaz para enfrentar os desafios ambientais requer uma análise interseccional que reconheça as complexas interconexões entre as dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais da injustiça. Essa compreensão holística é fundamental para desenvolver estratégias que abordem não apenas os sintomas, mas também as raízes profundas da crise ambiental contemporânea.

Essa é uma premissa fundamental até mesmo para o conceito de "ambientalismo dos pobres" (Fraser, 2022, p. 107-108), que destaca a interseção entre justiça ambiental e justiça social, particularmente nas lutas de comunidades marginalizadas que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência. Este termo se refere ao movimento em que populações vulneráveis, muitas vezes em países em desenvolvimento, resistem a projetos de desenvolvimento e práticas econômicas que degradam o meio ambiente e ameaçam suas formas de

vida. Essas lutas não se concentram apenas na preservação ambiental, mas também na defesa de direitos humanos, terras, culturas e modos de subsistência.

Ao longo da história, a defesa exclusiva do meio ambiente como um movimento distinto muitas vezes foi associada às classes mais privilegiadas. No entanto, Fraser observa que, em um contexto global de capitalismo financeirizado, a narrativa predominante ainda é a da luta ambiental isolada, na qual se acredita que é possível proteger o meio ambiente de forma eficaz sem a necessidade de modificar a estrutura subjacente do capitalismo, seja em termos econômicos, de gênero, racial, entre outros aspectos.

Porém, embora Fraser reconheça que, em geral, os movimentos por justiça ambiental já abordem questões transambientais, especialmente no que diz respeito a raça e gênero, e que alguns desses movimentos já expressem uma postura anticapitalista, ela argumenta que ainda falta uma perspectiva coesa que conecte todas essas pautas à crítica do sistema capitalista (2022, p. 109-110). Segundo sua análise, essa lacuna indica a necessidade de uma internalização mais profunda do anticapitalismo, que seria crucial para fornecer direção política e uma base crítica para o transambientalismo (2022, p. 110). Ainda sem saber com certeza qual seria o destino dessa mudança, ela aposta que seria alguma forma de ecossocialismo.

2.1.3. A importância das lutas de fronteira para Fraser

Como mencionado anteriormente, Nancy Fraser sustenta a perspectiva de que o capitalismo está sujeito a crises, sendo estas decorrentes pelos panos de fundo não econômicos. Contudo, vale destacar que suas análises sobre as crises divergem da descrição marxista, que sugere crises internas emergindo de incoerências do sistema. Fraser não nega a existência de tendências a crises internas no capitalismo, mas argumenta contra uma visão determinista e monocausal desse fenômeno (2018, p. 83). Para tanto, ela amplia o conceito de luta de classes de três maneiras distintas:

Na sua primeira abordagem, Fraser sustenta que as tendências à crise ocorrem nas fronteiras que separam a economia de suas condições não econômicas. Essa perspectiva é fundamentada na visão dela sobre o capitalismo como uma ordem social institucionalizada, indo além da visão do capitalismo enquanto fenômeno estritamente econômico. Dessa forma, as crises se manifestariam nos limites entre a produção econômica e a reprodução social, entre a esfera econômica e a política, e entre a

sociedade e a natureza. A autora enfatiza esse ponto ao declarar que: "Vistas desse modo, as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo respondem a formas de dominação tão reais, injustas e profundamente arraigadas na sociedade capitalista quanto aquelas que dão origem às lutas de classe" (2018, p. 186).

Na sua segunda abordagem, Fraser amplia o entendimento dos protagonistas da luta de classes, desviando da visão ortodoxa centrada no trabalhador padrão assalariado dentro das fábricas. Ela questiona a exclusão das lutas relacionadas ao trabalho não assalariado e expropriado, argumentando que essas formas de trabalho também estão intrinsicamente ligadas aos processos de acumulação de mais-valor. Fraser destaca assim a importância de reconhecer e incorporar essas lutas, que muitas vezes são negligenciadas na análise convencional da luta de classes ao excluir a classificação de seus agentes como trabalhadores.

Na terceira abordagem, Fraser destaca a presença das chamadas "lutas de fronteira". Embora reconheça a existência das lutas de classe em praticamente todas as fases do capitalismo, ela introduz a ideia das lutas de fronteira. Essas batalhas ocorreriam nos limites entre o econômico e o não econômico, visando "contestar ou defender o mapa institucional da sociedade capitalista" (2018, p. 87). Essas lutas de fronteira, segundo Fraser, desempenham um papel fundamental na dinâmica de contestação e reconfiguração das estruturas sociais e institucionais do capitalismo.

É importante delinear que o conceito de lutas de fronteira não tem a intenção de substituir ou sobrepor-se ao de luta de classes; em vez disso, busca se entrelaçar e coexistir com ele, da mesma forma como as lutas de gênero e de raça se desenvolvem. Em termos práticos, as lutas de fronteira estão mais voltadas para os conflitos entre as separações institucionais dentro do capitalismo, enquanto a luta de classes normalmente enfatiza as assimetrias de poder presentes nessas institucionalizações (FRASER, 2018, p. 188). Essa abordagem ampliada permite uma compreensão mais abrangente e complexa das dinâmicas sociais e das forças que atuam na transformação da ordem capitalista.

Em muitos casos, senão em todos, mesma luta social pode ser vista produtivamente das duas perspectivas. Na verdade, eu diria que, em tais casos, ela deveria ser vista das duas perspectivas. Vê-la exclusivamente pelas lentes da classe (ou mesmo das de gênero ou de raça) é não enxergar as características estruturais-institucionais subjacentes das sociedades capitalistas, com as quais a dominação está entrelaçada e por meio das quais é organizada. o inverso também é verdadeiro. Ver tal luta apenas da perspectiva de fronteira é não

enxergar as linhas sociais problemáticas e as relações de dominação originadas por essas divisões institucionais. (FRASER E JAEGGI, 2018, p. 188)

As lutas de fronteira se manifestam de várias maneiras, e Fraser identifica pelo menos quatro categorias distintas: defensivas, ofensivas, afirmativas e transformadoras. Nas lutas defensivas, o objetivo é repelir a invasão de uma fronteira percebida como inadequada, buscando solidificar sua posição original. Por outro lado, as lutas ofensivas buscam expandir a fronteira, trazendo questões externas para o âmbito interno. Nas lutas afirmativas, o foco está na manutenção da fronteira, buscando apenas redesenhar sua posição dentro dos limites existentes. Já nas lutas transformadoras, questiona-se a própria existência, o caráter ou o processo pelo qual a fronteira foi estabelecida.

Essas classificações não são rígidas e podem ser expandidas para incluir lutas que visam determinar se as fronteiras devem ser duras, maleáveis, impenetráveis, porosas, entre outras características. A flexibilidade dessas categorias é crucial, pois Fraser não busca realizar avaliações normativas das lutas de fronteira nem sustentar que sua ênfase deva ser na eliminação total das fronteiras. Pelo contrário, como enfatizado por Fraser de maneira consistente, ela não preconiza a inexistência completa de fronteiras, mas sim que os processos de estabelecimento dessas fronteiras sejam mais democráticos. A atual delimitação das fronteiras, conforme argumenta a autora, é uma decisão antecipada pelo capitalismo, e seu pensamento tende a recomendar que esse processo seja mais inclusivo e participativo.

Ao concentrar-se na questão ambiental, Fraser postula que o ponto de separação e de união entre a natureza e a economia é determinado pelos conflitos sociais. Nos embates entre os atores sociais e o capital, a fronteira entre natureza e sociedade se torna um campo de luta na sociedade capitalista. É nesse cenário que os esforços são direcionados para redesenhar as fronteiras estabelecidas, refletindo a tentativa de reconfigurar as relações entre a natureza e a sociedade por meio do confronto com o poder capitalista.

Na análise do capitalismo financeirizado contemporâneo, Fraser observa que as lutas de fronteira ambiental evoluíram junto com suas transformações, com as correntes orientadas ao Estado perdendo força e se dividindo entre o "capitalismo verde" e a "justiça ambiental". No Sul global, ela identifica um crescimento e uma transnacionalização do "ambientalismo dos pobres", enquanto no Norte global surgem

correntes voltadas para o "racismo ambiental". Em linhas gerais, todas essas correntes desafiam o significado da natureza e se manifestam como conflitos em torno das bases materiais da vida.

2.1.4. Possibilidades para o futuro

Após uma análise dos planos de fundo não econômicos identificados por Nancy Fraser como fundamentais para a manutenção da ordem capitalista como um todo, torna-se evidente que cada um possui seu próprio escopo de estudo e características distintas. No entanto, é importante destacar que esses planos de fundo não operam de forma isolada; ao contrário, eles interagem entre si. Portanto, para obter uma compreensão abrangente, é essencial observar e analisar todos esses planos de fundo em conjunto. Essa abordagem permite uma visão mais completa e detalhada das dinâmicas que sustentam o sistema capitalista. (2018, p. 90)

De acordo com Fraser, todos esses planos de fundo compartilham três características fundamentais, que ela identifica como os três "D's": divisão, dependência e denegação. O resultado dessa interação entre os três elementos é identificado por outro "D": desestabilização.

Ao empregar o termo "divisão", a autora alude à criação de dicotomias pelo capitalismo. Estas dicotomias abrangem, por exemplo, as separações entre produção e reprodução, política e economia, e sociedade humana e natureza não humana. O aspecto crucial a ser destacado é que essas divisões não são inerentes à ordem natural do universo; ao contrário, são construções artificiais ou, no mínimo, intensificadas pelo próprio sistema capitalista (2018, p. 174).

Sobre a "dependência", Nancy Fraser ressalta que os planos de fundo identificados, como a reprodução social, a política e o meio ambiente, não são meramente acessórios ao sistema, mas sim alicerces essenciais para a sua manutenção e existência nos moldes atuais. Por fim, ao se referir à "denegação", a autora aponta que, embora dependa desses domínios, o sistema capitalista adota uma postura de negação dessa realidade, classificando-os como setores não econômicos (2018, p. 174).

A convergência dessas três características, divisão, dependência e denegação, culmina na desestabilização, um fenômeno crucial que permeia a análise de Nancy Fraser sobre o capitalismo. Ao institucionalizar divisões e negar sua dependência

intrínseca dos planos de fundo não econômicos, o capitalismo, ao supor recursos como infinitos e indiferentes, negligência a necessidade vital de reposição ou, ao menos, de cuidados responsáveis desses alicerces (2018, p. 174).

Por isso, Fraser argumenta de maneira sistemática que o capitalismo exhibe uma propensão à auto desestabilização, um processo pelo qual mina suas próprias condições essenciais de existência. A crucial distorção entre a percepção capitalista da abundância inesgotável e a realidade finita dos recursos não só compromete a sustentabilidade a longo prazo, mas também perpetua uma dinâmica que, em última instância, prejudica os próprios fundamentos que sustentam o sistema.

É relevante salientar que, alinhada com as ideias de Marx, Fraser não sugere que toda tendência de crise invariavelmente resultará em uma crise total. Em vez disso, ela aponta para a possibilidade intrínseca de desenvolvimento de crises, sublinhando a importância de reconhecer a fragilidade inerente ao sistema capitalista. Essa perspectiva oferece uma visão mais complexa das dinâmicas internas do capitalismo, destacando não apenas suas potenciais instabilidades, mas também as complexas variáveis que podem moldar seu destino.

Outro aspecto crucial a ser considerado para compreender o pensamento de Fraser em relação futuro é a abordagem da autora em relação às dicotomias criadas ou utilizadas pelo capitalismo. Embora aponte que essas divisões não sejam naturais, Fraser evita cair em uma abordagem saudosista do estágio pré-capitalista como uma espécie de utopia comunitária. Pelo contrário, ela reconhece que, em alguns aspectos, o capitalismo representou um avanço em comparação com estágios anteriores. No entanto, isso não relativiza a crítica de Fraser à propensão inerente do capitalismo à crise, até porque algumas delas estariam sim se desenvolvendo, como é o caso da crise ecológica, e nem relativiza as suas fundações problemáticas.

Com base no exposto até o momento, a conclusão de Fraser é que não basta apenas ampliar o conceito de capitalismo; é necessário também considerar o que irá substituí-lo. Embora o futuro permaneça aberto, sua aposta recai sobre o retorno ao socialismo. No entanto, não se trata apenas do socialismo como uma alternativa ao sistema econômico do capitalismo, mas sim como uma ordem social institucionalizada. Essa visão busca se distanciar tanto da experiência socialista soviética quanto das sociais-democracias. (2022, p. 132-133).

O socialismo, afinal, não deve ser um "mero dever" ou um sonho utópico. Se vale a pena discuti-lo agora, é porque ele encapsula

possibilidades reais, historicamente emergentes: potenciais de liberdade humana, bem-estar e felicidade que o capitalismo trouxe ao alcance, mas não pode concretizar. Igualmente importante, o socialismo é uma resposta aos impasses e injustiças do capitalismo: aos bloqueios que o sistema precipita periodicamente e não consegue superar definitivamente; e às formas de dominação que estão tão profundamente enraizadas nele que não podem ser erradicadas dentro dele. Em outras palavras, o socialismo reivindica remediar os males do capitalismo (FRASER, 2022, p. 133, TRADUÇÃO NOSSA)³.

A partir dessas premissas, são identificados pontos que seriam prioritários para um socialismo abordar. Ao analisar o capitalismo apenas como um sistema econômico, três problemas iniciais emergem: injustiça, irracionalidade e falta de liberdade. Primeiramente, há a injustiça da exploração do trabalho no cerne do capitalismo. Em segundo lugar, surge a irracionalidade inerente à sua tendência a crises econômicas. E, por fim, a falta de liberdade decorrente da crença de que o capitalismo é intrinsecamente antidemocrático. O problema reside no fato de que todas essas questões são derivadas de dinâmicas internas do capitalismo exclusivamente enquanto sistema econômico. Essa análise não está equivocada, mas é incompleta segundo a autora, pois negligência todas as injustiças, irracionalidades e restrições à liberdade que não são estritamente econômicas, mas também fazem parte das características constitutivas do capitalismo (FRASER, 2022, p.136-137).

Ao estabelecer o que seria, portanto, o capitalismo, Fraser propõe três considerações que deveriam orientar essa construção. A primeira reflexão diz respeito à existência das fronteiras institucionais. O objetivo não seria sua completa erradicação, mas uma revisão para que deixem de ser parte integrante do domínio econômico, mantendo-se apenas como questões sociais e políticas. Simultaneamente, essas barreiras deveriam permanecer porosas e maleáveis, de modo a responder e se adaptar melhor às mudanças necessárias, determinadas por escolhas políticas e não impostas pelo capitalismo, como aconteceria atualmente. (2022, p. 140-141).

³ No original: Socialism, after all, should not be a “mere ought” or utopian dream. If it is worth discussing now, it is rather because it encapsulates real, historically emergent possibilities: potentials for human freedom, well-being, and happiness that capitalism has brought within reach but cannot actualize. Equally important, socialism is a response to capitalism’s impasses and injustices: to logjams that the system precipitates periodically and cannot overcome definitively; and to forms of domination that are so deeply grounded in it that they cannot be eradicated within it. Socialism, in other words, claims to remedy capitalism’s ill.

A segunda reflexão aborda a decisão sobre o destino do excedente social. Nesse contexto, a primeira opção poderia ser até mesmo a não geração desse excedente, especialmente considerando a urgência das questões climáticas atuais. No entanto, isso está intrinsecamente ligado à sustentabilidade das condições de produção, um aspecto que não é adequadamente abordado no modelo capitalista atual. Essa abordagem propõe garantir a reposição de todos os tipos de trabalho utilizados na produção, reduzindo ao máximo as tendências às múltiplas crises do capitalismo. (2022, p. 142).

A terceira reflexão aborda o papel dos mercados. Conforme discutido na visão expandida do capitalismo, os mercados têm uma função específica em uma ordem institucional capitalista. Em uma possível ordem institucional socialista, eles também teriam que se adaptar à realidade que se espera criar. Nesse sentido, sugere-se a abolição dos mercados no topo econômico, para que não haja negociações com interesses sobre o que e quanto será produzido. Além disso, também se recomenda a sua abolição na base econômica, pois seria necessário garantir as condições de reprodução social. Quanto ao papel dos mercados no meio econômico, Fraser não possui uma opinião clara, apontando para a possibilidade de experimentações e diferentes abordagens nesse sentido (2022, p. 145).

2.2. MARISTELLA SVAMPA

Maristella Svampa é uma socióloga argentina, reconhecida por suas contribuições significativas para o campo da teoria social, especialmente no que diz respeito aos estudos sobre movimentos sociais, conflitos ambientais, globalização e neoliberalismo na América Latina. Ao longo de sua carreira, tem se destacado como uma voz crítica e engajada, cujo trabalho oferece insights profundos sobre as transformações sociais e políticas na região.

Um dos seus principais interesses de pesquisa é a análise dos movimentos sociais e suas interações com as estruturas políticas e econômicas. Seu trabalho pioneiro nesta área inclui estudos detalhados sobre os movimentos populares na América Latina, especialmente aqueles relacionados à luta pela terra, justiça social e direitos humanos. Através de uma abordagem interdisciplinar, Svampa examina as dinâmicas internas desses movimentos, bem como seu impacto na política e na sociedade em geral.

Além disso, é conhecida por sua pesquisa sobre conflitos ambientais e questões de desenvolvimento sustentável na América Latina. Seu trabalho destaca as contradições entre os modelos de desenvolvimento promovidos pelo neoliberalismo e as demandas por preservação ambiental e justiça social. Ao analisar casos concretos de resistência e mobilização em torno de questões ambientais, Svampa oferece uma análise crítica das políticas econômicas que exacerbam as desigualdades e os danos ao meio ambiente na região.

Entre os seus principais trabalhos destacam-se obras como "La Sociedad Excluyente: La Argentina bajo el signo del neoliberalismo" (2005), uma análise abrangente dos impactos sociais e políticos do neoliberalismo na Argentina, e "Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina" (2013), onde aponta a consolidação de um modelo neoextrativista na região. Suas obras têm sido amplamente reconhecidas e influentes não apenas no campo acadêmico, mas também entre ativistas e formuladores de políticas interessados em compreender e enfrentar os desafios sociais e ambientais enfrentados pela América Latina.

Considerando que grande parte das produções da autora tangenciam a questão ambiental, visto que é difícil dissociar questões políticas das ambientais na América Latina, foram escolhidas para este trabalho suas obras que tratam mais diretamente do meio ambiente. Além disso, optou-se por textos mais recentes,

levando em conta que a autora atualizou partes de seu pensamento após a pandemia do Coronavírus. As obras selecionadas foram: “El Antropoceno como diagnóstico y paradigma: Lecturas globales desde el Sur” (2019a), “As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências” (2019b), “feminismos ecoterritoriales em América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión com la naturaliza” (2021), “La transición energética en la Argentina: Una hoja de ruta para entender los proyectos en pugna y las falsas soluciones” (2022a), “Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina” (2022b), “transiciones justas para América Latina desde el Pacto Ecosocial del Sur: propuestas y disputas frente a los pactos verdes hegemónicos” (2022c) e “Del Consenso de los Commodities al Consenso de la Descarbonización” (2023).

Dessa forma, já no que diz respeito à crise climática, Svampa acredita que ela não apenas evidencia a urgência de ações ambientais, mas também oferece uma oportunidade única para reavaliar o paradigma antropocêntrico. Essa conjuntura desafia a relação tradicional entre sociedade e natureza, assim como entre o humano e o não humano. Ela sustenta que essas dualidades estão arraigadas na base da modernidade, carregando implicações profundas tanto no âmbito filosófico quanto antropológico. Nesse contexto, a autora destaca que a crise climática não é apenas uma emergência ambiental, mas também uma manifestação de uma crise mais ampla da modernidade. Por conta disso, todo o seu pensamento ambiental vai trabalhar questões que também abarcam outros temas, como globalização, imperialismo e sistemas econômicos.

Entretanto, ao abordar diretamente o tema do Antropoceno, Svampa o define como um tempo em que o ser humano se transformou em uma força de transformação com alcance global e geológico, e que obriga a humanidade a reconhecer que o que temos para o futuro será diferente do que tivemos no passado. (2019a, p. 33). Mas que é natural que seja um campo de disputa, sendo que na América Latina a maior a disputa é para aprofundar as diferenças entre Antropoceno e Capitaloceno (2019a, p. 38-40).

Dito isso, a autora aceita o uso do termo Antropoceno em vez de Capitaloceno, o que vai na contramão de vários autores que possuem um pensamento na mesma linha. Essa escolha não denota uma discordância sobre o papel preponderante do capitalismo na crise ambiental, mas reflete uma perspectiva pragmática. Acredita-se que mencionar explicitamente o capitalismo pode alienar certos atores da conversa e

gerar antagonismos, especialmente em relação às críticas marxistas ao capitalismo, enquanto a referência ao Antropoceno abre portas e estabelece conexões. Isso não implica negar a origem social da crise nem desconsiderar a crítica aos modelos de desenvolvimento e seus impactos ambientais (SVAMPA, 2019a, p. 40). Pelo contrário, a abordagem busca aproximar e disseminar o diálogo, promovendo uma interseção entre as ciências da terra e diversos protagonistas relevantes.

Além disso, Svampa não veria como negativas algumas associações do Antropoceno, pois o termo ilumina a dicotomia entre o mundo natural e o mundo social, revelando-a como falsa e destacando a dependência do social em relação à natureza (2019a, p. 41). Assim, o uso do termo Antropoceno acaba por ser uma escolha estratégica, uma forma de facilitar a comunicação e a cooperação entre diferentes campos e atores, sem perder de vista a crítica fundamental aos modelos de desenvolvimento atuais e seus impactos ambientais.

Dessa forma, ao optar pelo Antropoceno, Svampa busca não apenas ampliar o diálogo sobre a crise ambiental, mas também desafiar a separação tradicional entre natureza e sociedade, promovendo uma compreensão mais integrada e holística das interações entre os sistemas humanos e naturais. Dessa forma, a escolha do termo Antropoceno reflete uma estratégia deliberada para engajar um público mais amplo e fomentar colaborações transdisciplinares e inclusivas na busca por soluções para os desafios ambientais globais.

Porém, ao estabelecer estabelecida as conexões entre os diversos atores e adotar uma abordagem mais inclusiva com o termo Antropoceno, torna-se crucial ampliar o escopo do senso crítico (SVAMPA, 2019a, p. 42-43). Isso implica que a discussão deve ser aprofundada não apenas sobre a expansão da mercantilização, mas também sobre os meandros da geopolítica contemporânea que desempenham um papel significativo na atual crise ambiental. O que significa reconhecer que os povos do sul são aqueles que sempre pagaram e continuam pagando os custos ambientais da modernidade e implica em admitir que as nações em desenvolvimento têm suportado desproporcionalmente os impactos negativos do progresso industrial e econômico das nações do Norte Global. Além de que com a que a crise climática a divisão internacional do trabalho teria sido exacerbada, aprofundando ainda mais a injustiça ambiental (SVAMPA, 2019a, p. 42).

2.2.1. A linha do tempo dos Consensos

Para alcançar uma compreensão abrangente do pensamento de Maristella Svampa, é imperativo contextualizar sua evolução ao longo das últimas décadas. Isso porque a autora esboça uma linha do tempo meticulosa, destacando eventos políticos, sociais e ambientais que delineiam e sintetizam o panorama mundial, com foco especial na América Latina, que é o seu principal objeto de estudo. Essa cronologia revela três fases distintas que demandam uma análise mais aprofundada: o Consenso de Washington, o Consenso das Commodities e o Consenso da Descarbonização. Os dois primeiros consensos, o de Washington e das Commodities são trabalhados pela autora há vários anos. O último consenso, o da Descarbonização, já é uma adição recente. Incluída durante e após os eventos políticos e ambientais ocorridos na pandemia de Coronavírus. Expandir essa análise temporal permite não apenas vislumbrar a trajetória intelectual de Svampa, mas também compreender como suas ideias evoluíram em resposta às transformações globais e regionais, oferecendo insights valiosos para interpretar a realidade contemporânea.

Como visto acima, ela se vale de três consensos, o primeiro, o de Washington, já teve seu nome definido independente, os demais sendo criados e utilizados por Svampa. Esta terminologia não é apenas um artifício retórico, mas um conceito que visa capturar as transformações estruturais e os paradigmas predominantes em cada período. Ao utilizar o termo "Consenso", não se quer dizer que é realmente sem a existência de outros programas ou mesmo sem resistências, mas sim se destaca a aceitação ampla, embora contestada, dessas políticas entre os governos e setores dominantes, sublinhando a conformidade com certos princípios econômicos e ambientais que moldaram e continuam a moldar a região. Assim, o uso deste conceito permite uma análise crítica e histórica das continuidades e rupturas nas estratégias de desenvolvimento da América Latina.

2.2.1.1. *Consenso de Washington*

Embora seja como uma fase importante no pensamento de Maristella Svampa, o Consenso de Washington não se configura como uma criação da autora. Na verdade, trata-se de um conjunto de dez medidas, elaboradas em 1989 durante uma reunião em Washington, D.C., por um grupo de economistas e representantes de instituições financeiras, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI). As dez medidas, que se apresentavam como "recomendações" para a América Latina,

visavam direcionar o desenvolvimento da região e promover a disseminação do neoliberalismo. As principais medidas do Consenso de Washington eram:

- a) Disciplina fiscal, evitando grandes déficits fiscais em relação ao PIB;
- b) Redirecionamento dos gastos públicos de subsídios (especialmente subsídios indiscriminados) para uma ampla provisão de serviços essenciais pró-crescimento e pró-pobres, como educação, saúde e investimento em infraestrutura;
- c) Reforma tributária, ampliando a base tributária e adotando alíquotas marginais moderadas;
- d) Taxas de juros determinadas pelo mercado;
- e) Taxas de câmbio competitivas;
- f) Livre comércio: liberalização das importações, com ênfase na eliminação de restrições quantitativas (licenciamento etc.), proteção comercial a ser fornecida por tarifas baixas e uniformes;
- g) Liberalização do investimento estrangeiro direto interno;
- h) Privatização de empresas estatais;
- i) Desregulamentação: abolição das regulamentações que impedem a entrada no mercado ou restringem a concorrência, exceto aquelas justificadas por motivos de segurança, proteção ambiental e do consumidor e supervisão prudencial de instituições financeiras;
- j) Segurança jurídica para direitos de propriedade privada.

É importante destacar que o termo "recomendações" aplicado ao Consenso de Washington é frequentemente contestado, por isso sua utilização entre aspas. Críticos argumentam que, na realidade, essas diretrizes não se configuravam como meras sugestões para os países latino-americanos, mas sim como imposições coercitivas. A participação de instituições internacionais de grande influência, como o FMI, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, tornava a resistência a essas medidas praticamente inviável. Svampa (2023, p. 54) corrobora essa visão, ao afirmar que as consequências da adesão ao Consenso de Washington moldaram profundamente a forma como os países latino-americanos lidam com suas economias até hoje.

As medidas do Consenso de Washington foram implementadas em diversos países da América Latina durante as décadas de 1990 e 2000. As consequências

dessa implementação foram complexas e controversas, gerando debates acalorados entre economistas e estudiosos da região. De um lado, o Consenso de Washington é creditado por ter contribuído para a estabilização macroeconômica de alguns países, redução da inflação e aumento do investimento estrangeiro. Além disso, a abertura comercial impulsionou o crescimento das exportações em alguns setores.

Por outro lado, as medidas do Consenso de Washington também foram criticadas por terem aprofundado as desigualdades sociais, aumentado o desemprego e degradado o meio ambiente. A dependência excessiva das exportações de commodities teria tornado as economias da região vulneráveis às flutuações dos preços internacionais, gerando instabilidade econômica e social.

Em meio à crescente onda de efeitos negativos socioambientais e ao turbilhão de crises econômicas que atingiram os países latino-americanos, diversos movimentos, redes e resistências se desenvolveram com vistas a combater os tratados de livre comércio e a globalização neoliberal de forma geral (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 54). Essa movimentação lançou as bases para o que viria a ser conhecido como o ciclo progressista latino-americano. Esse movimento, imbuído do desejo por uma sociedade mais justa e equitativa, propugnava por um papel mais ativo do Estado na promoção do bem-estar social, o que se concretizou com a eleição de diversos presidentes de esquerda em toda a região, como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina e Evo Morales na Bolívia.

Embora vinculados a um espectro político de esquerda, esses governos se caracterizaram por uma postura pragmática, buscando conciliar as demandas sociais com a necessidade de atrair investimentos internacionais. Essa abordagem, denominada "win-win", visava a implementação de políticas públicas robustas que garantissem a proteção dos mais vulneráveis ao mesmo tempo em que fortaleciam os capitais internacionais privados (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 54).

Embora o Consenso de Washington possa ser interpretado como uma etapa dentro do pensamento de Maristella Svampa, ele também se configura como um evento histórico marcante que, segundo a autora, moldou a trajetória da América Latina, impulsionando uma série de acontecimentos que culminaram em novas fases para a região. As bases do Consenso de Washington, que inicialmente direcionaram a América Latina para o ciclo progressista, paradoxalmente lançaram as bases para o

que viria a ser conhecido como o Consenso das Commodities, inaugurando uma segunda fase distinta.

2.2.1.2. *Consenso das commodities*

A fase do Consenso das Commodities se entrelaça intrinsecamente com o boom das commodities que marcou a virada do milênio. Essa época, que se estendeu aproximadamente entre os anos 2000 e 2014, foi caracterizada por uma forte ascensão nos preços internacionais de produtos primários, como petróleo, minerais e grãos. A América Latina, por sua vez, se viu particularmente beneficiada por esse boom, pois grande parte de suas exportações se concentrava em commodities. O aumento dos preços internacionais gerou um influxo significativo de recursos para a região, impulsionando o crescimento econômico.

Svampa destaca que, nesse contexto, todos os governos latino-americanos, independentemente de sua orientação ideológica, aderiram a uma política produtivista, priorizando a exploração de recursos naturais e a reprimarização das economias. Ao mesmo tempo, evitavam deliberadamente discutir os impactos do neoextrativismo, como o aprofundamento das dependências, a degradação ambiental, o aumento das desigualdades sociais e dos conflitos socioambientais. Esse cenário evidenciou uma abordagem unidimensional e míope, que privilegiava o crescimento econômico imediato em detrimento da sustentabilidade ambiental e do bem-estar social a longo prazo.

Na América Latina, grande parte da esquerda e do progressismo populista continua defendendo uma visão produtivista do desenvolvimento, que se nutre de uma tendência a privilegiar de maneira exclusiva uma leitura do conflito social em termos de oposição entre capital e trabalho, minimizando ou dando pouca atenção às relações capital-natureza, assim como às novas lutas sociais concentradas na defesa do território e dos bens comuns. Nesse contexto, sobretudo no começo do ciclo progressista, a dinâmica de espoliação se converteu em um ponto cego, não conceitualizável. Como consequência, as problemáticas socioambientais foram consideradas uma preocupação secundária, ou simplesmente questões passíveis de sacrifício diante dos problemas estruturais de pobreza e exclusão das sociedades latino-americanas. (2019b, p. 39)

Em abril de 2011, os preços das commodities atingiram níveis históricos, confirmando a robustez das economias latino-americanas mesmo após a crise de 2008. Essa aparente estabilidade econômica, no entanto, mascarava um cenário de

aprofundamento de fissuras estruturais, como a reprimarização das economias, caracterizada pela intensificação da exploração e exportação de produtos primários, representou um retrocesso na diversificação da base produtiva, o que teria gerado uma perda da soberania alimentar e a desposseção de terras, que foi agravada pela expansão das fronteiras agrícolas e minerárias, que frequentemente resultou na expulsão de comunidades locais e indígenas de suas terras tradicionais. (SVAMPA, 2012, p. 17). E com a expansão do modelo extrativista, as fronteiras produtivas foram estendidas para territórios antes considerados improdutivos, reforçando a visão colonialista da terra como um mero recurso a ser explorado, ignorando sua importância cultural, ambiental e social.

Na análise de Svampa, o conceito de extrativismo transcende a mera extração de recursos minerais, expandindo-se para abarcar também atividades como o agronegócio extensivo e a produção em larga escala de biocombustíveis. Essa ampliação conceitual revela um modelo de desenvolvimento profundamente arraigado na exploração predatória de recursos naturais, consolidando um sistema monoprodutor com consequências complexas e multifacetadas, como a desestruturação dos territórios e a acumulação de terras. Características compartilhadas por todos esses empreendimentos extrativistas incluem sua grande escala, execução por grandes corporações transnacionais e a especialização produtiva nas commodities. A expansão do conceito de extrativismo destaca a interconexão dos diferentes tipos de exploração e seus impactos abrangentes, que transcendem a esfera ambiental e afetam profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e políticas dos territórios afetados:

Com o crescimento do extrativismo, impulsionado pela lógica predatória de exploração de recursos naturais, houve a eclosão de diversos conflitos socioambientais. Esses embates, liderados principalmente por movimentos indígenas e camponeses, giram em torno do acesso e controle de bens naturais e territórios, expondo as contradições inerentes ao modelo extrativista. Esse avanço da fronteira se expande para áreas consideradas vazias em termos populacionais pelas empresas extratoras. Tal visão equivocada ignora a existência de comunidades tradicionais que habitam esses territórios há gerações, vivendo em harmonia com o meio ambiente e dependendo dele para sua sobrevivência.

Em meio à expansão da fronteira extrativista, ao acirramento dos conflitos socioambientais e à ascensão do ciclo progressista na América Latina, Svampa

desenvolve o conceito de neoextrativismo, que se torna uma ferramenta analítica crucial para compreender a crítica da autora ao modelo de desenvolvimento vigente na região. Ela o define como

[..] um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital (SVAMPA, 2019b, p. 33)

Essa vertente distinta do extrativismo tradicional, embora apresente similaridades, se caracteriza por um papel mais ativo do Estado, tanto na gestão do excedente quanto na redistribuição dos lucros advindos da exploração de recursos naturais. Essa mudança estratégica busca alcançar uma legitimação mais abrangente e um apoio social mais amplo, mesmo que os desafios socioambientais persistam e exijam soluções urgentes (SVAMPA, 2019b, p. 25).

Dessa maneira, pretende-se transmitir a ideia de que os governos respaldam as atividades neoextrativistas e, com os recursos provenientes desse investimento, iriam financiar melhorias sociais, tais como a redistribuição de renda e o aumento do consumo interno. Essa transação é apresentada como a oportunidade para o país atingir o desenvolvimento, atribuindo-o às possibilidades proporcionadas pelas commodities, transformando a América Latina no eldorado dos recursos naturais (Svampa, 2019, p. 27).

Svampa critica a tendência dos Estados de construir uma narrativa artificial que coloca a questão social em oposição direta à problemática ambiental. Essa visão dicotômica sugere que, para salvar um aspecto, o outro deve ser sacrificado, criando a falsa percepção de que a coexistência pacífica é impossível. Tal dicotomia artificial, segundo a autora, é extremamente prejudicial, pois tende a rotular como sendo irracional qualquer oposição radical a essa falsa dicotomia (SVAMPA, 2019a, p. 40). Essa abordagem simplista, que separa de forma rígida as preocupações sociais e ambientais, dificulta a implementação de medidas que abranjam ambas as áreas e promovam soluções conjuntas.

Svampa argumenta que até 2015 teriam ocorrido três momentos, ou fases, do neoextrativismo, que coincidem com fases do que seria o consenso das commodities: a Fase da Positividade, a Fase da Multiplicação dos Megaprojetos e das Resistências Sociais e a Fase da Exacerbação do Neoextrativismo.

2.2.1.2.1. Fase da Positividade

A Fase da Positividade, que se estendeu de 2003 até algum momento entre 2008 e 2010, marcou um período de ascensão do neoextrativismo na América Latina. Caracterizada por um boom nos preços das commodities, essa fase proporcionou aos países da região um cenário promissor, impulsionando o crescimento econômico e possibilitando a implementação de políticas sociais com impacto significativo na redução da pobreza. Dados da CEPAL (2011) corroboram essa realidade: entre 2002 e 2011, a taxa de pobreza na América Latina caiu de 44% para 31,4%. Essa melhora significativa, embora de curto prazo, gerou expectativas políticas otimistas, especialmente porque a América Latina havia enfrentado diversas crises, estagnação econômica e passado por ajustes neoliberais nas décadas anteriores.

Outra informação relevante sobre o período é que embora a criminalização das lutas socioambientais na América Latina seja um tema complexo e multifacetado, com raízes profundas na história da região, na Fase da Positividade essa prática se intensificou, como destacado por Svampa (2019b, p. 47-48), para garantir a continuidade dos projetos extrativistas. Entretanto, o conhecimento dos impactos sociais e ambientais do neoextrativismo em larga escala ainda era limitado uma vez que ainda não havia uma visibilidade significativa e reconhecimento dos impactos sociais e ambientais associados ao extrativismo em larga escala.

2.2.1.2.2. Fase da Multiplicação dos Megaprojetos e das Resistências Sociais

A Fase da Multiplicação dos Megaprojetos e das Resistências Sociais, que se estendeu de 2010 a 2013, marcou um novo momento na trajetória do neoextrativismo na América Latina. Caracterizada pela integração dos megaprojetos neoextrativistas aos planos de desenvolvimento nacionais e pelo aumento da atividade extrativa, variando conforme a especialização extrativista de cada nação. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) brasileiro, lançado em 28 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), é um exemplo emblemático dessa estratégia, e foi um conjunto de políticas públicas do governo federal brasileiro com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país através de investimentos em infraestrutura, habitação, saneamento básico e energia. Entre tais investimentos se tem a construção de

hidrelétricas com consequente represamentos na Amazônia, além de investimentos em extração de petróleo e gás natural.

Entretanto, com a crescente expansão dos megaprojetos, esta fase também foi marcada por um aumento significativo dos conflitos nas áreas de extração. A intensificação da atividade extrativista, impulsionada pela integração dos megaprojetos aos planos de desenvolvimento nacionais, gerou impactos socioambientais negativos que motivaram a mobilização social contra esses projetos. Nesse contexto, a visibilidade dos conflitos socioambientais também se intensificou. A mídia, as redes sociais e as organizações da sociedade civil passaram a denunciar os impactos negativos dos megaprojetos e as violações dos direitos das comunidades locais e povos indígenas. Essa maior visibilidade dos conflitos colocou pressão sobre os governos e empresas para lidar com as demandas dos movimentos sociais.

O conflito na construção da represa de Belo Monte no Rio Xingu é um exemplo emblemático da intensificação dos conflitos na Fase da Multiplicação dos Megaprojetos. A construção da usina hidrelétrica ameaçava a vida tradicional dos povos indígenas da região e o meio ambiente local. As comunidades indígenas se mobilizaram contra o projeto, realizando protestos e bloqueios de estradas. O conflito de Belo Monte teve grande repercussão nacional e internacional, expondo os impactos negativos dos megaprojetos como a inundação de terras indígenas, a perda de recursos hídricos, tendo em vista que a usina alterou o fluxo do Rio Xingu, dificultando o acesso à água potável e à pesca para os povos indígenas, a degradação da fauna e flora e os impactos culturais. Entretanto, o governo brasileiro adotou uma postura repressiva contra os manifestantes, criminalizando seus protestos, ignorando seus direitos e construindo a usina. Até os dias atuais o projeto ainda gera controvérsias e os povos indígenas da região continuam lutando por seus direitos.

De acordo com Svampa, esta fase representou um momento de grande tensão na América Latina. A intensificação da atividade extrativista gerou conflitos e intensificou a criminalização dos movimentos sociais, que atingiu seu auge nesta fase, provocando uma notável retração democrática na região devido à baixa tolerância ao dissenso (2019b, p. 51).

2.2.1.2.3. Fase da Exacerbação do Neoextrativismo

Por fim, a Fase da Exacerbação do Neoextrativismo (2019b, p. 53-54), que se estendeu de 2013 a 2015, marcou um momento de intensificação desse modelo de desenvolvimento na América Latina. Essa intensificação foi impulsionada principalmente processo de queda nos preços das commodities, iniciado em 2013, impactando significativamente as economias da América Latina. Para compensar essa queda e manter o crescimento econômico os governos da região optaram por expandir a fronteira extrativista, intensificando a exploração de recursos naturais.

Junto com a intensificação do neoextrativismo, várias consequências também foram acentuadas, como o aumento da degradação ambiental, uma vez que mais projetos estão em curso, gerando impactos negativos sobre os ecossistemas. Além disso, houve um aumento significativo na violação dos direitos humanos, já que mais populações foram atingidas com a expansão dos projetos extrativistas, levando a um aumento dos conflitos socioambientais e a uma maior vulnerabilidade das comunidades afetadas. A Fase da Exacerbação do Neoextrativismo também expôs as fragilidades desse modelo de desenvolvimento, destacando sua dependência excessiva das commodities, que torna as economias mais vulneráveis a flutuações nos preços internacionais, além da persistente degradação ambiental e das violações dos direitos humanos, desafios que o neoextrativismo tem sido incapaz de superar de maneira eficaz.

Nesse período também se evidenciou o término do ciclo progressista latino-americano, caracterizado pelo descontentamento na região devido à queda dos preços das commodities, a desaceleração do crescimento econômico e os escândalos de corrupção. Esses fatores contribuíram para o avanço subsequente de partidos e lideranças políticas de direita na região, acompanhado pelo aumento da polarização entre os movimentos progressistas e as forças conservadoras e reacionárias. Esse cenário marcou uma mudança significativa no panorama político da América Latina, com impactos profundos nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da região. Também marca o fim da fase do Consenso das Commodities, ingressando o que seria a próxima fase: o Consenso da Descarbonização.

Ao analisar o Consenso de Washington e o Consenso das Commodities, Svampa identifica tanto continuidades quanto rupturas entre esses dois modelos. Apesar das diferenças, ambos os consensos apresentam elementos que os aproximam e os distanciam, moldando a trajetória da América Latina nas últimas décadas. Uma das principais continuidades reside na utilização das bases normativas

e jurídicas estabelecidas pelo Consenso de Washington como alicerce para a expansão do modelo extrativista no Consenso das Commodities. Essa herança inclui: liberalização comercial, privatizações e desregulamentação. Tais medidas, presentes em ambos os consensos, visam garantir estabilidade e segurança jurídica para os investimentos no setor extrativista, atraindo capital internacional e impulsionando a exploração de recursos naturais.

Em contrapartida, o Consenso das Commodities se diferencia do Consenso de Washington por apresentar um papel mais ativo do Estado, independentemente de sua orientação ideológica, com um papel ativo na implementação de projetos extrativistas, refletindo a necessidade de capturar uma parcela maior da renda gerada pela exploração desses recursos para financiar projetos de desenvolvimento social e infraestrutura.

2.2.1.3. *Consenso da descarbonização*

Em seu trabalho mais recentes, em colaboração com o brasileiro Breno Bringel, Svampa apresenta o conceito de "Consenso da Descarbonização" como uma possível fase emergente na América Latina após a pandemia de COVID-19. Essa fase se caracterizaria pela redução da transição ecológica, que deveria abarcar setores como energia, produção, alimentação e urbanização, apenas na transição energética, com um novo foco na transição para fontes renováveis como uma forma de combater as mudanças climáticas e impulsionar um suposto desenvolvimento sustentável (2023, p. 53). Ela argumenta que a pandemia do coronavírus acelerou e consolidou mudanças geopolíticas que já estavam em curso, como a militarização global, o fortalecimento da China e o aumento das brechas existentes entre o centro e a periferia do capitalismo (BRINGEL E SVAMPA, 2023, p. 55).

A pandemia da COVID-19, além de seus impactos na saúde pública e na economia global, também teria gerado um momento de reflexão sobre o futuro da humanidade e do planeta, com questionamentos de como seria o mundo pós-pandemia. Nesse contexto, o discurso em favor de uma transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e menos danoso ao meio ambiente ganhou força, com a descarbonização da economia se tornando um tema central nas agendas de governos e empresas (Bringel e Svampa, 2023, p. 55).

Diversos fatores contribuíram para o aumento da visibilidade e da importância do discurso da descarbonização no contexto da pandemia. A exposição de problemas ambientais foi um desses fatores, uma vez que a pandemia evidenciou a interconexão entre a saúde humana, o meio ambiente e os modelos de desenvolvimento insustentáveis. A relação entre a degradação ambiental, desmatamento, expansão da fronteira agrária e o surgimento de novas doenças zoonóticas, como a COVID-19, ficou mais clara para a população em geral. Outro fator importante foi uma maior visibilidade do fracasso do modelo de globalização neoliberal, embora isso não signifique que o neoliberalismo esteja morto ou em vias de superação, mas deixa suas fraquezas mais expostas (SVAMPA *et al*, 2022a, p.17).

Portanto, em resposta à crescente pressão global por descarbonização, o Consenso da Descarbonização emerge como um "acordo global" que propõe a transição de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis para outra com emissões reduzidas ou nulas de carbono, fundamentada em energias renováveis (BRINGEL E SVAMPA, 2023, p. 53). Entretanto, apesar do potencial do Consenso da Descarbonização, Svampa identifica dois grandes problemas que comprometem sua efetividade e conveniência: um relacionado à motivação e outro relacionado à instrumentalização.

Primeiramente, no que diz respeito à motivação, se aponta que a razão por trás da adesão ao Consenso da Descarbonização muitas vezes está mais ligada a interesses econômicos do que a preocupações genuínas com o meio ambiente, o clima ou o bem-estar humano. A autora argumenta que o discurso da descarbonização é frequentemente utilizado por empresas e governos como uma maneira de mascarar práticas predatórias e insustentáveis, buscando lucrar com a venda de novas tecnologias e serviços "verdes", sendo que seu interesse pela descarbonização seria apenas por ter visto uma possibilidade de lucro em um novo mercado, o que eles chamam de "acumulação por desfossilização" (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 56).

Uma motivação equivocada, por si só, não é um problema significativo. No entanto, ao abordar as questões de instrumentalização, Svampa destaca que a maneira como a descarbonização é implementada reflete muito as motivações por trás dela. Assim, ela salienta que o verdadeiro problema não reside na descarbonização em si, mas sim na forma como está sendo conduzida. Portanto, diante do fato de que os atores dominantes aderiram a essa agenda principalmente como uma oportunidade para a acumulação capitalista, surge a preocupação de que

não haverá uma revisão significativa da lógica de acumulação ilimitada ou dos modelos de desenvolvimento.

A crítica de Svampa ao Consenso da Descarbonização se torna ainda mais relevante no contexto da América Latina. Historicamente explorada como fonte de recursos naturais para o Norte Global, a região volta a ser um reservatório de minerais essenciais para a produção de energia "limpa" (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 57), perpetuando um padrão de desenvolvimento desigual e insustentável. Isso ocorre porque a descarbonização da matriz energética global depende de tecnologias que, em sua produção e utilização, geram impactos ambientais e sociais significativos. Por exemplo, a extração de minerais como grafite, lítio e cobalto, essenciais para a produção de baterias e outras tecnologias, é prejudicial ao meio ambiente e às comunidades locais. A mineração do Lítio, por exemplo, exige grandes volumes de água, especialmente no processo de evaporação para concentrar o minério; também gera grandes volumes de rejeitos, que podem conter metais pesados e produtos químicos que podem contaminar o solo, a água e o ar; além de toda a degradação do solo, do ar e dos impactos sociais advindos da mineração.

Além disso, esses recursos são finitos e não renováveis, o que coloca em risco sua disponibilidade no futuro, gerando incertezas sobre a sustentabilidade da transição energética. Assim, o Consenso da Descarbonização mantém o padrão de desenvolvimento atual, visando preservar o estilo de vida e o consumo, mas ao custo de aumentar a fratura metabólica, ou seja, a diferença entre a quantidade de energia que um sistema recebe e a quantidade que ele devolve ao meio ambiente.

Ao analisar os impactos do Consenso da Descarbonização na América Latina, Svampa destaca alguns conceitos essenciais para sua real compreensão, como o "imperialismo ecológico", "zonas de sacrifício" e "colonialismo energético" (ou "extrativismo verde").

2.2.1.3.1. Imperialismo Ecológico

Foster, Holleman e Clark (2019, p. 72) se valem da definição de imperialismo ecológico como um sistema:

[...] em que a extração de recursos tem frequentemente devastado países pobres, que têm enfrentado a expropriação (apropriação sem equivalente ou sem reciprocidade) dos presentes gratuitos da natureza

para o capital encontrados em seus territórios, juntamente com os custos ecológicos da extração” (tradução nossa).

O seja, os autores destacam que a análise da questão ambiental no contexto do capitalismo deve incorporar a divisão internacional do trabalho e as relações de dominação resultantes entre os países (FOSTER e HOLLEMAN, 2014, p. 187). Nesse sentido, para a construção da teoria do imperialismo ecológico, dois conceitos interligados são fundamentais: "trocas ecologicamente desiguais" e "rupturas metabólicas".

As "trocas ecologicamente desiguais" caracterizam um aspecto crucial das relações internacionais no sistema capitalista, evidenciando a profunda disparidade entre países do centro e da periferia. Essa disparidade se manifesta nas transações comerciais internacionais, onde os países periféricos, em geral nações subdesenvolvidas, exportam principalmente matérias-primas e produtos agrícolas extraídos da natureza, enquanto os países do centro, nações desenvolvidas, exportam produtos industrializados com maior valor agregado (FOSTER E HOLLEMAN, 2014, P. 204). Essa assimetria no valor dos bens comercializados gera uma transferência de riqueza dos países da periferia para os do centro, caracterizada pela apropriação do excedente não pago pelos países dominados (MARX, 2015, p. 963).

Essa dinâmica desigual se perpetua ao longo do tempo, relegando os países subdesenvolvidos à função de fornecedores de commodities com baixo valor agregado, enquanto os países desenvolvidos concentram o domínio das cadeias produtivas e se beneficiam do alto valor dos produtos industrializados. Essa assimetria estrutural impede o desenvolvimento econômico dos países da periferia, além de gerar diversos problemas socioambientais, como a degradação ambiental, a exploração da mão de obra e a perpetuação da pobreza.

As rupturas metabólicas, conceito elaborado por Karl Marx, caracterizam a relação intrínseca e conflituosa entre o sistema capitalista e o meio ambiente. Essa relação se manifesta na profunda dissociação entre os processos de produção e consumo, que, no contexto capitalista, se concentram em espaços distintos: o campo e a cidade. Essa divisão espacial, por sua vez, gera uma ruptura no ciclo natural de nutrientes do solo, levando ao seu exaurimento e à degradação ambiental (MARX, 2017, p. 1053). Para atender à crescente demanda por alimentos e outros produtos, o sistema capitalista impulsiona a produção em larga escala, o que intensifica ainda

mais essa ruptura metabólica. Essa busca incessante por produtividade recorre a técnicas agrícolas intensivas, como o uso extensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, além da mecanização excessiva do solo, gerando graves impactos ao meio ambiente e à saúde da população, especialmente em países da África e da América Latina (POMPEIA, 2021, p. 66).

Svampa corrobora essa análise ao caracterizar as rupturas metabólicas como uma forma de imperialismo ambiental na América Latina (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 57 e 61). Segundo ela, a exploração predatória dos recursos naturais da região serve aos interesses das nações centrais, perpetuando relações de dependência e subdesenvolvimento. Essa lógica imperialista se mantém mesmo diante das tentativas de transição de matriz energética, pois a busca por fontes alternativas de energia, também pode gerar impactos socioambientais negativos se não forem implementadas de forma responsável e justa, que seria o caso atual.

2.2.1.3.2. Zonas de sacrifício

As "zonas de sacrifício" emergem como um conceito crucial para desvendar os impactos socioambientais do consenso da descarbonização na América Latina. Esse termo, amplamente utilizado na ecologia política, designa áreas deliberadamente expostas a elevados riscos ambientais e de saúde pública em decorrência da instalação de empreendimentos nocivos. Tais zonas, frequentemente são localizadas em comunidades de baixa renda, racializadas e com limitado acesso à justiça (RIGOTTO *et al*, 2023, p. 23-24).

A gênese das zonas de sacrifício se entrelaça com diversos fatores, incluindo a lógica extrativista do capitalismo, a busca por recursos naturais em locais com menor resistência social e a falta de mecanismos eficazes de proteção ambiental e social. Em muitos casos, a instalação de projetos de grande porte, como megamineração, usinas termelétricas e indústrias poluentes, ocorre sem a devida consulta prévia e o consentimento livre e esclarecido das comunidades afetadas, violando seus direitos humanos e territoriais.

A análise das zonas de sacrifício pode ser realizada tanto em escala regional quanto global. No âmbito nacional, o Brasil apresenta exemplos emblemáticos da criação de tais áreas. Entretanto, em um contexto global, Svampa destaca a criação de zonas de sacrifício pelo capital globalizado, especialmente em países do Sul Global

como a América Latina (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 52). Segundo ela, a descarbonização da matriz energética mundial, embora necessária para combater as mudanças climáticas, pode perpetuar essa lógica de sacrifício ao concentrar os impactos negativos da transição energética em regiões já marginalizadas e com menor poder de barganha. Momento em que essas áreas são designadas para suportar os danos ecológicos e sociais decorrentes da megamineração, além daqueles já causados nas últimas décadas pelo agronegócio.

Dessa forma, a designação "zonas de sacrifício" reflete com precisão a realidade vivenciada por essas áreas. São espaços deliberadamente selecionados para serem sacrificados em prol de objetivos econômicos e políticos, sem que seus habitantes sejam devidamente consultados ou compensados pelos danos sofridos. Essa lógica sacrificial se traduz em graves impactos ambientais, como a contaminação do solo, da água e do ar, além de problemas de saúde pública, como o aumento de doenças respiratórias e o surgimento de novos patógenos. Svampa ainda vai além na descrição do problema, apontando que a criação de zonas de sacrifício é "um processo, geral e extenso no tempo, de desvalorização de outras formas de produção e de vida, diferentes da economia dominante" (2021, p. 10)

No contexto da descarbonização, Svampa adverte para o risco de que a América Latina se torne uma zona de sacrifício global, fornecendo os recursos minerais necessários para a produção de tecnologias limpas sem que seus países recebam os devidos benefícios ou tenham voz nas decisões que impactam diretamente seus territórios e populações, e recebam todos os danos ambientais derivados (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 52).

2.2.1.3.3. Colonialismo energético

Para compreender as dinâmicas complexas e contraditórias que permeiam a transição energética no contexto global, é fundamental analisar o conceito de colonialismo energético ou extrativismo verde. Essa noção, utilizada por autores como Svampa e Bringel (2023, p. 53), descreve uma nova forma de extração capitalista que se intensifica sob o discurso da sustentabilidade e da descarbonização. O colonialismo energético se caracteriza pela exploração predatória de recursos naturais, principalmente em países do Sul Global, para atender às demandas crescentes das nações centrais por energia limpa. Essa abordagem analítica permite

desvendar as relações de poder que sustentam a lógica do colonialismo energético. Ao analisarmos as dinâmicas globais de produção e consumo de energia, torna-se evidente que a transição energética, em muitos casos, se configura como um processo de deslocamento dos impactos socioambientais para regiões marginalizadas, intensificando assimetrias e desigualdades no cenário internacional.

Svampa (SVAMPA e BRINGEL, 2023, p. 51) destaca que o colonialismo energético se configura como a peça central do consenso da descarbonização vigente que, em vez de promover a preservação ambiental, intensifica a exploração predatória de recursos naturais. Essa lógica se traduz na commodificação da natureza, transformando bens naturais em mercadorias exploráveis para atender às demandas do mercado. Em sua análise, a autora critica a narrativa simplista da descarbonização, que tende a mascarar as contradições e injustiças presentes nesse processo.

As práticas associadas ao colonialismo energético geram diversos impactos negativos. A intensificação da exploração de recursos naturais, como minerais e combustíveis fósseis, leva ao desmatamento, à contaminação ambiental e à degradação dos ecossistemas. Além disso, as comunidades locais, especialmente em países do Sul Global, são frequentemente submetidas a violações de direitos humanos, como deslocamentos forçados, perda de terras e impactos à saúde. Dessa forma, o colonialismo energético evidencia uma contradição fundamental no discurso da descarbonização, pois a busca por soluções ambientalmente sustentáveis, muitas vezes, se traduz em processos que exacerbam a degradação socioambiental, perpetuando relações de poder desiguais e intensificando a exploração de comunidades marginalizadas.

Ao analisarmos as continuidades e discontinuidades entre o consenso da descarbonização e os consensos anteriores, como o de Washington e o das commodities, emerge um panorama complexo e multifacetado. Em relação às continuidades temos a permanência do discurso da inevitabilidade, onde a crença na inevitabilidade da atual transição energética como única solução para o colapso ecológico se configura como um elemento central do discurso hegemônico. Essa narrativa, muitas vezes acrítica, ignora alternativas e questionamentos sobre a trajetória e os impactos dessa transição. O aumento do poder das corporações também seria uma continuidade, tendo em vista a crescente participação de atores não democráticos, como grandes empresas e agentes financeiros, na formulação e implementação das políticas energéticas. Essa concentração de poder nas mãos de

corporações privadas, como aponta Svampa (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 62-63), ameaça a governança democrática e os princípios de justiça social e ambiental. Por fim, outra continuidade é a manutenção da lógica neoliberal, onde o consenso da descarbonização não se desvincula da lógica neoliberal que permeou os consensos anteriores. A ênfase na eficiência econômica, na valorização do mercado e na desregulamentação do Estado, ainda que com algumas nuances, se configura como um elemento persistente.

Já em termos de descontinuidades, no Consenso da Descarbonização, observamos que o Estado assume um papel mais ativo na condução da transição energética, adotando uma abordagem que se assemelha ao neoestatismo planejado, aproximando-se do que poderia ser descrito como um estado ecocorporativo. Nesse modelo, o Estado busca unir a descarbonização da matriz energética com a financeirização da natureza e a promoção de fundos privados (Bringel e Svampa, 2023, p. 64). Outra descontinuidade identificada pela autora é a mudança de uma dinâmica de geopolítica para uma de geoeconomia e colonialismos múltiplos. Isso significa que não se trata mais apenas da União Europeia demandando minerais, mas também da crescente intervenção da China. As relações da China com o Sul Global são distintas das dos Estados Unidos ou da União Europeia, o que introduz uma nova dinâmica na exploração dos recursos naturais da região (BRINGEL e SVAMPA, 2023, p. 63-64).

Por fim, vale ressaltar que, para evitar a interpretação de que Svampa trata toda a América Latina como um conglomerado uniforme de realidades, ela faz distinções importantes em seu trabalho. Antes de apresentar o Consenso da Descarbonização em 2023, em colaboração com Bringel, Svampa, em “Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina” (2022b), reconhecia os esforços de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, e de Gabriel Boric, presidente do Chile, como voltados para uma transição justa. Naquele momento, ela apontava que ambos traziam a esperança de uma nova onda progressista na América Latina, referida como progressismo de segunda geração, ou que pelo menos criariam as bases, em seus respectivos países, para futuras discussões sobre modelos de desenvolvimento (2022b, p. 21-22). Dessa forma, Svampa reconhece a diversidade de abordagens e iniciativas dentro da região, destacando líderes que se comprometem com uma transição mais equitativa e sustentável, diferentemente do cenário mais amplo que seria vista nos demais países latinoamericanos.

2.2.2. Saídas para a crise

Em uma análise do que Svampa entende por crise, ela não se limita apenas à crise ambiental, mas engloba crises sociais, econômicas, políticas e culturais, todas elas profundamente interconectadas. No centro dessa crise está o modelo de desenvolvimento capitalista, especialmente em suas formas neoliberais e extrativistas, que têm prevalecido na América Latina.

Dessa forma, a crise seria uma consequência direta da busca incessante por crescimento econômico e lucro, que leva à degradação ambiental, à exploração de recursos naturais e à marginalização de comunidades locais. O "Consenso de Washington", o "Consenso das Commodities" e o "Consenso da Descarbonização" seriam fases diferentes dessa crise, cada uma representando formas específicas de dominação e exploração que impactam negativamente a região.

Por isso, Svampa argumenta que essas crises não podem ser resolvidas dentro dos mesmos paradigmas que as causaram. Assim, a crise atual deve ser uma oportunidade para que a humanidade questione em que tipo de sociedade quer viver (2022b, p. 06) e o que é imperativo para que ela seja justa, tanto social e ambientalmente, mas também em relação à geopolítica. Por isso afirma:

Desde nossa perspectiva, a transição socioecológica é um horizonte maior que deve servir para levantarmos questões mais radicais sobre o tipo de sociedade em que queremos viver, sobre os modelos de desenvolvimento que estamos propondo para o futuro. Fica claro que é necessário abandonar a matriz energética dependente dos combustíveis fósseis, pois, além de serem grandes poluidores, ameaçam a continuidade da vida no planeta. Mas a transição energética não pode nos levar a optar por falsas soluções, que continuem com o despojo das populações e fortaleçam tanto as desigualdades sociais e territoriais, assim como a divisão internacional do trabalho existente hoje. Também não pode ser a desculpa para consolidar e/ou manter modelos de consumo insustentáveis (SVAMPA, 2022b, p. 06, TRADUÇÃO NOSSA).⁴

⁴ No original: Desde nuestra perspectiva, la transición socioecológica es un horizonte mayor que debe servir para plantearnos preguntas más radicales acerca del tipo de sociedad en la que queremos vivir, sobre los modelos de desarrollo que estamos proponiendo para el futuro. Queda claro que es necesario abandonar la matriz energética dependiente de los combustibles fósiles, pues además de ser grandes contaminadores, amenazan la continuidad de la vida en el planeta. Pero la transición energética no puede conducirnos a optar por falsas soluciones, que continúen con el despojo de las poblaciones y fortalezcan tanto las desigualdades sociales y territoriales, así como la división internacional del trabajo hoy existente. Tampoco puede ser la excusa para consolidar y/o mantener modelos de consumo insustentables.

A partir disso e contraposição aos discursos dominantes que propagam a inevitabilidade da atual transição energética como única resposta à crise climática, a obra de Maristella Svampa se destaca por apresentar alternativas que dependem de uma reavaliação fundamental das estruturas econômicas, políticas e sociais. Para isso, a autora propõe caminhos alternativo que se baseiam em três pilares fundamentais: o protagonismo do feminismo ecoterritorial, a defesa do decrescimento e do pós-extrativismo, e o reconhecimento da dívida ecológica.

2.2.2.1. *Feminismo ecoterritorial*

No início do período do consenso das commodities, marcado pela intensificação da exploração de recursos naturais e pela expansão do agronegócio, o movimento indígena e campesino se destacou na luta contra a invasão de suas terras tradicionais e pela preservação ambiental. A resistência indígena e campesina, em resposta aos impactos socioambientais causados por essas atividades, representou um marco importante na mobilização social contra o modelo de desenvolvimento vigente.

Entretanto, desde seus escritos já no final do consenso das commodities, Svampa observa uma mudança significativa no cenário da mobilização social em resposta à crise ambiental (2019b, p. 165). A autora destaca que, atualmente, o principal grupo mobilizado é o das mulheres, conforme ressalta em seus textos mais recentes (2021, p. 05). Isso aconteceria por diversos motivos, como a maior consciência das mulheres sobre os impactos da crise ambiental, já que por serem historicamente marginalizadas e submetidas a diversas formas de opressão, demonstram uma crescente consciência sobre os impactos da crise ambiental em suas vidas e nas comunidades em que vivem. Por serem elas responsáveis pelos trabalhos de cuidado e de reprodução social, seriam as primeiras a perceber os impactos sociosanitários e entender sua ligação com modelos de desenvolvimento vigentes (2021, p. 07). Essa consciência as impulsiona a se mobilizar e reivindicar mudanças.

Outro ponto importante para o aumento do protagonismo do feminismo é a “masculinização do território” devido ao neoextrativismo. As atividades como a mineração, a extração de petróleo e o agronegócio, projetos majoritariamente realizados por homens, levam um número significativo de trabalhadores masculinos

para essas regiões. Esse fenômeno acaba por aumentar a violência de gênero, pois como Svampa afirma (2019b, p. 102-108), os territórios extrativos possuem uma configuração própria que exacerba problemas sociais, como o aumento do vício, da criminalidade, da desigualdade de gênero e da prostituição. Com isso, se tem um aumento ainda mais significativo na cadeia de violência para com as mulheres (2021, p. 23).

Além disso, ela também afirma que tais mulheres entenderiam a existência de uma conexão entre a crise ambiental e a opressão de gênero, onde os feminismos ecoterritoriais, corrente de pensamento que interliga a crise ambiental à opressão de gênero, contribuiu para a compreensão das mulheres sobre a interdependência entre esses dois sistemas de dominação (2021, p. 05). Essa perspectiva destaca a relação intrínseca entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, argumentando que ambas emanam de uma lógica patriarcal que instrumentaliza e subordina tanto a natureza quanto as mulheres. Dessa forma, entende que haveria, portanto, uma violência tripla sobre os territórios e corpos: extrativista, colonial e patriarcal (2021, p. 19) Svampa destaca:

Em outras palavras, as lutas das mulheres [...] vão construindo uma relação diferente entre sociedade e natureza, na qual o ser humano não é compreendido como um ente exterior à natureza, mas como parte dela. A passagem para uma visão relacional coloca no centro a noção de interdependência, já ressignificada como ecodependência, e defende uma compreensão da realidade humana por meio do reconhecimento e do cuidado com os outros e com a natureza (2019b, p. 93).

Ao analisar a perspectiva de Svampa sobre a mobilização das mulheres na luta contra a crise ambiental, é fundamental destacar que a autora não se filia à visão essencialista de gênero (2021, p. 25), que atribui às mulheres características inatas que as ligam à natureza, como intuição, sensibilidade e cuidado. Essa concepção essencialista é amplamente criticada por limitar as mulheres a papéis associados ao cuidado e à maternidade, reforçando estereótipos de gênero e restringindo suas possibilidades de atuação na sociedade.

A autora reconhece, no entanto, que alguns movimentos de mulheres engajados na luta ambiental podem incorporar elementos de discurso essencialista de gênero (2021, p.06). Essa tendência, em alguns casos, pode ser explicada pela busca por reconhecimento e legitimidade em um contexto social ainda marcado por relações de poder desiguais entre homens e mulheres. No entanto, a autora entende

que essa abordagem pode perpetuar estereótipos e limitar o potencial transformador da mobilização das mulheres. Mas, ao mesmo tempo reconhece que também existe uma corrente ecofeminista construtivista, que concebe a relação mulher/natureza como construção histórica-social ligada divisão sexual do trabalho, não como intrinsecamente natural das mulheres (2021, p.06)

Em contraposição ao essencialismo, se propõe uma perspectiva que reconhece a diversidade das experiências e saberes das mulheres, valorizando suas múltiplas identidades e formas de atuação na luta contra a crise ambiental. Ao defender uma perspectiva interseccional, contribui para a construção de um movimento ambiental mais inclusivo e plural, onde as mulheres possam se mobilizar de forma autônoma e protagonizar a construção de um futuro mais sustentável que o que estaria sendo construído atualmente.

Dentre as diversas iniciativas que emergem dos movimentos de mulheres engajados na luta contra a crise ambiental, Svampa (2019a, p. 46). destaca a relevância daquelas relacionadas à ética do cuidado. Para a autora, essa ética, tradicionalmente focada nas relações humanas, pode ser ampliada para abarcar também as relações com a natureza, reconhecendo a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente. Essa abordagem ampliada da ética do cuidado representa uma significativa mudança de paradigma. Ela propõe uma ruptura com a visão antropocêntrica que coloca o ser humano no centro do universo e ignora a importância da preservação ambiental. Ao invés disso, a ética do cuidado ampliada defende uma visão holística que reconhece a interconexão entre todos os seres vivos e o planeta.

Essa nova perspectiva ética se baseia em valores como a sustentabilidade, a responsabilidade, e a interdependência. Oferecendo, portanto, uma base sólida para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável. Essa perspectiva ética pode contribuir para a superação da crise ambiental e para a construção de uma sociedade mais harmônica com o planeta.

Assim, o essencial para Svampa é a busca por alternativas civilizatórias que superem a lógica predatória e excludente do modelo de desenvolvimento hegemônico. Para a autora, a construção de um futuro mais justo e sustentável exige um diálogo intercultural profundo entre o Norte e o Sul Global (2022b, p. 05). Esse diálogo deve abrir caminho para a construção de uma cosmopolítica, que propõe uma ética global que reconhece a interdependência entre todos os seres vivos e o planeta,

transcendendo as fronteiras tradicionais entre o humano e o não-humano, o local e o global (2019a, p. 48).

Para embasar sua proposta de cosmopolítica, Svampa dialoga com diversos autores da virada ontológica da antropologia, como Eduardo Viveiros de Castro. Essa corrente de pensamento questiona a centralidade do humano na cosmovisão ocidental e propõe uma revalorização das perspectivas dos povos indígenas e tradicionais. Ao incorporar conceitos como o perspectivismo e o animismo, ela enriquece sua análise da relação entre sociedade e natureza, abrindo espaço para novas formas de compreender e interagir com o meio ambiente (2019b, p. 79-80).

Além disso, o protagonismo feminino muito aponta a defesa do "bem viver", conceito originário das cosmovisões andinas. Essa alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente propõe uma vida em harmonia com a natureza, baseada em princípios de sustentabilidade, justiça social e respeito à diversidade cultural. O "bem viver" inspira Svampa na busca por alternativas civilizatórias que superem a lógica extrativista e predatória do capitalismo destacando a importância do reconhecimento dos direitos da natureza. Para a autora, a natureza não deve ser vista como um mero recurso a ser explorado, mas sim como um sujeito de direitos com valor intrínseco. O reconhecimento dos direitos da natureza é fundamental para a construção de uma relação mais justa e harmônica entre a humanidade e o planeta (2019b, p. 79-80).

2.2.2.2. *Decrescimento e pós-extrativismo*

No centro da obra de Svampa encontra-se a crítica contundente ao modelo de desenvolvimento vigente, marcado pela mercantilização da natureza e pela expansão desenfreada da fronteira extrativista. A autora identifica esses dois elementos como os principais pilares capitalistas da crise ambiental.

A mercantilização da natureza transforma os recursos naturais em meras mercadorias, submetendo-os à lógica do mercado e da acumulação de capital, seria o caso, por exemplo, da criação dos mercados de carbono. Essa lógica predatória ignora o valor intrínseco da natureza e os impactos socioambientais da exploração desenfreada dos recursos naturais. A expansão da fronteira extrativista, por sua vez, representa a incursão do capital em novas áreas, como florestas e territórios indígenas, em busca de novos recursos a serem explorados. Essa expansão gera

diversos impactos negativos, como desmatamento, perda de biodiversidade, violação dos direitos dos povos indígenas e conflitos sociais.

Diante dessa realidade, Svampa defende a necessidade de questionar radicalmente as lógicas atuais de desenvolvimento. A autora propõe a construção de uma sociedade pós-extrativista com o consequente abandono da concepção tradicional de que o desenvolvimento só pode ser alcançado por meio do produtivismo e do crescimento econômico ilimitado (SVAMPA, 2019b, 151-153). Essa visão é limitada e insustentável, pois ignora os limites planetários e os impactos sociais da exploração desenfreada dos recursos naturais.

Diante da crise ambiental e social Svampa se recusa a ceder ao pessimismo e à resignação. Ao invés disso, a autora adota uma perspectiva esperançosa em relação à mudança, reconhecendo que os desafios atuais também representam oportunidades para a transformação social. Por isso argumenta que enfrentar o colapso não significa abandonar-se à distopia, mas sim intensificar os esforços em prol da resiliência e da sustentabilidade da vida. A autora acredita que as crises podem desencadear processos de liberação cognitiva, alterando a consciência das pessoas em direção à necessidade de ação coletiva e à ampliação do horizonte de expectativas.

Essa visão otimista encontra na adversidade a semente da transformação social. De modo que as dificuldades podem despertar em nós uma consciência coletiva mais aguçada, impulsionando ações transformadoras em busca de um futuro mais equitativo e sustentável. Essa perspectiva esperançosa se fundamenta na crença de Svampa na capacidade humana de superação e na força dos movimentos sociais. A autora reconhece que a mudança não será fácil, mas acredita que, através da mobilização social e da construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, é possível construir um futuro mais promissor para todos.

Nesse contexto, dois conceitos assumem especial relevância na análise de Svampa: o pós-extrativismo e o decrescimento. Ambos os conceitos refletem uma visão mais abrangente do desenvolvimento, que transcende a mera busca pelo crescimento econômico e leva em consideração os aspectos sociais, ambientais e culturais que impactam a vida das pessoas e do planeta (2019b, p. 154).

O pós-extrativismo, como o próprio nome sugere, propõe a superação do modelo de desenvolvimento baseado na extração ilimitada de recursos naturais. O decrescimento, por sua vez, defende a redução deliberada da produção e do consumo

em busca de um modo de vida mais sustentável. Essa redução não significa necessariamente uma diminuição da qualidade de vida, mas sim uma mudança na forma como as necessidades humanas são atendidas, priorizando o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente. Na América Latina ele se faz especialmente necessário para garantir a liberdade da região para organizar seus recursos para a satisfação humana e não para garantir o crescimento do Norte (SVAMPA e BRINGEL, 2023, p. 66).

Na América Latina, a crítica ao modelo extrativista de desenvolvimento se entrelaça com a busca por alternativas que priorizem o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, os conceitos de pós-extrativismo e decrescimento ganham destaque, articulando-se com outras ideias como o bem-viver, os direitos da natureza e a ética do cuidado. Para Svampa (2022b, p. 23), esses conceitos representam novas formas de habitar o território, em contraposição à lógica predatória do neoextrativismo desenvolvimentista. Essas alternativas encontram terreno fértil na América Latina, onde movimentos sociais e comunidades indígenas lutam por justiça social, ambiental e territorial.

Na busca por alternativas ao modelo vigente, Svampa destaca a importância da agroecologia como uma prática agrícola sustentável e socialmente justa, que seria uma das respostas “mais criativas e disruptivas observadas nos últimos anos” (2022b, p. 23). A autora reconhece que a agroecologia, ao combinar menores custos de produção com menores lucros, desafia a lógica do mercado e a busca desenfreada pelo lucro a qualquer custo. No entanto, enfatiza que a agroecologia oferece diversos benefícios que transcendem a dimensão econômica. Essa prática agrícola contribui para a preservação do meio ambiente, através da redução do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, da conservação da biodiversidade e da promoção da agricultura familiar. Além disso, a agroecologia gera mais empregos do que o sistema de monocultura tradicional, contribuindo para o desenvolvimento local e a redução da desigualdade social.

Longe de romantizar ou simplificar a transição para a agroecologia, a autora reconhece os desafios que essa mudança exige. Advertindo que a expansão da agroecologia requer uma compreensão profunda das dificuldades e obstáculos específicos enfrentados por essas iniciativas, de forma que para superar esses desafios é necessária mobilização social constante (2019b, p. 155). O que Svampa

aponta é que tais experiências locais devem ser ampliadas e utilizadas como fonte de inspiração para outras localidades.

Longe das saídas individualistas que surgem do consenso da descarbonização, isso permite compreender que a saída é coletiva; que não é apenas técnica, mas profundamente política. Esta é a chave para gerar processos de confluência e de liberação cognitiva que nos permitam nos perceber como sujeitos valiosos, embora não únicos, na construção urgente e necessária de uma história interespecífica que mereça ser vivida (BRINGEL E SVAMPA, 2023, p. 70, TRADUÇÃO NOSSA).⁵

No contexto do Norte Global, especificamente o europeu, o decrescimento ganha contornos específicos, diferenciando-se da visão latino-americana, além de ser uma necessidade ainda mais urgente que no Sul Global, tendo em vista o seu padrão de consumo atual (SVAMPA e BRINGEL, 2023, p. 65). Na Europa, a ênfase se concentra na crítica à privatização dos recursos naturais e nos impactos negativos da globalização neoliberal, além dos movimentos contra as energias extremas, como o *fracking* (SVAMPA, 2019a, p. 44-45). Movimentos sociais e ativistas lutam pela redistribuição da riqueza, pela democratização do acesso aos recursos e pela proteção do meio ambiente. Onde o decrescimento não se trata de uma mera negação do desenvolvimento ou do crescimento econômico, mas sim de um conjunto de mudanças sociais que visam construir uma nova gramática social e política.

Na prática ela aponta alguns exemplos concretos de iniciativas que estão colocando em prática os princípios do decrescimento na Europa. Entre essas iniciativas, podemos destacar a auditoria de dívidas, que visam questionar a legitimidade da dívida pública e privada, denunciando os mecanismos predatórios que geram e perpetuam a desigualdade social; a criação de ecocomunidades, que são comunidades autogestionárias que buscam viver de forma sustentável, praticando a agroecologia, a energia renovável e a economia solidária; e a criação de moedas sociais, criadas por comunidades locais para facilitar o comércio e a troca de bens e serviços, promovendo a economia local e a autonomia das comunidades (2019b, p. 166).

⁵ No original: Lejos de las salidas individualistas que desprendem del consenso de la descarbonización, esto permite comprender que la salida es colectiva; que no es solo técnica, sino profundamente política. Esta es la clave para generar procesos de confluencia y de liberación cognitiva que nos permitan percibirnos como sujetos valiosos, aunque no únicos, en la construcción urgente y necesaria de una historia interespecie que merezca ser vivida.

2.2.2.3. *Dívida ecológica*

Um tema que tem ganhado cada vez mais destaque nos textos de Svampa é a questão das dívidas ecológicas, que antes que não possuíam um papel central em suas análises, mas que em suas últimas publicações tem aparecido de forma mais constante. De forma geral, entende-se por dívidas ecológicas:

O débito ecológico é o débito acumulado, histórico e atual, que países industrializados do Norte, suas instituições e corporações, devem para as pessoas e países do Sul por terem saqueado e utilizado seus recursos naturais, explorado e empobrecido seus povos, e sistematicamente destruído, devastado e contaminado seu patrimônio natural e suas fontes de sustento (GAME, 2003, p. 133, tradução nossa)

A análise aprofundada dos conceitos de imperialismo ecológico, trocas ecologicamente desiguais e rupturas metabólicas revela uma interconexão profunda entre esses elementos, culminando na geração de um débito ecológico. Essa dívida, que transcende os limites da esfera ambiental e climático (SVAMPA, 2022b, p. 05) se manifesta também no âmbito econômico, evidenciando a exploração sistemática dos países periféricos pelos países centrais.

As trocas comerciais, já reconhecidas como ecologicamente desiguais, também se caracterizam por uma profunda disparidade econômica. Os países de centro se apropriam, por meio de acordos desfavoráveis, das riquezas naturais dos países periféricos. Essa exploração predatória, como apontam Foster e Holleman (2014, p. 206), gera um débito ecológico que se traduz em uma dívida ambiental, social e econômica imposta pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O imperialismo ecológico, nesse contexto, se configura como um instrumento de dominação dos países centrais sobre os periféricos. Através da exploração desenfreada dos recursos naturais e da imposição de políticas ambientalmente insustentáveis, os países desenvolvidos perpetuam a desigualdade e a dependência dos países do Sul. Esses conceitos convergem para a existência de um débito ecológico, que se traduz como a exploração não remunerada (ambiental e social) imposta pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

Svampa (2019a, p. 42) e (2023, p. 66-68) vem explorando mais esse conceito ao analisar como, frequentemente, os países latino-americanos se submetem aos ditames dos consensos, adotando os discursos da inevitabilidade e do eldoradismo por não vislumbrarem alternativas. Isso ocorre, em grande parte, devido às elevadas

dívidas externas que esses países costumam carregar. Dessa forma, eles acabam se mantendo passivos, sem questionar práticas como as do neoextrativismo

O discurso da inevitabilidade apresenta a dívida externa como um fardo inelutável, fruto de erros do passado e de fatores externos incontroláveis. Essa visão impede os países latino-americanos de questionar as origens da dívida, os mecanismos de sua imposição e as responsabilidades dos países credores. Já o discurso do eldorado promete um futuro de prosperidade e crescimento econômico infinito, desde que os países sigam as receitas neoliberais impostas pelos países centrais. No entanto, essa promessa se revela ilusória, pois a exploração desenfreada dos recursos naturais e a lógica do lucro a qualquer custo levam apenas ao esgotamento dos recursos e à degradação ambiental.

Essa submissão aos consensos e a aceitação passiva dos discursos que os acompanham são consequências, em grande parte, das elevadas dívidas externas que os países latino-americanos costumam carregar. As dívidas, como instrumentos de controle, limitam a autonomia dos países da região e os impedem de buscar alternativas mais justas e sustentáveis ao modelo de desenvolvimento vigente.

Essa perspectiva reforça a importância de considerar não apenas as dimensões ambientais, mas também as questões econômicas e sociais ao abordar os desafios enfrentados pelos países da região.

Dessa forma, temos que no centro da crítica de Svampa reside a ideia de que o reconhecimento e a quantificação da dívida ecológica dos países centrais para com os países periféricos podem ser instrumentos poderosos para a redução ou eliminação da dívida externa. Essa medida representaria uma mudança radical na relação de poder entre os países do Norte e do Sul, proporcionando aos países latino-americanos uma maior autonomia para tomar decisões que não estivessem atreladas às imposições dos consensos internacionais.

Ao reconhecer a dívida ecológica, os países centrais assumiriam a responsabilidade pelos danos ambientais causados pela exploração dos recursos naturais dos países periféricos. Essa responsabilidade se traduziria na necessidade de reparação dos danos causados e na implementação de políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais sustentável, tanto ambiental, social e econômico. A perspectiva de Svampa reforça a importância de considerar não apenas as dimensões ambientais, mas também as questões econômicas e sociais ao abordar os desafios enfrentados pelos países da América Latina. A dívida ecológica, a dívida

externa e a falta de autonomia dos países da região estão interligadas e devem ser enfrentadas de forma conjunta.

2.2.2.4. *Pacto Ecosocial e Intercultural del Sur*

A atuação de Maristella Svampa se estende para além da esfera acadêmica, caracterizando-se por um engajamento ativo na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente. Nesse contexto, destaca-se sua participação no Pacto Ecosocial e Intercultural del Sur (PEIS), uma iniciativa lançada em 2020, no início da pandemia de COVID-19, com o objetivo de traçar uma rota para uma transição ecosocial na América Latina. Svampa não apenas participa do PEIS, mas também contribui ativamente para a organização e divulgação de suas atividades. A autora produz artigos, organiza eventos e cita o Pacto em seus trabalhos, utilizando sua voz para amplificar o alcance das ideias defendidas pelo movimento, em seu site, se apresenta como:

Esta iniciativa nasce de um grupo de pessoas e organizações de diferentes países latino-americanos. Nos motiva a urgência de construir dinâmicas sociais capazes de responder e contrabalançar as dinâmicas de rearranjo capitalista, concentração de riqueza e destruição de ecossistemas que vemos surgir em meio à crise civilizatória, e de configurar, juntamente com aqueles que desejam se unir, um horizonte coletivo de transformação para Nossa América que garanta um futuro digno (PACTO ECOSOCIAL DO SUL, 2020, TRADUÇÃO NOSSA)⁶.

O PEIS surge em um contexto marcado pela proliferação de acordos verdes, também conhecidos como Green New Deals. Esses acordos, presentes em diversos países ou grupos de países, propõem medidas para a descarbonização da economia e a mitigação das mudanças climáticas. Entretanto, o PEIS reconhece que os acordos verdes, em sua maioria, falham em abordar as raízes das crises socioambientais que enfrentamos. A descarbonização proposta por esses acordos, muitas vezes, se limita à substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia, sem questionar o modelo de produção insustentável que impera na sociedade atual. Além disso, os acordos verdes, via de regra, perpetuam relações neocoloniais e

⁶ No original: Esta iniciativa nace de un grupo de personas y organizaciones de diferentes países latinoamericanos. Nos motiva la urgencia de construir dinámicas sociales capaces de responder a y contrarrestar las dinámicas de reacomodo capitalista, concentración de riqueza y destrucción de ecosistemas que vemos surgir en medio de la crisis civilizatoria, y de configurar, conjuntamente con quienes deseen juntarse, un horizonte colectivo de transformación para Nuestra América que garantice un futuro digno.

extrativistas, explorando os recursos naturais dos países do Sul para alimentar o desenvolvimento dos países do Norte.

Diante dessa crítica, busca oferecer alternativas às transições e rotas utilizadas majoritariamente pela América Latina. O Pacto reconhece que as soluções propostas por diversos países da região são, em grande parte, insuficientes ou problemáticas, pois acabam por reproduzir as assimetrias geopolíticas e as desigualdades entre o Norte e o Sul. O PEIS propõe a construção de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na justiça social, na sustentabilidade ambiental e na interculturalidade. Esse modelo visa garantir a vida digna para todas as pessoas, respeitando os limites do planeta e a diversidade cultural da América Latina (SVAMPA et al, 2022c, p. 62).

Ao reconhecer que a construção de um futuro mais justo e sustentável para a América Latina depende da criação de um imaginário coletivo que inspire e mobilize a sociedade, o PEIS propõe uma série de ações que articulam justiça redistributiva, de gênero, étnica e ecológica (2022c, p. 65-66). São elas:

- Transformação tributária solidária;
- Anulação das dívidas externas dos Estados;
- Criação de sistemas nacionais e locais de cuidado;
- Criação de uma renda básica universal;
- Desenvolvimento de políticas que cultivem a soberania e a autonomia alimentar;
- Construção de economias e sociedades pós-extrativistas;
- Recuperação e fortalecimento de espaços de informação e comunicação na sociedade;
- Aumento da autonomia e sustentabilidade das sociedades locais;
- Integração regional e mundial soberana;

A partir desses temas, o PEIS cria plataformas para debates, encontros e trabalhos entre organizações latino-americanas e organizações do Sul Global como um todo (SVAMPA et al, 2022c, p. 66). Essas plataformas visam promover o intercâmbio de experiências, a construção de conhecimentos e a articulação de ações coletivas para a construção de um futuro mais justo e sustentável para a América Latina e para o mundo.

3. CONCLUSÃO

Conforme proposto na introdução, o objetivo deste trabalho não é realizar uma comparação direta entre Nancy Fraser e Maristella Svampa, mas sim compreender como os pensamentos dessas duas autoras iluminam questões contemporâneas e oferecem interpretações valiosas para a realidade. Dessa forma, busca-se criar um diálogo produtivo e construtivo entre as perspectivas de Fraser e Svampa.

A abordagem adotada visa, através de perguntas e reflexões, evitar a busca por polêmicas e focar na visualização de dois caminhos possíveis. Esses caminhos são fundamentados em referências teóricas distintas e apoiados em trabalhos empíricos diversos, que ressaltam diferentes faces de um mesmo problema. Ao invés de estabelecer um confronto entre as teorias, a intenção é explorar como cada autora, com suas contribuições únicas, pode enriquecer a compreensão das complexas questões sociais e ambientais discutidas ao longo desta dissertação.

A análise das contribuições de Fraser e Svampa permite a visualização de múltiplas dimensões dos problemas enfrentados na contemporaneidade, abrangendo desde a crítica ao capitalismo e suas crises até a interseção entre justiça social, feminismo e sustentabilidade ambiental. Esse enfoque, longe de limitar-se a uma mera justaposição de ideias, visa fomentar uma interação dinâmica que expõe as complementaridades e tensões entre as abordagens das autoras. Assim, pretende-se oferecer uma visão mais abrangente e nuançada das questões abordadas, refletindo a riqueza e a complexidade dos debates teóricos e práticos sobre justiça social e ambiental.

Uma comparação direta entre os trabalhos e pensamentos seria não apenas infrutífera, mas também desnecessária. Em primeiro lugar, tal abordagem poderia levar à anulação de partes valiosas de suas obras, ao buscar verdades absolutas e ignorar que diferentes interpretações contribuem significativamente para a compreensão da crise. As diversas perspectivas são essenciais para construir uma visão mais completa e rica do problema. Além disso, embora Fraser e Svampa partam de contextos e referências teóricas distintas, ambas reconhecem o capitalismo como a estrutura originária causadora da crise climática. Dessa forma, não há grandes discordâncias ou enfrentamentos em suas análises fundamentais, mas sim divergências nos caminhos que escolhem para desenvolver seus pensamentos.

Essas variações enriquecem o debate, oferecendo múltiplas vias de interpretação e solução para a crise ambiental.

3.1. DE ONDE PARTEM?

Dito isso, os trabalhos de Fraser e Svampa são interessantes de serem estudados um ao lado do outro por partirem de perspectivas diferentes. Fraser, como nascida e criada nos Estados Unidos, parte do Norte Global, escreve com uma visão do capitalismo em termos globais, sem ter algum foco específico em alguma região da Terra. Não que ela não reconheça a carga maior da questão ambiental nos países do Sul Global, tanto que nessa parte ela sim dá maior foco no Sul. Mas em toda a sua linha histórica criada e compartilhada em diversos momentos de seus livros, ela sempre vai partir da história do capitalismo, que vem seguindo principalmente na Europa, claro que com seus resultados e consequências em outros lugares do mundo, mas sem focar especificamente nesses locais.

Assim, os trabalhos de Fraser e Svampa se complementam significativamente ao partirem de perspectivas diferentes. Fraser, escreve com uma visão do capitalismo em termos globais, sem focar especificamente em uma região particular da Terra. Embora ela reconheça a carga maior da questão ambiental nos países do Sul Global e destaque essa área em suas análises sobre justiça ambiental, sua abordagem histórica do capitalismo segue principalmente a trajetória da Europa, considerando os resultados e consequências globais, mas sem um enfoque regional específico.

Diferente de Svampa, argentina, que escreve do ponto de vista latino-americano em todos os seus trabalhos. Até por historicamente sempre ter trabalhado com temas ambientais relacionados à América Latina, diferente de Fraser, que passou a incluir o tema mais recentemente em seu pensamento, ela foi construindo todo o seu arcabouço teórico em torno dos impactos que a região sofreu ao longo do tempo sob o capitalismo. As fases mais exploradas nos textos de Svampa, como o Consenso de Washington, o Consenso das Commodities e o mais recente Consenso da Descarbonização, estão diretamente relacionadas a acontecimentos e realidades vivenciadas principalmente na América Latina.

Entretanto, isso não significa que o pensamento de Svampa esteja limitado à América Latina. No Sul Global, suas análises têm ampla relevância e aplicabilidade, e em uma perspectiva global, ao apontar a responsabilidade dos modelos de

desenvolvimento atuais na catástrofe climática, ela não se restringe apenas ao modelo de desenvolvimento na América Latina, mas sim ao modelo de desenvolvimento capitalista global, muitas vezes liderado pelo Norte Global, mas que afeta o mundo como um todo. Ao examinar as propostas para lidar com a crise, percebe-se que, embora muitas delas tenham origem em movimentos locais de resistência, todas visam uma solução global. Portanto, o debate proposto por Svampa transcende as fronteiras latino-americanas e dialoga diretamente com os desafios globais enfrentados pelo capitalismo contemporâneo.

Essa complementaridade entre uma visão de início já global e uma que parte de uma realidade regionalizada, mas que se mostra global, proporciona uma compreensão mais rica e aprofundada das dinâmicas capitalistas e seus impactos ambientais.

Ainda em termos iniciais, outra forma similar pela qual as autoras lidam com a estruturação de suas teorias é a organização histórica. Fraser, por exemplo, ao enunciar cada pano de fundo do capitalismo, realiza uma recapitulação histórica abrangente para embasar seus argumentos. Ela traz à tona o histórico dos regimes de acumulação capitalista, começando pelo capitalismo mercantil, passando pelo capitalismo liberal e pelo capitalismo administrado pelo Estado, e chegando à contemporaneidade com o capitalismo financeiro. Essa abordagem histórica permite a Fraser contextualizar suas análises dentro das transformações e evoluções do capitalismo ao longo do tempo, oferecendo uma visão detalhada de como essas mudanças estruturais influenciam as dinâmicas sociais e econômicas atuais.

Svampa, por sua vez, ao partir de uma perspectiva mais local, divide seu histórico em períodos que tiveram um impacto significativo mais recente na América Latina. Ela começa com o Consenso de Washington e suas consequências, passa pelo Consenso das Commodities e finaliza com o Consenso da Descarbonização. Este último, embora não seja restrito apenas à América Latina, sendo um consenso global, é tratado pela autora com um foco particular nos impactos e críticas relacionados à região. A abordagem de Svampa se concentra em como esses consensos globais afetam especificamente a América Latina, embora suas críticas e análises tenham relevância e aplicabilidade em um contexto mais amplo. Essa perspectiva local enriquecida pelo contexto global permite a Svampa oferecer uma visão detalhada e crítica das dinâmicas capitalistas e ambientais na América Latina, destacando as especificidades e desafios enfrentados pela região.

Outro ponto inicial importante é como as autoras tratam do meio ambiente dentro de contextos diferentes. Fraser traz o meio ambiente como um dos quatro panos de fundo não-econômicos dentro de um trabalho mais amplo de construção de uma crítica multifocal ao capitalismo. Ela busca incluir outros assuntos como centrais na crise do capitalismo enquanto sistema, não apenas utilizando a crise ambiental como objeto de estudo. Em sua abordagem, Fraser analisa o capitalismo a partir de múltiplas crises inter-relacionadas, incluindo a de gênero, a política e de expropriação/exploração, além da ambiental. Essa perspectiva se traduz ao longo de sua pesquisa, onde predomina a utilização de fontes teóricas e discussões sobre categorias e conceitos, criando uma análise complexa e detalhada. Essa abordagem reflete seu objetivo de criar uma crítica abrangente ao capitalismo, onde a crise ambiental é uma manifestação de problemas mais profundos e estruturais do sistema capitalista.

Svampa, por sua vez, parte de um foco que observa desde o início questões ambientais. Embora sua análise também aborde outros temas, como imperialismo e diversas questões políticas e sociais, ela sempre retorna ao campo ambiental como eixo central de sua pesquisa. Em seu foco atual, questiona criticamente a transição energética atual, examinando suas implicações e desafios. Esse enfoque reflete um compromisso contínuo com a questão ambiental, onde outros assuntos são contextualizados dentro dessa problemática maior.

Além disso, a autora mantém um histórico consistente de trazer exemplos práticos e empíricos para ilustrar suas análises teóricas. Em vez de se limitar a discussões abstratas, ela apresenta casos concretos e dados específicos que evidenciam os impactos ambientais e sociais das políticas capitalistas, especialmente na América Latina. Essa abordagem prática fortalece seus argumentos, mostrando de forma tangível como as dinâmicas globais afetam realidades locais.

Todas essas diferenças iniciais recaem em tipos diferentes de críticas feitas pelas autoras ao longo de seus trabalhos. Fraser direciona seu trabalho predominantemente para uma crítica política e estrutural do capitalismo, analisando as falhas sistêmicas e as contradições inerentes ao sistema capitalista que perpetuam crises ambientais, sociais e econômicas. Ela argumenta que o capitalismo, com sua lógica de crescimento incessante e exploração ilimitada, é estruturalmente incompatível com a sustentabilidade ambiental e justiça social. Por outro lado, Svampa, embora também critique veementemente os modelos de desenvolvimento

capitalistas, aborda a questão a partir de uma perspectiva moral-ética. Ela enfatiza a necessidade de uma mudança de valores e práticas, promovendo uma visão de mundo que valoriza a harmonia com a natureza e a justiça social.

Enquanto Fraser se concentra na necessidade de uma transformação sistêmica e estrutural, defendendo a superação do capitalismo como a única solução eficaz para a crise ambiental, Svampa vê a possibilidade de mudanças significativas através de práticas locais e de uma reavaliação ética do nosso relacionamento com a natureza. Ela acredita que a implementação de modelos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis pode começar de baixo para cima, com iniciativas locais e comunitárias que, eventualmente, poderiam influenciar políticas mais amplas.

3.2. O IMPACTO DA COVID

Como já abordado na seção 2.2.1, o Consenso da Descarbonização de Svampa surge ao final do boom das commodities, coincidindo com o término do ciclo político progressista na região e o crescimento da direita na política. Este contexto de mudança sociopolítica foi significativamente impactado pela emergência da pandemia de COVID-19, que acelerou diversas transformações geopolíticas, como o fortalecimento da China e a intensificação da militarização global. Além disso, a pandemia não apenas evidenciou as fragilidades e desigualdades do sistema capitalista, mas também abriu espaço para discussões mais amplas sobre a reestruturação do mundo pós-pandemia, suscitando um crescente interesse em adaptar o capitalismo para um modelo mais “ecológico” e “limpo”.

Esse período de reflexão e busca por novas soluções ditas verdes pode ser visto como o pontapé inicial para a consolidação do Consenso da Descarbonização. Este novo consenso marca oficialmente o fim do Consenso das Commodities, que dominou a política econômica da América Latina durante as décadas anteriores. A pandemia, portanto, atuou como um catalisador para uma mudança significativa no pensamento de Svampa. Foi a partir dele que a autora passou a enfatizar a importância de um modelo de desenvolvimento que não apenas fosse sustentável do ponto de vista ambiental, mas que também promovesse justiça social e equidade econômica.

Fraser, por sua vez, já havia desenvolvido grande parte de sua proposta de conceito expandido do capitalismo antes da pandemia de COVID-19. No entanto, a

autora considerou a pandemia um evento significativo o suficiente para escrever um epílogo em seu livro “Cannibal Capitalism” (2022), onde apresenta suas reflexões sobre a crise global causada pelo vírus. Nesse epílogo, Fraser argumenta que a pandemia de COVID-19 exemplificou claramente os emaranhados de crises que caracterizam o capitalismo contemporâneo (2022, p. 146).

A autora observa que a pandemia não apenas expôs, mas também intensificou, as múltiplas contradições e falhas estruturais do capitalismo atual. Ela enfatiza como a crise sanitária global revelou a interconexão e a interdependência entre crises econômicas, sociais e ambientais. A pandemia funcionou como uma espécie de lente de aumento, destacando as vulnerabilidades e desigualdades profundas que permeiam o sistema capitalista. De acordo com Fraser, a crise de saúde pública não pode ser dissociada das crises de cuidado, ecológica e econômica, que já vinham se desenrolando, mas foram exacerbadas pela pandemia.

Ao abordar os impactos em cada pano de fundo do capitalismo, Fraser aponta que a canibalização da natureza expôs os seres humanos ao SARS-CoV-2 (2022, p. 147). Esse conceito de "canibalização" refere-se à exploração desenfreada dos recursos naturais e à destruição dos ecossistemas, criando condições propícias para a transmissão de doenças zoonóticas. A interação intensificada entre humanos e vida selvagem, impulsionada pelo desmatamento e outras atividades predatórias, teria facilitado o surgimento e a disseminação do vírus.

A canibalização do poder político, por outro lado, corroeu os sistemas de saúde dos países. Fraser argumenta que, em nome da austeridade e da redução de gastos estatais, muitos governos confiaram no mercado como regulador da saúde pública. Essa política de cortes orçamentários levou ao enfraquecimento dos sistemas de saúde pública, deixando-os despreparados para enfrentar a crise. Conseqüentemente, quando a pandemia atingiu seu auge, os Estados se viram sem os recursos necessários, como equipamentos de proteção e ventiladores, para salvar vidas (2022, p. 147-148). Dessa forma, a crise da saúde pública, exacerbada pela pandemia, revelou as conseqüências devastadoras de décadas de políticas neoliberais que desmantelaram a infraestrutura pública em favor do setor privado.

Quanto à reprodução social, Fraser observa que a pandemia de COVID-19 exacerbou ainda mais sua crise (2022, p. 148-149). A crise da reprodução social refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a manutenção da vida cotidiana, incluindo cuidados com crianças, idosos e doentes, além de tarefas domésticas. Antes

mesmo da pandemia, essas carreiras de cuidado já vinham sendo sistematicamente cortadas e transferidas para as famílias e comunidades, sobrecarregando principalmente as mulheres.

Com a pandemia, essa situação piorou consideravelmente. O lockdown fez com que muitas responsabilidades, como educação e cuidados gerais, passassem a ser desempenhadas dentro de casa. Além disso, muitas mulheres tiveram que equilibrar essas tarefas domésticas e de cuidado com o trabalho remunerado, criando uma carga de trabalho insustentável. Em muitos casos, mulheres foram forçadas a deixar seus empregos para cuidar dos filhos ou foram demitidas devido à crise econômica desencadeada pela pandemia, uma realidade que variou significativamente de acordo com a classe social e a cor.

Por fim, no que se refere à exploração e expropriação, a COVID-19 também teve impactos distintos e profundos. Fraser destaca que as taxas de mortalidade foram significativamente mais altas em áreas pobres e racializadas, onde os sistemas de saúde são mais precários e a população sofre de condições de saúde pré-existentes, muitas vezes resultantes de estresse, má nutrição e maior exposição a toxinas. Esses fatores tornam essas comunidades especialmente vulneráveis aos efeitos da pandemia (2022, p. 149-150).

Além disso, os trabalhadores essenciais, que se mantiveram na linha de frente durante a pandemia, pertencem majoritariamente às classes mais baixas e são, em grande parte, pessoas racializadas. Esses trabalhadores enfrentaram uma exposição constante ao vírus, muitas vezes sem proteção adequada, devido à necessidade de manter suas funções em setores essenciais como saúde, transporte, alimentação e serviços. Essa situação não apenas expôs, mas também exacerbou as desigualdades sociais e econômicas preexistentes.

Fraser argumenta que a pandemia de COVID-19 serviu como um exemplo claro de como o capitalismo canibaliza as áreas de exploração e expropriação. A desvalorização sistêmica de certos grupos e a sobrecarga de trabalho imposta às classes mais vulneráveis são práticas que perpetuam ciclos de pobreza e marginalização. Os trabalhadores essenciais, que são desproporcionalmente afetados por estas práticas, exemplificam como a exploração capitalista se manifesta de maneiras intensamente desiguais durante crises globais.

3.3.O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES E DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS

Um aspecto relevante quando se trata da crise ambiental atual diz respeito ao protagonismo dos movimentos sociais. Esse fenômeno não passa despercebido na teoria social, considerando a centralidade desses movimentos como fontes valiosas de conhecimento sobre as realidades socioambientais. Através de suas lutas e experiências, os movimentos sociais trazem à luz problemas frequentemente negligenciados pela academia e pelo poder público, fornecendo subsídios essenciais para a construção de teorias sociais ambientais mais abrangentes e contextualizadas. Esses movimentos sociais, por estarem diretamente envolvidos nas questões locais e globais, possuem uma compreensão aprofundada dos impactos socioambientais e das injustiças que emergem das dinâmicas capitalistas. Suas ações e reivindicações revelam as interseções entre opressões econômicas, raciais, de gênero e ambientais, enriquecendo a análise teórica com uma perspectiva prática e experiencial

Além disso, a mobilização social que coloca as questões ambientais na agenda pública, pressionando por mudanças nas políticas e leis. Essa atuação gera debate acalorado, desafiando visões tradicionais e impulsionando a busca por novas soluções. Através da contestação e da proposição de alternativas, os movimentos sociais contribuem para o avanço da teoria social ambiental, que se torna mais crítica, propositiva e engajada na busca por soluções.

Além disso, a mobilização social desempenha um papel crucial ao colocar questões ambientais na agenda pública, pressionando por mudanças nas políticas e leis. Essa atuação não só gera debates acalorados, desafiando visões tradicionais, mas também impulsiona a busca por novas soluções. Através da contestação e da proposição de alternativas, os movimentos sociais contribuem significativamente para o avanço da teoria social ambiental, tornando-a mais crítica, propositiva e engajada na busca por soluções eficazes.

A interação contínua entre movimentos sociais e teoria social ambiental fortalece ambos. Os movimentos sociais ganham em profundidade analítica e respaldo teórico, enquanto a teoria se torna mais ancorada na realidade e mais relevante para a prática. Essa sinergia é vital para enfrentar de forma eficaz os desafios ambientais contemporâneos.

Isso é relevante no presente momento, tendo em vista que ambas as autoras reconhecem a importância dos movimentos sociais e apontam o impacto dessas lutas e vivências para um futuro ambiental sustentável. Fraser destaca as "lutas de fronteira", já trabalhadas anteriormente, que são fundamentais para a definição dos limites e interações entre o capitalismo e os seus panos de fundo não econômicos. Essas lutas são essenciais para entender como o capitalismo interage e se entrelaça com questões ambientais, sociais e políticas, e são os conflitos que surgem quando essas delimitações são contestadas ou reconfiguradas que delimitam o "lugar" onde a fronteira capitalismo/pano de fundo não economia estará. Ao propor a criação de uma ecopolítica anticapitalista e transambiental, enfatiza que uma das necessidades e desafios atuais é a resistência de parte do movimento ambiental em aceitar o anticapitalismo como uma diretriz. Ela argumenta que sem essa aceitação, as iniciativas ambientais tendem a ser insuficientes para abordar as causas estruturais da degradação ambiental.

Além disso, Fraser identifica outro problema nas discussões contemporâneas dos movimentos ambientais: a cacofonia de ideias, ou seja, a falta de um consenso transambiental unificado. Com isso ela enfatiza a necessidade de um entendimento comum e uma ação coordenada entre diversos movimentos sociais e ambientais por entender que é necessária uma abordagem que transcenda as questões puramente ambientais e aborde as interconexões entre várias crises sistêmicas do capitalismo. A ausência atual de tal consenso, portanto, é uma das principais barreiras para a criação de uma estratégia coerente, abrangente e eficaz para enfrentar a crise ambiental.

A proposta de um consenso transambiental unificado é um ponto passível de crítica. Em um espectro político amplo, com diversas vozes e realidades ambientais e políticas, a ideia de alcançar um consenso único para toda a Terra é complexa e muitas vezes impraticável. As realidades ambientais, sociais e políticas variam significativamente entre regiões. Comunidades locais enfrentam desafios específicos que podem não ser compatíveis com uma abordagem unificada, por mais que ela busque respeitar essas especificidades. Além disso, a diversidade de perspectivas políticas dentro do movimento ambiental é vasta. Movimentos indígenas, feministas, trabalhadores e comunidades locais têm prioridades e abordagens que podem requerer atitudes diferentes na prática. Por fim, esperar pela criação de um consenso transambiental para começar a melhorar a questão ambiental ignora a urgência da crise. A crise ambiental não vai esperar por um acordo unificado para se agravar. A

necessidade de ação imediata é crítica, e acreditar que as ações só serão efetivas e certas quando houver um consenso beira a afirmar que há uma grande chance de que isso nunca aconteça.

Svampa, por sua vez, não parece advogar pela criação de uma ideia unificada entre todos os movimentos sociais. Ela foca principalmente nos movimentos camponeses e de mulheres, entendendo que estes são cruciais para a superação da crise ambiental e para a construção de um futuro alternativo. Para ela, esses movimentos são importantes porque representam formas de resistência e inovação que emergem das próprias comunidades afetadas, promovendo soluções enraizadas nas realidades locais. Ela não vê esses movimentos como homogêneos e não busca uniformidade entre eles, pois valoriza as especificidades locais e acredita que a diversidade dessas experiências é o que torna possível a expansão de iniciativas eficazes.

Não é que Svampa pareça discordar de Fraser da necessidade da criação de um consenso transambiental. Mas o caminho que seguem parece oposto, enquanto Fraser parece ver uma saída de cima para baixo, primeiro a criação de um consenso para aí sua aplicação, Svampa já traz uma perspectiva de baixo para cima, primeiro experiências locais, sendo expandidas para abarcar novos lugares. Além disso, Svampa também possui uma visão transambiental ao trazer a centralidade do movimento de mulheres e indígenas, por exemplo, para a sua visão de saídas para a crise. Mas ela não apresenta a necessidade máxima da criação de um consenso, que Fraser faz. Seu maior foco é em reconhecer a complexidade e a variação das situações ambientais e sociais em diferentes contextos. A vantagem dessa perspectiva, na visão de Svampa, é que ela permite uma adaptabilidade e resiliência maior, politicamente e teoricamente, pois não depende de uma única solução global, mas sim de múltiplas estratégias que podem ser ajustadas conforme necessário para enfrentar a crise ambiental de maneira mais eficaz.

Para Svampa, as particularidades locais e a criação de experiências próprias são fundamentais. Ela entende que as soluções para a crise ambiental emergem justamente dessas especificidades, onde as comunidades locais desenvolvem práticas e conhecimentos adaptados às suas realidades. Essas iniciativas locais são vistas como essenciais para a criação de modelos alternativos de desenvolvimento que podem, eventualmente, ser ampliados e adaptados em diferentes contextos.

A centralidade das experiências locais nas ideias de Svampa reflete uma visão mais descentralizada e adaptativa da superação da crise ambiental porque ela reconhece a complexidade e a diversidade dos contextos locais, promovendo soluções que são moldadas pelas especificidades culturais, sociais e ambientais de cada região. Ao valorizar as experiências e iniciativas locais, Svampa entende que não existe uma solução única ou universal para a crise ambiental, mas sim uma necessidade de múltiplas abordagens que possam responder às particularidades de cada comunidade. Esta abordagem permite uma maior resiliência e flexibilidade, pois se adapta às condições e necessidades locais, em vez de impor um modelo homogêneo. Comparativamente, a visão de Fraser, embora abrangente e interseccional, propõe uma solução mais centralizada e estruturada, focada na criação de uma ecopolítica anticapitalista global. Dessa forma, Svampa parece fugir de consenso global unificado, apostando na diversidade e na riqueza das iniciativas locais. Para ela, essa multiplicidade de abordagens é não só desejável, mas necessária para enfrentar os desafios complexos e variados impostos pela crise ambiental.

3.4. O QUE FAZER PARA SAIR DA CRISE?

Também vemos caminhos interessantes seguidos pelas autoras quando se pensa em uma visão voltada para possíveis saídas da crise. Esses caminhos estão profundamente interligados ao foco que cada uma escolhe dar para as problemáticas estudadas e refletem seus trabalhos como um todo.

Para Fraser, uma abordagem socialista, ecossocialista para ser mais específico, é a sua aposta para enfrentar a crise ambiental global, pois ela vê o capitalismo como intrinsecamente insustentável e incapaz de resolver os problemas ecológicos que ele mesmo criou. A autora argumenta que a lógica de crescimento incessante e a exploração ilimitada dos recursos naturais, características centrais do capitalismo, são incompatíveis com a sustentabilidade ambiental. Portanto, a única forma de alcançar uma solução duradoura seria através de uma ecopolítica anticapitalista e transambiental.

Cada um desses termos já foi tratado em seu capítulo específico, mas vale ressaltar que Fraser entende de maneira clara que o que falta no movimento ambiental atual é a completa internalização do anticapitalismo. Para ela, fica evidente a

necessidade de superar o capitalismo para se alcançar qualquer solução ambiental realmente eficaz. Isso ocorre porque, além de seu trabalho ser amplamente voltado para a construção de uma crítica ao capitalismo, como discutido anteriormente, Fraser acredita que o capitalismo é inerentemente antagônico ao meio ambiente.

Dito isso, ela não aponta que é impossível alguma solução ambiental ainda dentro do capitalismo, mas que teria chegado um ponto de crise em vários setores em que não se deve mais esperar para ver qual reviravolta o capitalismo tentaria dar para se reinventar e tentar resolver essa questão. Fraser argumenta que a lógica de crescimento incessante e de exploração ilimitada dos recursos naturais, características fundamentais do capitalismo, são incompatíveis com a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, ela propõe que um movimento ambiental eficaz deve, necessariamente, adotar uma postura anticapitalista. Segundo Fraser, sem a superação do capitalismo, as iniciativas ambientais tendem a ser superficiais e incapazes de abordar as causas estruturais da degradação ambiental por não lidarem ou combaterem a forma de acumulação capitalista e a sua dependência (junto com a sua negação da dependência) para com o meio ambiente.

Portanto, não descarta completamente a possibilidade de soluções ambientais dentro do capitalismo, mas enfatiza que a profundidade e a gravidade da crise ambiental atual requerem uma abordagem mais radical. Assim, continuar apostando em soluções dentro do sistema capitalista pode ser uma forma de adiar as mudanças necessárias, o que apenas agravaria a situação.

Esse posicionamento, contudo, pode ser visto como um ponto questionável em seu trabalho. Ao afirmar que a superação do capitalismo é a única solução viável, Fraser acaba por desconsiderar outras possibilidades de abordagem da crise ambiental. Variações do capitalismo e reformas que poderiam potencialmente mitigar os danos ambientais sem uma transformação estrutural completa do sistema não são tratadas ou consideradas nos textos. Dentro da temática ambiental específica, por exemplo, pequenas reformas e iniciativas locais, políticas de regulamentação ambiental mais rigorosas, e a promoção de tecnologias sustentáveis são algumas das alternativas mais trabalhadas e discutidas atualmente.

Uma análise crítica pode argumentar que ao desconsiderar essas alternativas, Fraser ignora a complexidade e a diversidade das soluções possíveis. Além disso, a implementação de uma transição completa para um sistema não capitalista pode ser extremamente desafiadora e encontra resistência significativa, o que torna as

soluções mais rápidas e práticas dentro do capitalismo uma consideração importante para tentar mitigar os danos. Assim, enquanto a visão de Fraser é clara e ambiciosa, ela pode ser vista como excessivamente rígida ao não incorporar a gama completa de possibilidades que possam coexistir com um sistema capitalista reformado.

Por sua vez, embora reconheça que as experiências socialistas históricas também tenham falhado em priorizar a proteção ambiental, Fraser defende que os princípios subjacentes ao socialismo oferecem um terreno mais fértil para a construção de uma sociedade realmente sustentável. Ela acredita que é possível desenvolver um modelo socialista que integre as preocupações ambientais, promovendo uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e a natureza, o que não seria possível em um modelo capitalista.

Além disso, ao ressaltar a necessidade de uma solução transambiental, ela mantém sua ideia de que todas as crises geradas pelo capitalismo atual estão interligadas. Assim, argumenta que a saída deve ser sistêmica, pois não é possível abordar a questão ambiental sem tratar simultaneamente outras questões, como a racial, imperialista, de expropriação, de gênero, entre outras. Portanto, reafirma sua visão anticapitalista ao apontar como o capitalismo é inerentemente racista, machista e explorador em vários níveis.

Svampa, por sua vez, delineia um caminho diferente, focado mais nos modelos de desenvolvimento e na expansão de iniciativas locais. Conforme explorado anteriormente, ela destaca a importância dos feminismos ecoterritoriais e sua capacidade de criar um novo relacionamento com a natureza. Ela vê nesses movimentos uma força transformadora que pode desafiar e reconfigurar as práticas e políticas de desenvolvimento atuais.

Essa ideia da busca por uma vida em harmonia com a natureza pode ser questionada como uma visão um tanto romântica da autora, uma perspectiva que é recorrente em muitas correntes ambientalistas contemporâneas. Tal abordagem é frequentemente criticada por ser idealista e desvinculada das realidades pragmáticas e urgentes que caracterizam a crise ambiental atual. Essa visão, apesar de inspiradora, é mais prevalente nos discursos dos movimentos sociais e ambientais e quase sempre é desconsiderada em discussões políticas e econômicas.

Essa crítica se baseia na percepção de que a visão romântica da harmonia com a natureza pode ser excessivamente abstrata e utópica. Em um contexto de crise ambiental aguda, como o Antropoceno, onde a mudança climática e a degradação

ambiental demandam respostas rápidas e eficazes, há uma necessidade urgente de ações concretas e mensuráveis. Os movimentos que promovem a revalorização da relação humano-natureza podem ser vistos como falhos em endereçar essa urgência, focando mais na ressignificação cultural e ética do que em soluções práticas e imediatas para mitigar ou reverter os danos ecológicos.

Além disso, essa abordagem pode ser percebida como insuficiente para enfrentar os desafios complexos e multifacetados da crise climática. A crítica argumenta que, enquanto mudanças culturais e éticas são importantes a longo prazo, elas não substituem a necessidade de políticas robustas e intervenções econômicas que possam produzir resultados tangíveis no curto prazo.

Outra saída que também confere grande centralidade, desde antes do Consenso da Descarbonização, é a questão do decrescimento e do pós-extrativismo. Ao trabalhar com esses conceitos, ela vê a necessidade de rever os modelos de desenvolvimento como um todo. Embora seja impossível desassociar a crítica ambiental de Svampa de uma crítica ao capitalismo, ela não apresenta a superação do capitalismo como a necessidade última e específica para a preservação do meio ambiente, mesmo reconhecendo a centralidade do capitalismo como o principal causador da crise ambiental.

Nesse sentido, ela abertamente acredita em saídas que passam pela expansão de movimentos locais, como a agroecologia e a criação de comunidades ecológicas. Não de forma ingênua ao ponto de entender que a ampliação dessas iniciativas seria simples, mas demonstra uma fé considerável nesse tipo de movimento. Isso porque, ao falar de possíveis saídas para a crise ambiental, Fraser também chega a comentar sobre os movimentos de decrescimento, onde ela aponta:

Finalmente, os ativistas do decrescimento tendem a confundir as águas políticas ao conflitar o que deve crescer no capitalismo — a saber, "valor" — com o que deveria crescer, mas não pode dentro do capitalismo — a saber, bens, relações e atividades que podem satisfazer a vasta gama de necessidades humanas não atendidas em todo o mundo. Uma ecopolítica genuinamente anticapitalista deve dismantlar o imperativo inato de crescer o primeiro, enquanto trata a questão de como crescer o segundo de maneira sustentável como uma questão política, a ser decidida por deliberação democrática e planejamento social. Da mesma forma, orientações associadas ao decrescimento, como o ambientalismo de estilo de vida, por um lado, e experimentos prefigurativos de comunhão, por outro, tendem a evitar a

necessidade de confrontar o poder capitalista (2022, p. 110, TRADUÇÃO NOSSA)⁷.

Tendo em vista o trabalho de Svampa, a crítica de Fraser não seria aplicável a ela, pois, como já mencionado, não seria razoável afirmar que ela não confronta o poder capitalista. No entanto, essa distinção ilustra como as autoras seguem por caminhos diferentes e atribuem níveis de centralidade distintos a diversas possibilidades de ação e transformação.

Por fim, outro ponto central, com foco mais específico na América Latina, são as dívidas externas e ecológicas. Svampa argumenta que o pagamento dessas dívidas garantiria a possibilidade de agência dos países latino-americanos na resposta à crise ambiental e nas possibilidades de definir seu próprio modelo de desenvolvimento. Este é outro ponto de diálogo entre as autoras, pois, embora Fraser não destaque as dívidas como soluções específicas para a crise, ela reconhece a sua importância na dinâmica de acumulação por expropriação nos dias de hoje.

Nesse sentido, ela responsabiliza tanto as dívidas pessoais dos indivíduos quanto as dívidas externas dos estados por perpetuarem a expropriação, alinhando-se, de certa forma, com a visão de Svampa sobre as dívidas ecológicas ao entender que as dívidas exacerbam as desigualdades e perpetuam a expropriação e a exploração no nível estatal pelos países de centro do capitalismo. Ao falar da expropriação como forma de acumulação na atualidade, ela aponta:

A dívida é um dos principais culpados aqui, pois as instituições financeiras globais pressionam os estados a coludir com investidores na canibalização da riqueza de populações indefesas. De fato, é em grande parte por meio da dívida que os camponeses são desapropriados e as apropriações de terras corporativas são intensificadas na periferia capitalista. No entanto, eles não são as únicas vítimas. Praticamente todos os pós-coloniais sem propriedade são expropriados via dívida soberana, já que os estados pós-coloniais, endividados com credores internacionais e presos no aperto do "ajuste estrutural", são forçados a abandonar o desenvolvimentismo em favor de políticas liberalizantes, que transferem riqueza para o capital corporativo e as finanças globais. Longe de reduzir a dívida, além disso, essa reestruturação apenas a agrava, fazendo a relação entre o serviço

⁷ No original: Finally, degrowth activists tend to muddy the political waters by conflating what must grow in capitalism—namely “value”—with what should grow but can’t within capitalism—namely goods, relations, and activities that can satisfy the vast expanse of unmet human needs across the globe. A genuinely anti-capitalist ecopolitics must dismantle the hardwired imperative to grow the first, while treating the question of how sustainably to grow the second as a political matter, to be decided by democratic deliberation and social planning. Equally, orientations associated with degrowth, such as lifestyle environmentalism, on the one hand, and prefigurative experiments in commoning, on the other, tend to evade the necessity of confronting capitalist power.

da dívida e o produto nacional bruto disparar e condenando inúmeras gerações à expropriação, algumas muito antes de nascerem, e independentemente de serem ou não também sujeitas à exploração (2022, p. 55-56- TRADUÇÃO NOSSA) 8.

A convergência nas preocupações de Fraser e Svampa com as dívidas, apesar de abordagens distintas em determinados pontos, sublinha a interconexão entre as crises econômicas, sociais e ambientais. Ambas reconhecem a importância de enfrentar as estruturas de dívidas para a superação da crise ambiental.

Portanto, ao se debruçar sobre as saídas da crise, Fraser e Svampa oferecem visões diferentes, que abrangem desde a necessidade de transformação sistêmica global até as especificidades das lutas regionais. Fraser destaca a reestruturação das bases econômicas e políticas em um âmbito mais amplo, enquanto Svampa enfatiza a resistência local e regional e a valorização de práticas sustentáveis e inclusivas. Juntas, suas abordagens oferecem um panorama multifacetado de caminhos possíveis para enfrentar as crises contemporâneas, refletindo a complexidade e a interconexão dos desafios atuais.

⁸ No original: Debt is a major culprit here, as global financial institutions pressure states to collude with investors in the cannibalization of wealth from defenseless populations. Indeed, it is largely by means of debt that peasants are dispossessed and corporate land grabs are intensified in the capitalist periphery. However, they are not the only victims. Virtually all nonpropertied post-colonials are expropriated via sovereign debt, as postcolonial states in hock to international lenders and caught in the vise of “structural adjustment” are forced to abandon developmentalism in favor of liberalizing policies, which transfer wealth to corporate capital and global finance. Far from reducing debt, moreover, such restructuring only compounds it, sending the ratio of debt service to gross national product soaring skyward and condemning countless generations to expropriation, some long before they are born, and regardless of whether or not they are also subject to exploitation.

REFERÊNCIAS

ABEND, Gabriel. The meaning of 'theory'. **Sociological theory**, v. 26, n. 2, p. 173-199, 2008.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Plano de Ação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/.arquivos/pac.pdf>. Acesso em 22 maio 2024

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del Consenso de los Commodities al Consenso de la Descarbonización. **Nueva Sociedad**, [s. l.], ed. 306, p. 51-70, julio-agosto 2023.

CEPAL. Pobreza e indigência em seus níveis mais baixos em 20 anos na América Latina. [S. l.], 29 nov. 2011. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pobreza-indigencia-seus-niveis-mais-baixos-20-anos-america-latina>. Acesso em: 20 maio 2024.

DELANTY, Gerard. **Critical theory and social transformation: Crises of the Present and Future Possibilities**. 1. ed. Londres: Routledge, 2020. ISBN 978-0-367-27640-9.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah. The theory of unequal ecological exchange: a Marx-Odum dialectic. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 2, p. 199-233, 2014.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah; CLARK, Brett. Imperialism in the Anthropocene. *Monthly Review*, [S.L.], p. 70-88, 1 jul. 2019. **Monthly Review Foundation**. http://dx.doi.org/10.14452/mr-071-03-2019-07_5.

FRASER, Nancy. **Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world**. Columbia University Press, 2009.

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis**. Verso Books, 2013.

FRASER, Nancy. Contradictions of Capital and Care. **New Left Review**, [S. l.], v. 100, p. 99-117, 5, 2016.

FRASER, Nancy. Behind Marx's hidden abode: For an expanded conception of capitalism. In: *Critical theory in critical times: Transforming the global political and economic order*. **Columbia University Press**, 2017. p. 141-159.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalism: A conversation in critical theory**. John Wiley & Sons, 2018.

FRASER, Nancy. **Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the Planet and what we can do about it**. Verso Books, 2022.

GAME, Aurora Donoso. We are not debtors, we are creditors. In: AGUILLON, Rowill *et al.* **No more looting and destruction!** Quito: Acción Ecológica, 2003. p. 11-24.

IGBP - International Geosphere-Biosphere Programme. **Global change and the Earth system.** Disponível em:

<http://www.igbp.net/globalchange.4.d8b4c3c12bf3be638a80001026.html#:~:text=Glo%20bal%20change%20and%20the%20Earth%20system%20Humans%20have,and%20key%20developments%20in%20the%20last%20few%20decades>. Acesso em: 26 jun. 2023.

KOSELLECK, Reinhart. RICHTER, Michaela. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, v. 67, n. 2, p. 357-400, abril, 2006.

MAIA, Felipe. O que pode a crítica diante da crise? Um ensaio sobre tendências de crise, pandemia e modos de reflexividade. **REALIS**, [s. l.], v. 10, n. 02, p. 07-39, Jul-Dez 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo editorial, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital. Boitempo Editorial, 2017.

MILSTEIN, Brian. Thinking politically about crisis: a pragmatist perspective. **European Journal Of Political Theory**, Londres, v. 142, n. 4, p. 141-160, 2014.

PACTO ECOSOCIAL DEL SUR. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://pactoecosocialdelsur.com/quienes-somos/>. Acesso em: 23 maio 2024.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 1. Ed. São Paulo: Elefante, 2021.

RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* Racismo ambiental, neoextractivismo e mudanças climáticas: desenvolvendo zonas de sacrificio no semiárido brasileiro. **CLACSO**, [s. l.], ed. X, p. 20-32, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Laura-Ortega-Elorza/publication/370100232_Territorios_malsanos_metabolismo_sociedad-naturaleza_en_un_cluster_agroindustrial_en_las_zonas_aridas_de_San_Luis_Potosi_Mexico/links/643eee0ae881690c4be20280/Territorios-malsanos-metabolismo-sociedad-naturaleza-en-un-cluster-agroindustrial-en-las-zonas-aridas-de-San-Luis-Potosi-Mexico.pdf#page=20. Acesso em: 8 maio 2024.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

STEFFEN, Will *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, 2015.

SVAMPA, Maristella. **La Sociedad Excluyente**: La argentina bajo el siglo del neoliberalismo. 1. ed. Buenos Aires: Taurus, 2005. 352 p.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 32, p. 15-38, 2012.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, 2013.

SVAMPA, Maristella. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma: Lecturas globales desde el Sur. **Utopía e Praxis Latinoamericana**, [s. l.], v. 24, ed. 84, p. 33-53, 2019a.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019b. 192 p.

SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales en América Latina: Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. **Fundación Carolina**, Madrid, Documentos de trabajo 59, 2021.

SVAMPA, Maristella *et al.* **La transición energética en la Argentina: Una hoja de ruta para entender los proyectos en pugna y las falsas soluciones**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2022a.

SVAMPA, Maristella. Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina. **Fundación Carolina/Oxfam Intermón**, Madrid, Documentos de trabajo nº especial FC/Oxfam Intermón (2), 2022b.

SVAMPA, Maristella *et al.* Transiciones justas para América Latina desde el Pacto Ecosocial del Sur: propuestas y disputas frente a los pactos verdes hegemónicos. **Ecología Política**, [s. l.], v. 64, p. 61-70, 2022c.

SWEDBERG, Richard. **The Art of Social Theory**. Princeton University Press: 2014.

WAGNER, Peter. **Sociología de la modernidad**. Barcelona: Herder, 1997.